

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRONEGÓCIO

ANDRÉ RICARDO BECHLIN

**ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DO PROCESSO
INTEGRACIONISTA DO MERCADO COMUM DO SUL**

Toledo
2010

ANDRÉ RICARDO BECHLIN

**ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DO PROCESSO
INTEGRACIONISTA DO MERCADO COMUM DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientadora:
Profa. Dra. Mirian Beatriz Schneider Braun

Toledo
2010

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/Campus de Toledo.
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel - CRB – 9/924

B391a Bechlin, André Ricardo
Análise multidimensional do processo integracionista do
Mercado Comum do Sul / André Ricardo Bechlin .– Toledo,
PR : [s. n.], 2010.
109p.

Orientadora: Dr^a. Mirian Beatriz Schneider Braun
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e
Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Campus de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas

1. Mercado Comum do Sul 2. Integração econômica
regional 2. América Latina – Integração econômica 3. Modelo
da Dimensão Global da Integração Regional I. Braun, Mirian
Beatriz Schneider, Or. II. T

CDD 20. ed. 337.18091

ANDRÉ RICARDO BECHLIN

**ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DO PROCESSO INTEGRACIONISTA
DO MERCADO COMUM DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Eduardo de Freitas Vian

Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” - Universidade de São Paulo

Prof. Jandir Ferrera de Lima, Ph.D.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo

Profa. Dra. Mirian Beatriz Schneider Braun

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Toledo

Orientadora

Toledo, 26 de maio de 2010.

À minha MÃE...

Lourdes Ana Pasuch Bechlin...

*Todas as páginas deste trabalho não
seriam suficientes para um resumo
de tudo o que você me ensinou...*

TE AMO MUITO PARA SEMPRE!!!

SAUDADES ETERNAS...

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela Vida e por tudo que ele tem a nos oferecer...

Ao meu PAI, Sadi... pelas noites e dias, e os milhares de quilômetros nas estradas neste mundão de Deus, dirigindo o caminhão para que nada faltasse em casa... principalmente o exemplo de honestidade, de hombridade e de dignidade... TE AMO, PAI!!!

Ao meu IRMÃO, Marcos... melhor irmão do mundo... melhor amigo do mundo... exemplo de dedicação... obrigado por tudo... TE AMO, KINHO!!!

Ao Amor da Minha Vida, Kathia... minha amiga... minha amada... pelo apoio e broncas incondicionais sem os quais eu não teria conseguido... e por acreditar em mim... que, o término do seu e do meu mestrado, sejam as primeiras de muitas vitórias que, com certeza, vamos conseguir juntos... TE AMO PARA SEMPRE, MINHA PRINCESA!!!

Aos meus mais novos irmãos, Ariel e Fábio... sem comentários... muitas histórias... sem vocês com certeza não seria possível esta realização... que a nossa amizade dure para sempre... grande abraço, Grandes Amigos!!!

Ao seu Imério e à dona Alaíde... por me adotarem com muito carinho, constante apoio e confiança...

A todos os meus "cumpadres" e "cumadres"... pelos momentos de descontração nos dias de folga e pelo apoio nesta caminhada... um abraço especial para o Jeffão, o Cido, o Zor e o Michel...

Às minhas cunhadas... Iris, Luciana, Kelly e Graciela...

À Professora Mirian... obrigado por acreditar em mim... obrigado pela liberdade e pela confiança no meu trabalho...

Ao Prof. Dr. Carlos Eduardo de Freitas Vian, pelas críticas construtivas ao trabalho.

A todos os professores do Mestrado... Pery, Jandir, Jefferson, Rippel, Piacenti, Weimar, Moacir, Adelson, Alfredo, Silvio, Rúbia, Yonissa, Birck... pelos conhecimentos compartilhados e pela amizade... Muito Obrigado!!!

Aos demais colegas da 6ª Turma... Fabíola, Mariza, Eliane, Arlei, Edson, Reinaldo, Giomar, Paulo Ilha, Paulo Tomazella, Raquel, Otmar e Olga... sem vocês esta etapa também não seria possível...

Ao Chefe... Élio... Grande Amigo... obrigado pelas palavras de incentivo... o apoio desde o início... pelos ensinamentos... pelas folgas no trabalho... uma boa parte do que sou hoje profissionalmente devo a você, que sempre acreditou na minha pessoa..

À Luci... amiga que também faz parte da minha família na Unioeste e sempre quebrou um galho quando precisei...

A toda minha família, que sempre me apoiou durante toda a vida.

À dona Clarice... funcionária exemplar, sem ela o curso não seria sinônimo de qualidade e eficiência...

Dias Melhores

Jota Quest

Vivemos esperando dias melhores

Dias de Paz

Dias a Mais

Dias que não deixaremos para trás.

Vivemos esperando

O dia em que seremos melhores

Melhores no Amor

Melhores na Dor

Melhores em Tudo.

Vivemos esperando

O dia em que seremos

para sempre.

Vivemos esperando

Dias Melhores pra sempre

Dias Melhores pra sempre...

BECHLIN, A. R. **Análise multidimensional do processo integracionista do Mercado Comum do Sul.** 2010. 101 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus Toledo*.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central avaliar a partir de uma perspectiva multidimensional que considera variáveis políticas, sociais, econômicas e tecnológicas, os estágios da integração do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) nos anos de 1998 e 2008. O referencial teórico compreende tópicos sobre a teoria da integração econômica regional; processo histórico da integração econômica na América Latina; histórico do processo de formação do MERCOSUL e sua situação atual. A metodologia utilizada foi o Modelo da Dimensão Global da Integração Regional considerando um total de 90 variáveis sendo 18 políticas, 16 sociais, 46 econômicas e 10 tecnológicas. Para cada um dos Estados Partes e Associados foram calculados o Índice Global de Desenvolvimento Regional e o Índice de Desenvolvimento Global Regional e, através destes obteve-se o valor referente ao Estágio de Integração Regional para o MERCOSUL, sendo este igual a 0,57037 em 1998 e a 0,62222 em 2008, enquadrando o mesmo como um processo integracionista em desenvolvimento. Analisando os índices para cada um dos Estados Partes e Associados constata-se um desenvolvimento desigual entre 1998 e 2008 apresentando o Brasil um crescimento mais que proporcional em relação aos demais países em todas as áreas analisadas. Conclui-se que embora a integração do bloco tenha apresentado avanços, os efeitos obtidos não se distribuíram de forma igualitária entre os países dada sua heterogeneidade.

Palavras-chave: MERCOSUL. Integração regional. América Latina. Modelo da Dimensão Global da Integração Regional.

BECHLIN, A. R. **Multidimensional analysis of the integration process of the Southern Common Market.** 2010. 101 p. Dissertation (Program of Pos-Graduate *Stricto Sensu*, Master in Regional Development and Agribusiness) - Center of Applied Social Sciences, State University of West of Paraná – *Campus Toledo*.

ABSTRACT

This research is mainly aimed to assess from a multidimensional perspective that considers varying political, social, economic and technological integration of the stages of the Southern Common Market (MERCOSUR) in 1998 and 2008. The theoretical framework includes topics of the theory of regional economic integration; historical process of economic integration in Latin America; history of the formation process of MERCOSUR and its current situation. The methodology used was the Global Dimension of Regional Integration Model considering a total of 90 variables with 18 political, 16 social, 46 economic and technological 10. For each of the States Parties and Associates were calculated Global Regional Development Index and Regional Global Development, and through them we obtained the value for the Regional Integration Stage Index to the MERCOSUR, which is equal to 0.57037 in 1998 and 0.62222 in 2008, framing it as an integration process in development. Analyzing the indexes for each of the States Parties and Associates notes to uneven development between 1998 and 2008 Brazil showed a more than proportional growth in relation to other countries in all areas surveyed. The conclusion is that although the bloc's integration has improved, the effects obtained were not distributed equally among the countries given their heterogeneity.

Keywords: MERCOSUR. Regional integration. Latin America. Global Dimension of Regional Integration Model.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – PAÍSES E TERRITÓRIOS PERTENCENTES À AMÉRICA LATINA.....	14
FIGURA 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO MERCOSUL ENTRE 1950 E 2009.....	44
FIGURA 3 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DOS ESTADOS PARTES E ASSOCIADOS DO MERCOSUL ENTRE 1950 E 2009	45
FIGURA 4 – EVOLUÇÃO DO PIB A PREÇOS CONSTANTES DE MERCADO DOS ESTADOS PARTES E ASSOCIADOS DO MERCOSUL ENTRE 1990 E 2008.....	46
FIGURA 5 – EVOLUÇÃO DO PIB A PREÇOS CONSTANTES DA AMÉRICA LATINA E DO MERCOSUL ENTRE 1990 E 2008	47
FIGURA 6 – EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DA PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIMÁRIO EM RELAÇÃO AO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL ENTRE 1970 E 2008.....	48
FIGURA 7 – EVOLUÇÃO DO MONTANTE DAS EXPORTAÇÕES INTRA- E EXTRABLOCO CONSIDERANDO OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL - 1990 E 2008.....	49
FIGURA 8 – EVOLUÇÃO PERCENTUAL DE PAÍSES E BLOCOS COMERCIAIS SELECIONADOS EM RELAÇÃO ÀS EXPORTAÇÕES EXTRABLOCO DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL ENTRE 1990 E 2008.....	50
FIGURA 9 – EVOLUÇÃO DO TOTAL EXPORTADO PELOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL ENTRE 1993 E 2008	51
FIGURA 10 – EVOLUÇÃO PERCENTUAL DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES INTRARREGIONAIS EM RELAÇÃO AO TOTAL IMPORTADO E EXPORTADO NOS ESTADOS PARTES ENTRE 1993 E 2008.....	52
FIGURA 11 – DIAGRAMA DOS ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (X_i).....	63
FIGURA 12 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO GLOBAL REGIONAL (DGR).....	64
FIGURA 13 – ÁREAS DE ROTAÇÃO APLICADAS AO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO GLOBAL REGIONAL (DGR).....	65
FIGURA 14 – ÍNDICE DO ESTÁGIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL (EIR).....	67
FIGURA 15 – DIAGRAMA DA METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO MODELO DGIR.....	68
FIGURA 16 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O BRASIL – 1998/2008	69
FIGURA 17 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA A ARGENTINA – 1998/2008	70
FIGURA 18 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O PARAGUAI – 1998/2008	71
FIGURA 19 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O URUGUAI – 1998/2008	72

FIGURA 20 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA A BOLÍVIA – 1998/2008	72
FIGURA 21 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O CHILE – 1998/2008	73
FIGURA 22 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA A COLÔMBIA – 1998/2008	74
FIGURA 23 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O EQUADOR – 1998/2008	74
FIGURA 24 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O PERU – 1998/2008	75
FIGURA 25 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA A VENEZUELA – 1998/2008	76
FIGURA 26 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMETNO GLOBAL REGIONAL (DGR) OBTIDOS PARA OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL – 1998/2008..	77
FIGURA 27 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMETNO GLOBAL REGIONAL (DGR) OBTIDOS PARA OS ESTADOS ASSOCIADOS DO MERCOSUL – 1998/2008.....	78
FIGURA 28 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O MERCOSUL CONSIDERANDO SEUS ESTADOS PARTES – 1998/2008.....	79
FIGURA 29 – ÍNDICE DO ESTÁGIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL OBTIDO PARA O MERCOSUL CONSIDERANDO SEUS ESTADOS PARTES – 1998/2008.....	80
FIGURA 30 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O MERCOSUL CONSIDERANDO SEUS ESTADOS PARTES E A BOLÍVIA – 1998/2008.....	81
FIGURA 31 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMETNO GLOBAL REGIONAL (DGR) OBTIDOS PARA OS ESTADOS PARTES E BOLÍVIA – 1998/2008	82
FIGURA 32 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O MERCOSUL CONSIDERANDO SEUS ESTADOS PARTES E O CHILE – 1998/2008	83
FIGURA 33 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMETNO GLOBAL REGIONAL (DGR) OBTIDOS PARA OS ESTADOS PARTES E CHILE – 1998/2008.....	83
FIGURA 34 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O MERCOSUL CONSIDERANDO SEUS ESTADOS PARTES E A COLÔMBIA – 1998/2008.....	84
FIGURA 35 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMETNO GLOBAL REGIONAL (DGR) OBTIDOS PARA OS ESTADOS PARTES E COLÔMBIA – 1998/2008	85
FIGURA 36 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O MERCOSUL CONSIDERANDO SEUS ESTADOS PARTES E O EQUADOR – 1998/2008.....	86
FIGURA 37 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMETNO GLOBAL REGIONAL (DGR) OBTIDOS PARA OS ESTADOS PARTES E EQUADOR – 1998/2008	86

FIGURA 38 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O MERCOSUL CONSIDERANDO SEUS ESTADOS PARTES E O PERU – 1998/2008.....	87
FIGURA 39 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMETNO GLOBAL REGIONAL (DGR) OBTIDOS PARA OS ESTADOS PARTES E PERU – 1998/2008	88
FIGURA 40 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O MERCOSUL CONSIDERANDO SEUS ESTADOS PARTES E A VENEZUELA – 1998/2008	89
FIGURA 41 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMETNO GLOBAL REGIONAL (DGR) OBTIDOS PARA OS ESTADOS PARTES E VENEZUELA – 1998/2008....	89
FIGURA 42 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O MERCOSUL CONSIDERANDO SEUS ESTADOS PARTES E ASSOCIADOS – 1998/2008.....	90
FIGURA 43 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMETNO GLOBAL REGIONAL (DGR) OBTIDOS PARA OS ESTADOS PARTES E ASSOCIADOS – 1998/2008 ..	91

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – TENTATIVAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA ATÉ 1945.....	20
QUADRO 2 – VARIÁVEIS POLÍTICAS PARA ELABORAÇÃO DO ÍNDICE GLOBAL DE DESENVOLVIMENTO POLÍTICO REGIONAL DO BLOCO COMERCIAL.....	55
QUADRO 3 – VARIÁVEIS SOCIAIS PARA ELABORAÇÃO DO ÍNDICE GLOBAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL REGIONAL DO BLOCO COMERCIAL.....	56
QUADRO 4 – VARIÁVEIS ECONÔMICAS PARA ELABORAÇÃO DO ÍNDICE GLOBAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL DO BLOCO COMERCIAL.....	57
QUADRO 5 – VARIÁVEIS TECNOLÓGICAS PARA ELABORAÇÃO DO ÍNDICE GLOBAL DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO REGIONAL DO BLOCO COMERCIAL.....	59
QUADRO 6 – EXEMPLO DE APLICAÇÃO PARA OBTENÇÃO DA SOMA DO TRP.....	62
QUADRO 7 – MELHORES ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL APRESENTADOS NO ANO DE 1998.....	92
QUADRO 8 – MELHORES ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL APRESENTADOS NO ANO DE 2008.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALALC	Associação Latino-Americana de Livre-Comércio
CAN	Comunidade Andina
CARICOM	<i>Caribbean Community and Common Market</i>
CARIFTA	<i>Caribbean Free Trade Association</i>
CEI	Centro de Economia Internacional
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
DGR	Índice de Desenvolvimento Global Regional
EIR	Estágio de Integração Regional
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
MCCA	Mercado Comum Centro-Americano
MDGIR	Modelo da Dimensão Global da Integração Regional
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MUC	Mercado Único Caribenho
ODECA	Organização dos Estados Centro-Americanos
OIC	Organização Internacional do Comércio
OPA	Operação Pan-Americana
PIB	Produto Interno Bruto
PICE	Programa de Integração e Cooperação Econômica
RL	<i>Ranking List</i>
SA	Situação Atual
SICA	Sistema de Integração Centro-Americano
SIECA	Subsistema de Integração Econômica da América Central
TEC	Tarifa Externa Comum
TRP	Total de Resultados Possíveis
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
WTO	World Trade Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 OBJETIVOS	2
1.1.1 Objetivo Geral	2
1.1.2 Objetivos Específicos	2
1.1.3 Justificativa.....	3
2 A TEORIA DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL	5
3 PROCESSO HISTÓRICO DA INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA	14
3.1 FASE INICIAL: FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS ATÉ 1945	15
3.2 SEGUNDA FASE: VELHO REGIONALISMO, DO PÓS-GUERRA ATÉ 1970 ..	21
3.3 TERCEIRA FASE: NOVO REGIONALISMO (PÓS 1970)	26
3.4 BREVE HISTÓRICO DOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANOS	29
3.4.1 O Mercado Comum Centro-Americano	29
3.4.2 O Mercado Comum e Comunidade do Caribe	30
3.4.3 O Pacto Andino	31
3.4.4 A Associação Latino-Americana de Integração	33
4 MERCOSUL	37
4.1 PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO MERCOSUL	37
4.2 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO MERCOSUL.....	44
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	54
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	69
6.1 ÍNDICES OBTIDOS PELOS ESTADOS PARTES E ASSOCIADOS	69
6.2 ÍNDICES OBTIDOS PARA O MERCOSUL	78
6.2.1 MERCOSUL – Estados Partes	79
6.2.2 MERCOSUL – Estados Partes e Bolívia	81
6.2.3 MERCOSUL – Estados Partes e Chile	82
6.2.4 MERCOSUL – Estados Partes e Colômbia.....	84
6.2.5 MERCOSUL – Estados Partes e Equador.....	85
6.2.6 MERCOSUL – Estados Partes e Peru	87
6.2.7 MERCOSUL – Estados Partes e Venezuela.....	88
6.2.8 MERCOSUL – Estados Partes e Estados Associados	90
7 CONCLUSÕES	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

1 INTRODUÇÃO

A integração econômica esteve, durante um longo período, estigmatizada apenas como um resultado do comércio internacional. Somente após a Segunda Guerra Mundial e a redução do protecionismo exacerbado é que a integração passou a receber atenção especial dos pesquisadores e a sociedade, por sua vez, a evidenciar um crescimento considerável dos processos integracionistas por todos os continentes do globo. Desses processos, algumas iniciativas sucumbiram frente ao protecionismo e, outros, baseados em interesses coletivos, atingiram grande êxito.

Nesse mesmo período, porém, vários países, em todos os continentes, também evidenciaram seu atraso frente aos demais e isso ocorreu em decorrência de um anacronismo histórico difícil de ser transgredido. Dentre esses países estão os chamados países latino-americanos, que, mesmo sendo decorrência de processos de colonização semelhantes em toda parte, baseados na exploração de seus recursos por parte das metrópoles, são recheados de enormes discrepâncias, principalmente econômicas.

Assim, após inúmeras tentativas frustradas, ou então minimizadas pela pequena abrangência dos acordos integracionistas na América Latina, surge, na década de 1980, o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, no qual os Estados Partes e Associados buscam o desenvolvimento intrarregional com vistas à superação do atraso frente aos países desenvolvidos e aos malefícios advindos da globalização dos mercados.

Nesse contexto, esta pesquisa visa uma avaliação mais ampla do processo integracionista que ocorre entre os países envolvidos no MERCOSUL, avaliação a ser feita através do Modelo da Dimensão Global da Integração Regional (Modelo DGIR), adaptado para esta pesquisa a partir do modelo desenvolvido por Estrada (2004). Essa metodologia visa oferecer, aos políticos e pesquisadores, um novo instrumento analítico para estudar a evolução e as fases de qualquer processo de integração regional a partir de uma perspectiva global, tendo como base um grupo de índices e de gráficos.

Ao longo dos últimos 60 anos, o foco da investigação sobre a integração regional mudou drasticamente e essa mudança ocorreu com a descoberta e a

aplicação de novas teorias, de novos modelos e de novas técnicas. Assim, portanto, este estudo da integração regional será abordado, nesta pesquisa, a partir de quatro diferentes perspectivas: econômica, política, social e tecnológica, considerando também a orientação dessas perspectivas no contexto da integração regional.

Segundo Estrada (2004), a avaliação da integração regional e o saldo da integração é uma tarefa complexa, sendo que, dos estudos relacionados com a integração regional desde a década de 1960, grande parte tem sido feita a partir somente da perspectiva econômica.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Trata-se de avaliar, a partir de uma perspectiva multidimensional (política, social, econômica e tecnológica), os estágios da integração do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, nos anos de 1998 e 2008.

1.1.2 Objetivos Específicos

A partir do objetivo geral, para melhor alcançá-lo no decorrer dos estudos e das análises, tratou de distribuir a tarefa nos seguintes objetivos específicos:

- evidenciar, através dos índices de desenvolvimento regional, a participação de cada Estado Parte no processo integracionista do MERCOSUL;
- simular, através da inclusão de Estados Associados, o comportamento dos índices de desenvolvimento regional do bloco;
- demonstrar, com base nos índices apresentados, as áreas nas quais cada Estado Parte ou Associado deve promover melhorias para a geração de resultados positivos no bloco.

1.1.3 Justificativa

Segundo Bouzas (2001), o Mercado Comum do Sul tem sido uma das experiências de integração, envolvendo países em desenvolvimento que mais despertam interesse atualmente, dada a dimensão econômica e a importância regional de alguns Estados membros. Somam-se ainda, a esses fatos, o crescimento extraordinário dos fluxos de comércio e de investimentos e o progresso na eliminação de tarifas.

Embora muito já tenha sido discutido acerca da integração regional e do próprio MERCOSUL, esta pesquisa busca avaliar, através de uma perspectiva mais ampla, tal processo integracionista.

A utilização de uma metodologia mais abrangente se justifica, pois os métodos apresentados para avaliação da integração regional caracterizam-se principalmente por possuírem um caráter estático, prevalecendo, na maioria das vezes, o estudo através de apenas um campo do conhecimento.

Desde a década de 1960 esta questão da necessidade de uma análise do processo integracionista através de uma metodologia multidimensional é apoiada por Myrdal (1962, p. 8-9), que diz o seguinte:

La difusión del concepto general de “integración” en la ciencia social, en relación con algunos de los viejos problemas familiares de análisis económico, implica la necesidad consciente de un panorama más amplio que de la ciencia económica. En sí, un planteamiento más comprensivo del problema tiene como resultado que los intereses y las valoraciones humanas se ponen de relieve en grado más alto que en los estudios parciales a que se concretan los economistas tradicionales.

Para Ciccolella (1994, p. 45), existe “[...] a necessidade de marcar os estudos, diagnósticos e propostas sobre o processo de integração que nos ocupa, dentro das transformações tecnológicas produtivas, sociais, políticas e territoriais que, tanto em escala global como em nível nacional, vêm ocorrendo nos últimos 15 anos”. Com relação à importância da integração econômica para os países, Izerrougene (2007) demonstra que, dentre os efeitos da integração, estão o aumento do investimento e da renda, a diversificação da demanda e o aumento da especialização intraindustrial e a dedução de que a importância dos fluxos

intraindustriais corresponde ao grau de convergência nos níveis de desenvolvimento entre economias integradas. Entretanto, apenas países com características comuns podem chegar a uma homogeneização de seus níveis de desenvolvimento através do mercado, sendo que este não é o caso dos países integrantes do MERCOSUL.

Nos países do MERCOSUL existem, sim, grandes discrepâncias entre os níveis de desenvolvimento dos Estados Partes e dos Estados Associados. A ausência de oportunidades para a promoção de um desenvolvimento igualitário entre todos os países pode representar para os mais pobres um ônus permanente e cumulativo e, para os mais ricos o aumento de sua liderança frente aos demais, levando a crises no processo integracionista (IZERROUGENE, 2007).

A questão da integração na América Latina, incluindo o MERCOSUL, não deve ater-se somente a uma liberalização do comércio, e sim, promover a criação de um sistema econômico regional, sendo essa uma tarefa um tanto quanto complexa. De acordo com Furtado (1978, p. 267-268), essa complexidade se deve aos seguintes fatores determinantes das desigualdades:

Em razão da orientação anterior do desenvolvimento, das disparidades dos níveis atuais de desenvolvimento, dos riscos de agravamento da concentração geográfica tanto das atividades econômicas como da apropriação dos frutos do desenvolvimento, da considerável autonomia com que atuam na região poderosos consórcios internacionais, que controlam não somente atividades de exportação tradicionais, mas também grande parte do setor manufatureiro moderno, das divergências entre as políticas nacionais no que respeita à exploração de recursos naturais, da ineficácia dos Estados nacionais no controle e orientação dos processos econômicos e de outros fatores de não menor importância.

Desse modo, a avaliação da integração não deve apenas concentrar-se nos efeitos sobre criação e o desvio de comércio, devendo considerar as mudanças estruturais que o processo pode provocar nas mais diversas áreas. Assim, destaca-se a importância da avaliação do MERCOSUL através do Modelo da Dimensão Global da Integração Regional, que engloba as perspectivas políticas, econômicas, sociais e tecnológicas na determinação do estágio da integração regional.

2 A TEORIA DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL

A integração regional passou a ter lugar privilegiado frente às pautas de discussão entre os países nos últimos 60 anos e a formação do conceito confundeu-se com a questão do comércio internacional. Muitos questionamentos acerca da integração regional têm suas raízes ainda no período da doutrina mercantilista e teorias posteriores a ela.

A doutrina mercantilista, embora não seja considerada uma teoria sólida, demonstra a adoção de uma série de atos e de políticas similares dos países no que diz respeito à atividade econômica e ao comércio internacional durante o período compreendido entre os séculos XVI e XVIII. Novas descobertas geográficas, mais especificamente a descoberta da rota marítima para as Índias e a descoberta da América com suas fontes de metais preciosos, possibilitaram novas oportunidades de comércio e ampliaram as oportunidades de relações internacionais dos países europeus (BRUE, 2005).

Para a teoria mercantilista, mais rica e poderosa seria uma nação quanto maiores fossem sua população e seu estoque de metais preciosos. O Estado deveria promover políticas que aumentassem o bem-estar da população, estimulassem o comércio e a indústria (vistos com maior importância do que a agricultura) e favorecessem as exportações com vistas ao aumento do volume de metais preciosos (BRUE, 2005).

Assim, as exportações eram estimuladas e as importações dificultadas ou proibidas para evitar a saída de metais preciosos. Se tal política fosse adotada por todos os países, não haveria exportações dado o extremo protecionismo praticado, eliminando o comércio internacional.

É com o advento do liberalismo econômico que surge e desenvolve-se a teoria do comércio internacional, tendo como marco inicial a publicação do livro “A Riqueza das Nações”, de Adam Smith, no ano de 1776. O liberalismo buscava construir uma teoria da especialização internacional, esforçando-se para evidenciar as vantagens que a mesma teoria, associada a condições de livre-comércio, poderia oferecer aos países envolvidos.

Para Smith, a riqueza das nações advinha da expansão do mercado e do aumento da produtividade do trabalho, que, por sua vez, era resultado da divisão do trabalho. A divisão do trabalho deriva dos desejos individuais, que levam o ser humano a trocar ou a negociar uma mercadoria. Conclui-se então que o tamanho do mercado é fator limitante da divisão do trabalho e o país deve passar a interagir no cenário do comércio internacional, levando a uma especialização de sua mão de obra nas mercadorias que produz com maior eficiência, exportando o excedente e importando mercadorias nas quais não seria tão eficiente (SMITH, 1996).

A teoria de Smith apresentava, porém, uma limitação, a qual consiste na ideia de que, se um determinado país, é ineficiente em termos absolutos na produção de todos os bens, o mesmo não poderia participar do comércio internacional.

Foi então que David Ricardo elaborou, em 1817, a Teoria das Vantagens Comparativas, teoria que explicava as razões de haver o comércio internacional mesmo entre países sem vantagens absolutas na produção de qualquer bem. Essa lacuna deixada por Adam Smith foi resolvida considerando não simplesmente os custos absolutos de produção, mas, sim, os custos relativos determinados pela produtividade do trabalho, sendo as diferenças de tecnologia entre os países a origem do comércio exterior (RICARDO, 1996).

Ainda entre os autores clássicos, John Stuart Mill, em seu livro “Princípios de Economia Política”, de 1848, corrobora a teoria de Ricardo sobre as vantagens comparativas, afirmando que a determinação do intercâmbio é dada pela diferença no custo comparativo e não no custo absoluto da produção. Mill (1996, p. 155) destaca as vantagens do comércio internacional:

Prescindindo do fato de ele possibilitar aos países obterem mercadorias que eles mesmos não teriam condições de produzir, a vantagem está no emprego mais eficiente das forças produtivas do mundo. Se dois países que comercializam entre si tentassem, na medida do possível, produzir eles mesmos o que agora importam um do outro, o trabalho e o capital dos dois países não seria tão produtivo; os dois juntos não conseguiriam com sua atividade quantidade tão grande de mercadorias quanto conseguiriam se cada um se empenhasse em produzir, tanto para si mesmo como para o outro, as coisas nas quais seu trabalho é relativamente mais eficiente. O acréscimo assim feito à produção dos dois conjugados é a vantagem desse comércio.

Durante a segunda metade do século XIX surge a chamada Teoria Econômica Neoclássica, teoria que possui, em seu núcleo, quatro teoremas que formam a base da teoria pura do comércio internacional. Para os neoclássicos, os padrões de comércio são definidos pela diferença na dotação dos fatores de produção e na diferença de intensidade de uso de tais fatores no processo produtivo (GONÇALVES et alii, 1998).

O primeiro dos quatro teoremas é o de Heckscher-Ohlin, segundo o qual um país exportará o produto que, em sua produção, utiliza de forma intensiva o fator que é relativamente abundante domesticamente.

O teorema da equalização do preço dos fatores afirma que, externamente, sob certas condições, será suficiente o livre-comércio de bens finais para a equalização dos preços dos fatores internacionalmente. Já em sua dimensão interna, o teorema afirma que, com o preço constante das mercadorias, uma pequena mudança na dotação de um fator de produção não afetará o preço dos fatores.

Os teoremas seguintes são os de Stolper-Samuelson e o de Rybczinski. No primeiro, um crescimento no preço relativo de uma mercadoria aumenta o retorno real do fator usado intensivamente na produção dessa mercadoria e reduz o retorno da outra mercadoria. Para o segundo, se o preço de um produto for fixo, um aumento na dotação de um fator acarreta um crescimento mais que proporcional na produção da mercadoria que usa o fator relativamente de forma intensiva e uma queda absoluta da produção da outra mercadoria.

O termo *integração econômica regional* consolida-se e torna-se então um derivativo da teoria do comércio internacional. A primeira contribuição para a análise da integração econômica internacional de forma autônoma foi de Jacob Viner, em 1950, com a sua obra "*The Customs Union Issue*", obra na qual o autor investiga os efeitos de uma união aduaneira nas correntes de comércio e distingue dois efeitos advindos da união, quais sejam, a criação e o desvio de comércio.

O interesse da Teoria das Uniões Aduaneiras está nos efeitos que ocorrem sobre a localização da produção, dada a especialização que passa a ocorrer, que, por sua vez, depende das vantagens comparativas e também dos efeitos no consumo em razão da alteração do nível de preços. A formação da união

aduaneira pode levar ao deslocamento geográfico da produção de algumas mercadorias, assim acarretando a criação ou o desvio de comércio (VINER 1950).

Segundo Viner (1950), caracteriza-se a criação de comércio quando ocorre a transferência da produção de determinada mercadoria de um país com custos mais elevados para um país com menores custos, potencializando o livre-comércio no interior da união aduaneira e gerando um acréscimo de bem-estar para a sociedade. Já o desvio de comércio está associado a um efeito de protecionismo, pois as mercadorias passam a ser produzidas em países participantes da união aduaneira (com custos mais elevados), ao invés de serem produzidas em países estrangeiros (com custos menores), levando a uma perda de bem-estar para a sociedade. Então, a união aduaneira será considerada benéfica se o aumento de comércio for superior ao desvio de comércio.

A avaliação dos benefícios de um acordo de integração regional restringe-se à comparação entre criação e o desvio de comércio e trata-se de uma análise de estática comparativa. O processo de integração é vantajoso quando se cria mais do que se desvia comércio e vice-versa. Quando o acordo de integração é bem sucedido, então passa a ser visto como uma etapa cumprida na busca de uma liberalização mais ampla. Um acordo de integração regional (*second best*) seria sempre preferível à situação de mercados fechados, mas sempre preterível ao quadro de livre-comércio global (*first best*) (VINER, 1950).

Lipsey (1960), com base na teoria da criação e desvio de comércio elaborada por Viner, afirma que, mesmo existindo, a situação de desvio de comércio, ocorreria a geração de efeitos benéficos na estrutura produtiva e no consumo dos países envolvidos dadas as importações, pois passaria a ocorrer uma diminuição dos preços relativos das mercadorias dadas as mudanças ocorridas com relação à produção e ao comércio e, conseqüentemente, seriam acarretadas mudanças no bem-estar da população.

Myrdal (1962) corrobora o aparecimento do termo “integração econômica” no período posterior à Segunda Guerra Mundial e acrescenta que o mesmo termo se tornou uma nova reivindicação popular nas discussões políticas internacionais. Junto à questão da integração surge a expressão “o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos”, expressão que segue o mesmo gênero e está

estritamente relacionada com a primeira, sendo que ambas sinalizam novos interesses, ideais, aspirações e visões no cenário internacional.

Literalmente, o termo *integração* corresponde a *união de partes em um todo*, mas seu real significado é um tanto quanto mais complexo e baseado no ideal ocidental de igualdade e oportunidade para todos. Antes da Segunda Guerra Mundial, o termo *integração* era aplicado geralmente para caracterizar relações sociais estáveis dentro de uma comunidade estacionária, isolada e primitiva, estando sua população em equilíbrio malthusiano, com incrementos fixos e uma divisão estabelecida de funções e responsabilidades e, quando fatores externos acarretavam alterações nessas relações sociais, era pregado que a *integração* estava sendo comprometida (MYRDAL, 1962).

O termo *integração* tinha uma concepção estática, caracterizando as comunidades que se apresentavam como dito acima. A partir de um ponto de vista um pouco mais amplo, essa situação demonstrava a relação entre os países avançados da Europa e do Novo Mundo, cuja população era principalmente de origem europeia e, por outro lado, as colônias que serviam aos interesses das nações desenvolvidas e cuja população subsistia passivamente em estado estacionário, convivendo com baixos níveis de vida e tecnológica (MYRDAL, 1962).

É no período pós-guerra que o termo *integração* adquire uma conotação política, tendo, em sua essência, uma violenta e radical ruptura do isolamento cultural e o surgimento de uma crescente onda de exigências provenientes da população e líderes políticos das regiões atrasadas em busca de uma maior igualdade de oportunidades na área econômica e sua inserção junto às civilizações ditas “modernas”. Ocorre então uma mudança no sentido do uso do termo *integração*, o qual passa a significar um ideal para a direção de mudanças sociais e uma meta desejada para ajustes internos e recíprocos das comunidades nacionais, cuja dependência mútua tornou-se necessária (MYRDAL, 1962).

No ano de 1961, o economista Bela Balassa publica o livro intitulado “*The Theory of Economic Integration*”, livro considerado o marco inicial da teoria pura da *integração econômica*. De acordo com Balassa (1964), até então a “*integração econômica*” não tinha um conceito claro, pois alguns autores incluíam a *integração social* nesse conceito, outros consideravam a *cooperação internacional* e, ainda,

alguns autores consideravam a simples existência de relações comerciais entre países independentes como uma forma de integração.

Para Balassa (1964), a integração econômica pode ser considerada tanto como um processo como uma situação final, que ocorreu graças ao desenvolvimento deste mesmo processo. Como processo, ela é entendida como a busca de medidas destinadas à abolição de discriminações entre os países e, como situação, corresponde à ausência dessas diversas formas de discriminação.

Ainda é válida a distinção entre *integração* e *cooperação*, sendo esta não somente qualitativa, mas também quantitativa. A cooperação inclui apenas uma ação de tendência a diminuir certas discriminações, ao passo que a integração econômica pressupõe medidas que conduzem à supressão de algumas formas de discriminação (BALASSA, 1964).

As diversas formas por que um processo de integração econômica pode passar e que traduzem diferentes graus de integração são elencados por Balassa (1964), sendo eles: área ou zona de livre-comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e monetária, e o estágio final chamado de integração econômica total.

É válido destacar que não existe a necessidade de passagem por todos esses estágios até que o processo de integração se torne uma situação final, podendo a integração iniciar em estágio mais avançado do que uma simples área de livre-comércio.

A área ou zona de livre-comércio surge como o primeiro estágio do processo de integração econômica entre os países. Nesse estágio inicial, ocorre a eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias sobre o comércio de produtos entre os países participantes do bloco, porém cada país mantém suas restrições comerciais em relação aos demais países que não pertencem ao bloco (BALASSA, 1964).

Para evitar que produtos advindos de países não membros da área de livre-comércio se beneficiem das preferências negociadas, existe a necessidade de criação de um certificado e regras que definam a nacionalidade do produto (geralmente baseado no valor adicionado no país membro); também se faz necessário o alinhamento das taxas de câmbio dos países participantes, assim

evitando o surgimento de superávits dos parceiros devido à competitividade induzida pela desvalorização cambial (GONÇALVES et alii, 1998; BAUMANN; CANUTO; GONÇALVES, 2004).

O segundo estágio do processo de integração é a união aduaneira, que, assim como a área de livre-comércio, se configura como um acordo entre os países do bloco econômico. De acordo com Balassa (1964), além da eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias sobre o comércio de produtos, nesse estágio ocorre a equalização dos direitos em relação ao comércio com países não membros do bloco econômico.

Para Gonçalves et alii (1998), esse estágio ocorre através da fixação de uma tarifa externa comum (TEC) aos países que não fazem parte do bloco, não sendo mais necessário o certificado de origem dos produtos, pois qualquer produto advindo de um país não membro recebe a mesma tarifação. Baumann, Canuto e Gonçalves (2004) ressaltam ainda que, diante de uma negociação internacional, os países membros da união aduaneira respondem de forma única e começa a existir a necessidade de convergência das políticas cambiais, monetárias e fiscais para um alinhamento dos ciclos econômicos dos países membros.

O estágio seguinte, considerado já bastante avançado, configura-se na formação de um mercado comum, que engloba as medidas dos estágios anteriores, acrescida a possibilidade de livre circulação dos demais fatores produtivos, sejam eles pessoas, serviços ou capitais (BALASSA, 1964).

Além da coordenação das políticas cambial, fiscal e monetária, torna-se necessário compatibilizar as legislações correspondentes, dentre as quais estão as normas trabalhistas, previdenciárias, regulação de capital, proteção aos investidores, regulação de concorrência e outras. Dada a necessidade de tomada de decisões internas e externas, surge a necessidade da existência de instituições supranacionais, visando decisões homogêneas (BAUMANN; CANUTO; GONÇALVES, 2004).

O estágio posterior à constituição de um mercado comum é a formação de uma união econômica e monetária, união a qual, segundo Balassa (1964, p. 13), “[...] associa a supressão de restrições aos movimentos de mercadorias e fatores com um certo grau de harmonização das políticas econômicas nacionais [...]”,

visando à abolição de possíveis discriminações resultantes de diferenças entre essas políticas.

Por fim, chega-se à fase final do processo de integração através da integração econômica total, com a unificação das políticas monetárias (criação de uma moeda única comum), fiscais, sociais e anticíclicas, comandadas pela autoridade supranacional, sendo suas decisões obrigatoriamente aceitas pelos países membros (BALASSA, 1964; CARBAUGH, 2004).

Balassa (1964, p. 13-14) situa a teoria da integração da seguinte forma:

A teoria da integração econômica pode ser encarada como um aspecto da economia internacional, mas também alarga o campo da teoria do comércio internacional na medida em que analisa a influência de uma fusão de mercados nacionais sobre o crescimento e examina a necessidade de coordenação das políticas econômicas no interior de uma união. Finalmente, a teoria da integração econômica deve considerar também elementos da teoria da localização. A integração de países vizinhos conduz à abolição de barreiras artificiais que impedem a atividade econômica contínua através das fronteiras nacionais e a alteração da localização da produção e as tendências de concentração e descentralização regionais daí resultantes não podem ser convenientemente discutidas sem utilizar os instrumentos da análise locacional.

Dentre as teorias econômicas contemporâneas sobre o comércio internacional, destaca-se a Teoria das Vantagens Competitivas das Nações, de Michael Porter. Deve-se ir além das vantagens comparativas e concentrar-se na vantagem competitiva das nações tendo por base o conceito de competitividade, que, por sua vez, considera mercados segmentados, produtos diferenciados, diversidades tecnológicas e as economias de escala resultantes (PORTER, 2000).

De acordo com Porter (2000), a prosperidade econômica das nações depende da forma como são empregados o trabalho e o capital, ou seja, depende da produtividade de tais recursos. A integração comercial entre os países influencia fortemente sua produtividade, concordando, assim, com as teorias de Smith e de Ricardo, pois o comércio internacional permite ao país aumentar sua produtividade dada a especialização nas indústrias e nos segmentos nos quais suas empresas têm uma produção relativamente superior às empresas estrangeiras, sendo importados os produtos para os quais suas empresas apresentam desvantagens de produção.

Uma contribuição significativa da Teoria Competitiva é a demonstração de possíveis ameaças ao crescimento da produtividade oriundas da abertura comercial. Se as empresas nacionais não se tornarem competitivas internacionalmente, então terão sua capacidade de exportação comprometida e ocorrerá uma redução no padrão de vida do país. Além disso, acrescenta ainda que um aumento das exportações não pode ser advindo de baixos salários e de desvalorização cambial, pois isso levaria a reduções do padrão de vida; o aumento das exportações deve originar-se de ganhos de produtividade, ganhos que, por sua vez, levarão a aumentos da produtividade nacional (PORTER, 2000).

O processo de integração ainda pode ser considerado através de dois modelos que englobam distintas características. O primeiro é o modelo de integração organizativa, no qual ocorre a adesão de países com distintas capacidades e potencialidades (heterogêneos) e os países maiores tendem a condicionar os menores (verticalização) e os resultados econômicos, políticos e sociais são repartidos de forma desigual. O segundo é o modelo associativo, caracterizado pela homogeneidade dos países participantes, que compartilham problemas e objetivos, além de possuírem potencialidades e capacidades semelhantes, tendo os resultados distribuídos de forma igualitária entre os membros (SOSSA; DIRIÉ, 2007).

Assim, traçados os conceitos teóricos básicos acerca da integração econômica, a próxima parte da pesquisa demonstra o histórico de surgimento da integração econômica na América Latina, demonstração que visa o entendimento do processo no qual está inserida a formação e a situação atual do MERCOSUL.

3 PROCESSO HISTÓRICO DA INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Segundo Saldanha (2007, p. 48), “A integração regional na América Latina está longe de constituir um processo único e contínuo, pois compreende um grande número de modelos complexos e diferentes, que variam no tempo, segundo interesses econômicos e vertentes políticas.”

Ainda nesse sentido, Ciccolella (1994) aponta que os antecedentes de integração econômica na América Latina datam de várias décadas e têm, em seu cerne, o discurso político e ideológico de consenso entre os povos latino-americanos.

A América Latina referida nesta pesquisa é demonstrada pela Figura 1 e compreende todos os países e territórios situados ao sul dos Estados Unidos, abrangendo o México na América do Norte, a América Central e a América do Sul.



FIGURA 1 – PAÍSES E TERRITÓRIOS PERTENCENTES À AMÉRICA LATINA

FONTE: O autor (2010).

De acordo com a CEPAL (2008), os países e os territórios que fazem parte da América Latina estão assim divididos:

- América Central: Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México (possui algumas ilhas no Caribe), Nicarágua e Panamá;
- América do Sul: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Bolívia, Guiana Francesa, Guiana, Ilhas Malvinas, Paraguai, Peru, Venezuela, Suriname e Uruguai;
- Caribe: Anguila, Antígua e Barbuda, Antilhas Holandesas, Aruba, Bahamas, Barbados, Bermudas, Cuba, Dominica, Granada, Guadalupe, Haiti, Ilhas Caimã, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Virgens Americanas, Ilhas Virgens Britânicas, Jamaica, Martinica, Montserrat, Porto Rico, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadas, e Trinidad e Tobago.

Desse modo, podem ser caracterizados três períodos dentro do processo integracionista em marcha na América Latina, os quais serão demonstrados a seguir.

3.1 FASE INICIAL: FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS ATÉ 1945

Para uma melhor compreensão da problemática atual da questão acerca da integração na América Latina faz-se necessária uma breve revisão dos antecedentes econômicos históricos da região, pois problemas atuais têm suas raízes no período colonial. Segundo Sunkel (1998), os países latino-americanos têm uma tradição secular de fragmentação interna nos domínios político, social e econômico, ignorando uns aos outros, ao passo que eram estreitados os laços com países de fora da região e que apareciam como poder dominante na época.

De acordo com Furtado (1978), desconsiderando o Brasil de colonização portuguesa, o Haiti de colonização francesa e algumas outras ilhas do Caribe colonizadas por outros países europeus, os demais países, em sua grande maioria, foram colônias espanholas e têm, atualmente, o espanhol como seu idioma oficial;

porém as heranças culturais e étnicas fazem com que existam mais diferenças do que semelhanças entre esses países.

As dificuldades encontradas nos processos de integração nos países latino-americanos têm suas raízes fundadas quando dos processos de independência nacional. Os individualismos e as ambições pessoais, os diferentes interesses de cada país, a heterogeneidade da população, a distância aliada à falta de infraestrutura e a questão climática, levaram a uma divisão do subcontinente em diversos países. Tais fatores culminaram em uma América Latina de economia subordinada, desestruturada e vulnerável a fatores externos com tendência a estancamento econômico (PINTO, 2006).

Além do mais, a produção das colônias era voltada exclusivamente para as metrópoles, que, por sua vez, proibiam a comunicação e, principalmente, o comércio entre as colônias e outros países vizinhos (SUNKEL, 1998).

A formação dos Estados nacionais latino-americanos ocorreu de forma acidentada, pois as burguesias liberais que lideraram ou apoiaram os movimentos de independência não tinham condições de estruturar sistemas de governo compatíveis com os da metrópole até então vigentes, fazendo com que o localismo político prevalecesse (FURTADO, 1978).

Com o rompimento dos vínculos com a metrópole, o poder deslocou-se para a classe dos senhores da terra, sendo tal fato determinante para a formação de economias totalmente subordinadas aos interesses externos. Entre os senhores da terra não havia uma interdependência, pois havia uma luta pelo poder dificultando a formação e o predomínio de interesses coletivos. Pelo outro lado, a burguesia urbana mantinha contatos com o exterior e explorava todas as possibilidades de expansão do intercâmbio externo, vinculando cada vez mais parcelas do setor rural a tais interesses (FURTADO, 1978).

A questão dos intercâmbios externos configurados a partir de 1840 foi fundamental na moldagem da estrutura econômica de cada país e influenciaria diretamente na posterior evolução das mesmas estruturas. De acordo com Furtado (1978), três formas de economia exportadora eram predominantes no processo de inserção internacional, sendo: as economias exportadoras de produtos agrícolas de

clima temperado, as exportadoras de produtos agrícolas de clima tropical e as exportadoras de produtos minerais.

As economias exportadoras de produtos agrícolas de clima temperado, constituídas essencialmente por Argentina e Uruguai, basearam-se na agricultura extensiva destinada aos países em industrialização, concorrendo com a produção interna destes últimos. A rentabilidade era elevada e a extensão das lavouras desencadeou a estruturação de um eficiente sistema de transportes unificando o mercado interno. Essa forma de relação levou a uma integração com o setor produtivo da economia mundial e que estava em continuado avanço técnico, acarretando elevadas taxas de crescimento (FURTADO, 1978).

A produção de produtos agrícolas tropicais era a forma que dominava a maioria dos países latino-americanos, merecendo destaque Brasil, Colômbia, Equador, países da América Central e do Caribe. A produção desses países concorria no comércio internacional com outras áreas coloniais e com a região escravista dos Estados Unidos. A efetiva integração dessas economias latino-americanas ao comércio internacional ocorreu através do café e do cacau, tendo como centro dinâmico de tal impulso os Estados Unidos. Com exceção de alguns casos, embora tenham propiciado o povoamento de grandes regiões, não tiveram forte significado para a questão do desenvolvimento, pois estavam baseadas na utilização de mão de obra com baixos salários, uso de meios tradicionais de transporte e sem necessidade de desenvolvimento de novas formas de cultivo. A questão da formação de um mercado interno passa a ocorrer com a implantação da mão de obra assalariada advinda da Europa e que necessitava de bens de consumo (FURTADO, 1978).

A terceira forma da economia latino-americana, a exportadora de produtos minerais, manifestou-se no México, no Chile, no Peru e na Bolívia. Essa economia tinha base no transporte de longa distância barateado e na rápida expansão das indústrias mecânicas, fatores que concorrerem para o impulso necessário para inserção desses países no comércio internacional. A produção artesanal de metais preciosos cedeu espaço à produção em grandes unidades comandadas pelo capital estrangeiro para extração de metais não ferrosos; tais unidades comportavam-se de forma autônoma à economia local e totalmente vinculada à economia onde estava a matriz do capital, não contribuindo para a

formação de um mercado interno, e servindo como fator dinâmico somente a partir do momento em que os governos locais passam a interferir na atividade através de impostos e de leis que obrigavam a compra de insumos internamente (FURTADO, 1978).

Segundo Sunkel (1998), a grande era de expansão do capital na América Latina ocorreu como consequência da Revolução Industrial, que induzia ao crescimento da população urbana, a uma maior renda e a maiores níveis de produção industrial e produtividade em toda a Europa, aumentando assim consideravelmente a demanda por alimentos e minerais. Por outro lado, ocorreram reduções no custo da terra, dos transportes marítimos e das comunicações, isso devido às inovações tecnológicas ocorridas, levando a transferências maciças de capital e a recursos humanos para a região latina a fim de desenvolver atividades de exportação, formando o padrão característico de especialização conhecido como relações centro-periferia.

A forma como ocorreu a dispersão das zonas de influência do Império Britânico, incluindo os países latino-americanos, era marcada por situações de baixo protecionismo entre os países, configurando uma quase relação de livre-comércio entre o centro e a periferia. Essa situação permitiu um processo alocativo dos recursos, seguindo a Teoria das Vantagens Comparativas, segundo a qual os países centrais alocavam seus recursos na produção de bens manufaturados. Pelo outro lado, os países da periferia tinham sua produção especializada em produtos intensivos em recursos naturais e mão de obra barata (SUNKEL, 1998).

De fato, o desenvolvimento experimentado pela região nesse período era, em sua forma tradicional, baseado nas exportações de algumas matérias-primas para os países desenvolvidos e tornava os países latinos concorrentes entre si, acabando com qualquer vínculo econômico entre si e, conseqüentemente, aumentando a fragmentação da América Latina (FURTADO, 1978).

Ainda é válido ressaltar que, nesse período, a hegemonia britânica sobre a América Latina começa a ser comprometida pelo expansionismo dos Estados Unidos sobre o México e o Caribe ainda no século XIX e sobre as Américas Central e do Sul nas primeiras duas décadas do século XX (SUNKEL, 1998).

Com a Grande Depressão termina uma fase de intenso desenvolvimento capitalista mundial e durante as décadas de 1930 e 1940 ocorrem profundos reajustamentos que abalam o sistema internacional de comércio, desintegrando mercados comerciais e financeiros, fazendo com que o investimento privado literalmente desaparecesse. Essa crise geral do comércio, das finanças e do investimento privado teve reflexos em todos os países, levando a graves desequilíbrios nas transações internacionais, queda severa da atividade econômica e uma taxa de desemprego elevada (SUNKEL, 1998).

Para a maioria dos países restou a opção de abandono do sistema internacional de comércio e o início de um isolamento econômico através de medidas protecionistas e forte controle cambial na área financeira. Esse cenário fez com que cada país protegesse e promovesse a produção doméstica do que anteriormente era importado. Então os países industrializados passaram a promover sua agricultura e os demais a tentar suprir de alguma forma a demanda por produtos industrializados que anteriormente eram importados. Na América Latina ocorreu a proteção e a promoção generalizada da produção, iniciando uma fase de desenvolvimento industrial e industrialização deliberada, posteriormente conhecida como Processo de Substituição de Importações (SUNKEL, 1998).

Junto a essa reorganização econômica ocorre ainda uma rearticulação das coalizões hegemônicas de poder das classes dominantes em praticamente todos os países. A antiga classe política dominante (formada por exportadores, importadores, agentes financeiros e comerciais externos) foi substituída por coalizões orientadas pelo Estado, classe média e grupos trabalhistas (eram coalizões amplas e progressistas, centro-esquerdistas, de caráter urbano, modernizador, nacional e populista) com o objetivo de alcançar uma maior importância ao desenvolvimento dos mercados internos, produção, emprego, serviços sociais e melhor distribuição da renda tendo como base a doutrina keynesiana (SUNKEL, 1998).

Todo esse processo histórico e os demais acontecimentos econômicos mundiais levaram a uma situação de grandes dificuldades de consolidação dos primeiros processos de integração ocorridos na América Latina no período, sendo eles demonstrados no Quadro 1.

Ano	Evento	Proposta	Resultado
1821	Tratado de Aliança entre Peru, Colômbia e todos os países hispano-americanos	Previa a constituição de uma Assembléia Geral dos Estados americanos	Não se efetivou
1824	Ensaio de uma Federação Geral entre os Estados hispano-americanos e planejamento de sua organização	Previa acordos de independência e paz	Sem resultados plausíveis
1826	Congresso Anfictiônico de Panamá	Previa uma integração de paz entre os países	Sem efeitos devido à pouca concorrência de países
1826	Tratado de União Liga e Confederação Perpétua	Previa uma integração geográfica comercial e de paz	Teve pouca projeção geográfica e poucos resultados políticos
1830	Proposta mexicana de integração	Estreitar laços de amizade e comércio entre as repúblicas americanas	Sem efeitos concretos
1846	Proposta uruguaia de integração com Bolívia e Venezuela	Estreitar laços de comércio e de paz com esses países	Sem efetivação
1848	Confederação entre Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru	Estreitar laços de amizade e de comércio	Sem efetivação
1856	Tratado Continental entre Chile, Equador e Peru	Estreitar laços de amizade e de comércio	Sem efetivação
1864	Convenção de União e Aliança Defensiva	Negociação de um tratado de paz e de cooperação	Não chegou a ser subscrito
1926	Proposta de união política do partido político peruano Aliança Popular Revolucionária Americana	Proposta de unificação política da América Latina	Proposta sem repercussão palpável
1936	Conferência Interamericana sobre consolidação da paz celebrada em Buenos Aires	Proposta de unificação e de paz entre os países interamericanos	Apresentaram-se projetos de ligas e associações americanas
1938	O político argentino Alejandro Bunge propôs a formação de uma União Aduaneira do Sul	Proposta de união aduaneira entre os países do sul da América Latina	Iniciou a discussão sobre a viabilização de uma integração econômica regional
1942	Conferência dos Países de La Plata	Proposta de constituir uma união aduaneira dos países do sul da América Latina	Apesar de ser aprovada, esta constituição não se efetivou

QUADRO 1 – TENTATIVAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA ATÉ 1945

FONTE: PINTO (2006, p. 34)

A formação de uma consciência de integração dos países da América Latina teve início na desorganização do comércio internacional após a Crise de 1929 e agravamento na impossibilidade de importações de produtos manufaturados durante o período da Segunda Guerra Mundial. Diante de tal situação iniciou-se um maior e mais diversificado fluxo comercial entre os países da região que foi

ameaçado no período pós-guerra, mas mantido dadas as possibilidades nele implícitas (FURTADO, 1978).

3.2 SEGUNDA FASE: VELHO REGIONALISMO, DO PÓS-GUERRA ATÉ 1970

O “velho regionalismo” ou “regionalismo fechado” ocorreu no período entre os anos 1950 e 1970 e teve como principais características o processo de substituição de importações com alto nível de protecionismo das indústrias nacionais e a intensa participação do governo na esfera econômica (BHAGWATI, 1999; ESTRADA, 2004).

A América Latina foi marcada, nesse período entre 1945 e 1970, por governos que defenderam uma ativa intervenção estatal para apoiar o desenvolvimento industrial, inversões em infraestrutura de transporte, comunicações e energia, reformas agrárias, redistribuição da renda, aumento dos serviços sociais (habitação, educação, saúde e seguridade social) e outras políticas públicas que favoreciam os setores empresariais e profissionais do país, a classe média e a força de trabalho organizada (SUNKEL, 1998).

Após esse período de crise é iniciado um período de fomento à integração regional em diversas partes do mundo, integração que tem como maior exemplo a formação da Comunidade Econômica Europeia (atualmente União Europeia), que apresenta nítido contraste com todo o processo histórico e geográfico ocorrido na América Latina. A integração europeia foi construída sobre uma base econômica e uma realidade geográfica favorável: as redes de comércio intraeuropeu sempre foram incentivadas, havia uma infraestrutura de transportes e de comunicações extensa e bem estabelecida, além de rica dotação de recursos naturais e humanos (SUNKEL, 1998).

Para Prebisch (1964), foram as duas grandes guerras mundiais e o período de depressão entre elas os fatores responsáveis pelo transtorno do sistema econômico internacional que havia sido implantado durante o século XIX e, a partir daquele momento (finais da década de 1940), havia a necessidade de instalação de uma nova ordem econômica mundial, nova ordem na qual tinha papel fundamental a formação de processos integracionistas entre os países.

Na América Latina, o crescimento da produção com vistas ao comércio intrarregional ocorreu principalmente durante o período entre as duas guerras mundiais. Nesses períodos, devido à concentração dos esforços na produção bélica, houve uma mudança nas prioridades da produção industrial na Europa e nos Estados Unidos. Assim, a América Latina tinha dificuldades em manter os seus mercados na Europa e na América do Norte e, também, as suas fontes tradicionais de fornecimento de importação, financiamento, investimento e tecnologia (SUNKEL, 1998).

Outro fato que resultou em uma inflexão na questão integracionista dos países latino-americanos foi a criação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) estabelecida pela Resolução 106 do Conselho Econômico e Social no dia 25 de fevereiro de 1948, entrando em funcionamento nesse mesmo ano, como uma das cinco comissões regionais estabelecidas pelas Nações Unidas e sendo sediada na cidade de Santiago, no Chile. A CEPAL foi fundada para contribuir com o desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar ações visando à promoção do desenvolvimento e reforçar as relações econômicas dos países latino-americanos entre si e com as demais nações do mundo (CEPAL, 2009).

Segundo Poletto (2000), o documento apontado como marco inicial do pensamento cepalino é conhecido como “Manifesto da CEPAL”, sendo este escrito por Raúl Prebisch, tendo como título original “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”, publicado no ano de 1949.

De acordo com Rodríguez (1981), as ideias gerais da CEPAL expressavam que o desenvolvimento econômico manifestava-se pelo aumento do bem-estar material, reflexo de um aumento da renda real por habitante e condicionado pelo crescimento da produtividade média do trabalho; esse crescimento, por sua vez, depende do aumento da dotação de capital por homem ocupado, sendo essa maior relação de capital por homem originada da acumulação propiciada pelo progresso técnico. Esses fatores não devem ser observados isoladamente em cada país, mas se devem elucidar as características desse processo em um sistema econômico mundial que é composto por centros e periferias.

São considerados centros as economias nas quais penetraram primeiro as técnicas capitalistas de produção e periferia são as economias em que a

produção permanece atrasada no ponto de vista da organização e da tecnologia. A conceituação segue demonstrando que, na inter-relação entre tais economias, as áreas mais atrasadas só recebem o progresso técnico em setores nos quais não está empregada a grande parte de sua população, pois a penetração tecnológica ocorre nos setores voltados à produção de alimentos e de matérias-primas a baixo custo, destinadas aos centros industrializados (CEPAL, 2000a).

Pode-se entender que a constituição histórica dos centros e da periferia ocorre dada a difusão do progresso técnico pela economia mundial, sendo que nos centros tal progresso se difunde pelo aparelho produtivo em um espaço de tempo relativamente breve e, na periferia, como anteriormente mencionado, a difusão ocorre somente nos setores direta ou indiretamente relacionados com a exportação, passando a ocorrer dualidades com relação às técnicas produtivas (RODRÍGUEZ, 1981).

Além da questão da relação centro-periferia, outra tese do pensamento cepalino era a de tendência à deterioração dos termos de troca, que confrontava o postulado liberal dos benefícios do livre-comércio internacional, pois, ao contrário do que era pregado pela Teoria das Vantagens Comparativas, não havia aumentos dos preços dos produtos primários frente aos industriais, dada a maior lentidão na incorporação de progressos técnicos aos primeiros. Assim, começou a defesa referente à industrialização dos países latino-americanos através do processo de substituição das importações, pois, mesmo com as indústrias periféricas apresentando menor eficiência, essa substituição ainda era desejável à aplicação dos recursos produtivos na agricultura (BIELSCHOWSKY, 2000).

As ideias cepalinas, com relação à integração econômica regional, ficam de certa forma subordinadas em sua literatura, porém a mesma literatura traz contribuições essenciais para o entendimento dos propósitos e das dificuldades de integração na América Latina. A principal linha de pensamento da CEPAL com relação à integração econômica regional está na necessidade dessa integração para o sucesso da política de desenvolvimento através da substituição de importações viabilizada pela expansão dos mercados nacionais (BRAGA, 2002).

Dentro dessa nova disposição, os países em desenvolvimento, incluindo os latino-americanos, apresentavam um problema de estrangulamento exterior do desenvolvimento econômico, decorrente das tendências díspares da procura

internacional e seus efeitos sobre as exportações e sobre os preços relativos, sendo que os esforços dos governos não estavam mais sendo suficientes para a eliminação de tal estrangulamento (PREBISCH, 1964).

Esse estrangulamento não é resultado apenas da lentidão de crescimento das exportações primárias frente à rapidez das importações industriais adquiridas junto aos grandes centros e do baixo intercâmbio entre os países latino-americanos, mas, resultado da deterioração da relação de preços de intercâmbio e que afeta diretamente o poder de compra das exportações (PREBISCH, 1964).

A criação de um mercado comum latino-americano fazia parte então do pensamento desenvolvimentista cepalino, pois seria através desse pensamento que os países da região teriam acesso a um mercado de alcance regional para o consequente desenvolvimento de sua indústria, dada a redução da vulnerabilidade externa sobre as mesmas indústrias. Além disso, a formação do mercado comum era parte fundamental de um processo de reestruturação econômica tendo como finalidade transformar os países de primário-exportadores para abastecedores de um mercado interno (BAUMANN, 2000).

Essa questão está relacionada com os conceitos de Prebisch (1964, p. 86) de desenvolvimento para fora e para dentro dos países latino-americanos:

As disparidades espontâneas na procura internacional começaram, sem dúvida, a desenvolver-se antes daquele grave acontecimento mundial (Grande Depressão), mas sem ter efeitos perceptíveis sobre o típico desenvolvimento para fora dos países latino-americanos, desenvolvimento que se efetuava somente pelo impulso dinâmico das suas exportações, e das inversões estrangeiras, que as encorajavam. A grande depressão mundial marca definitivamente o fim desta forma de desenvolvimento; e as disparidades tornam-se sérias e persistentes, com graves efeitos sobre o intercâmbio internacional e a sua relação de preços. Ante a impossibilidade de manter o ritmo anterior de crescimento das exportações tradicionais, ou de o acelerar, impõe-se então a substituição de importações – principalmente das industriais – para contrabalançar essas disparidades, e inicia-se assim o desenvolvimento para dentro dos países latino-americanos.

Segundo Kolling (2000), nesse momento a integração regional é tomada como aspecto fundamental frente ao desenvolvimento latino-americano, pois viria ao encontro da superação dos obstáculos nacionais. A criação do espaço econômico na América Latina não poderia reproduzir, contudo, de forma interna, a questão de

centros e periferia, dadas as grandes disparidades regionais, tendo papel fundamental frente a tal problema a questão do planejamento regional da industrialização por parte dos governos, distribuindo, de forma estratégica, as indústrias dinâmicas e tratando de forma diferenciada os países relativamente mais atrasados, possibilitando assim a inserção internacional da região.

Outro ponto de inflexão na questão da formação de uma consciência integracionista nos países latino-americanos apresenta-se na segunda metade da década de 1950, quando o processo de industrialização baseado na substituição de importações começa a demonstrar grandes limitações dado o tamanho restrito do mercado dos bens produzidos. Este problema demonstrou a dependência vivida por todos os países da América Latina e acabou por culminar na efetiva formação de uma consciência regional (FURTADO, 1978).

A superação da condição periférica através da industrialização substitutiva durante a década de 1950 é dificultada dados alguns problemas de ordem interna dos países. Para superação de tais problemas deveriam ocorrer reformas estruturais internas, desde a formulação de uma reforma agrária até a mudança de comportamento de consumo das elites (PREBISCH, 1964).

A formação de um mercado comum regional torna-se então um objetivo declarado de todos os governos latino-americanos, pois todos reconheciam as dificuldades de pequenos países isolados frente aos problemas colocados pelo subdesenvolvimento. Experiências de integração realizadas demonstram a complexidade de tal tarefa e a falta de resultados das abordagens convencionais, sendo os tratados de liberalização do comércio aplicáveis somente a países com grau de desenvolvimento similar e fases iniciais de industrialização. No caso de países em estado mais avançado de industrialização, como Brasil e Argentina, e de países nos quais existe uma heterogeneidade de desenvolvimento, existe a necessidade de repensar as formas clássicas de integração, evitando, assim, ganhos dos países mais desenvolvidos à custa dos menos desenvolvidos (FURTADO, 1978).

Esse objetivo explícito de integração regional e cooperação econômica dos países da região na década de 1950 levou à criação da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) e da Comunidade e Mercado Comum do Caribe (CARICOM) e,

posteriormente, do Pacto Andino. O objetivo era criar um grande mercado para as indústrias que se desenvolveram isoladamente em cada país, visando potencializar os benefícios das economias de escala e especialização advindas do processo de substituição de importações (SUNKEL, 1998).

Ocorreu, porém, que, apesar dos esforços e do tempo despendido pelos governos e pela sociedade como um todo na busca da integração de tais sistemas e considerando a obtenção de alguns resultados interessantes, seu objetivo principal de criação de um grande mercado não foi atingido, sendo que o comércio intrarregional não atingiu mais que um quinto do comércio externo total (SUNKEL, 1998).

3.3 TERCEIRA FASE: NOVO REGIONALISMO (PÓS 1970)

A segunda forma de regionalismo conhecida como “novo regionalismo” ou “regionalismo aberto”, tem como base políticas neoliberais de liberalização comercial através de exportações. Em oposição ao “regionalismo fechado”, há um esforço, por parte das autoridades, para eliminar qualquer forma de barreira ao livre-comércio e, também, a busca por uma mínima intervenção econômica por parte do governo (ESTRADA, 2004).

Em nenhum dos processos integracionistas citados anteriormente (ALALC, MCCA, CARICOM e Pacto Andino), o objetivo da construção de capacidades nacionais e aprendizado com o desenvolvimento industrial e tecnológico foi plenamente alcançado. Pelo contrário, os esquemas de integração regional favoreceram a instalação de filiais de empresas multinacionais que, por sua vez, acabaram criando vínculos entre os países em que estavam instaladas e os países onde estavam suas matrizes, favorecendo o processo de transnacionalização (SUNKEL, 1998).

Somado a isso, durante os anos 1970 e 1980, a integração econômica teve seus interesses diluídos e houve uma perda de credibilidade, sendo que parte disso se deveu aos fracos resultados e, em parte, aos acontecimentos importantes que marcaram a fase de desenvolvimento econômico nesse período: as grandes alterações no contexto político no início dos anos 1970; as duas crises do petróleo

em 1973 e 1979 e o crescimento da dívida e crise externas, principalmente durante os anos 1980, que culminaram na necessidade de um processo de ajustamento, reconstrução e reforma econômica dos países durante grande parte da década de 1980 e início da década de 1990 (SUNKEL, 1998).

Ao final dos anos 1980, seguindo os ideais do “novo regionalismo” inicia-se timidamente na maioria dos países latino-americanos a retomada da democracia como se respondendo a um estímulo comum à todos. Este estímulo é oriundo de uma onda democrática que se espalhou pelo mundo com o fim do comunismo na Europa Oriental. Junto a esta onda democrática mundial os processos de globalização do capital receberam um impulso sem precedentes principalmente nas áreas voltadas à integração econômica e o aumento de capitais visando os países em desenvolvimento (DOMÍNGUEZ, 2001).

Dentre as transformações e os acontecimentos mundiais ocorridos que influenciaram diretamente a América Latina, além da queda do socialismo frente ao capitalismo, está a perda da hegemonia econômica mundial dos Estados Unidos para o Japão e para alguns países europeus, com destaque para a Alemanha. Esse novo cenário trazia consigo um maior dinamismo, maior capacidade de acesso ao comércio mundial, além da ampliação da inserção política dos países em desenvolvimento e um maior interesse dos países desenvolvidos em participarem da atividade econômica presente na América Latina (CEPAL, 2000b).

Além disto, ocorreram (e estão ocorrendo) grandes revoluções na ciência e tecnologia, principalmente nas áreas de microeletrônica, de robótica, de biotecnologia, de novos materiais e no campo da informação, revoluções que resultaram em mudanças fundamentais na vida econômica, sociocultural e política, incluindo as mudanças na natureza das relações de trabalho. Além disso, estão se buscando formas de acabar com a degradação ambiental que dizimava os ecossistemas locais, regionais e globais em prol de um desenvolvimento econômico sustentável (SUNKEL, 1998).

Pode-se dizer que as principais mudanças ocorridas estão nos campos político e econômico. No primeiro, o Estado cede seu lugar como agente econômico principal a uma sociedade civil renovada e fortalecida, sociedade na qual os movimentos socioculturais ganharam maior força e dinâmica, além dos movimentos que representam minorias, jovens e direitos das mulheres, energia verde,

descentralização, democracia participativa e defesa dos direitos humanos e uma consequente proliferação de organizações não governamentais, buscando suprir algumas lacunas deixadas pelo Estado (SUNKEL, 1998).

Já no campo econômico ganha destaque o papel do mercado e o reforço do investimento privado, com ações de diminuição da despesa pública e privatização das empresas e serviços públicos. Esse processo é reforçado pela expansão das empresas multinacionais, que, por sua vez, resultaram em um processo sem precedentes de globalização e, conseqüentemente, a uma profunda reorganização da relação entre o setor público e privado, tanto na esfera nacional quanto na internacional (SUNKEL, 1998).

Em meados da década de 1990, novamente sob influência do pensamento cepalino, ganha grande impulso na região o “novo regionalismo”, com o objetivo de inserção das economias latino-americanas nos movimentos dos investimentos e do comércio internacional. Essa inserção buscava um aumento da interdependência econômica dos países da região, ao mesmo tempo que é almejada uma certa abertura internacional (SILVA, 2006).

Nesse mesmo período, os países latino-americanos novamente foram submetidos a um processo de associação e de integração frente ao novo sistema globalizado internacional. A esse fator somam-se ainda outros estímulos, dentre os quais merecem destaque o momento econômico de dificuldades de crédito externo no início da década de 1990, que acabou estimulando as trocas intrarregionais e o momento político marcado pela retomada do poder por regimes democráticos (BAUMANN, 2001).

Essa aproximação ocorreu através de três diferentes mecanismos: acordos de integração sub-regional (MCCA, CARICOM, Comunidade Andina e MERCOSUL); acordos bilaterais entre os países da ALADI; e através de compromissos de liberalização do comércio firmados entre os países latinos que resultaram em aumentos significativos do comércio intrarregional (BAUMANN, 2001).

3.4 BREVE HISTÓRICO DOS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANOS

Nesta parte da pesquisa será feito um breve histórico dos processos integracionistas que ocorreram na América Latina e que antecederam a criação do MERCOSUL.

3.4.1 O Mercado Comum Centro-Americano

Durante o quarto período de sessões da CEPAL realizado na Cidade do México no ano de 1951 iniciou-se efetivamente o movimento integracionista latino-americano através da Resolução IV, resolução na qual os países da América Central expressavam o interesse de seus governos de promover o desenvolvimento da agricultura, da indústria e da infraestrutura de transporte para a integração de suas economias e a ampliação de mercados através do intercâmbio de produtos, além de políticas de coordenação dos planos de fomento (OLIVEIRA, 2006).

Nesse mesmo ano foram instituídos o Comitê de Cooperação Econômica do Istmo e a Organização dos Estados Centro-Americanos (ODECA) pelos países da Costa Rica, Nicarágua, Honduras, El Salvador e Guatemala. Assim, o movimento de integração latino-americano passou a buscar a criação de instituições que permitissem dar continuidade ao processo e à liberação progressiva do comércio entre os países (FURTADO, 1978).

Segundo Oliveira (2006), entre os anos de 1951 e 1958 foram assinados diversos acordos bilaterais entre esses países, quando, através do Comitê de Cooperação Econômica do Istmo, foi celebrado o Tratado Multilateral de Livre-Comércio e Integração Centro-Americana, que fundiu todos os acordos comerciais anteriores. Também pelo Comitê, no ano de 1959 foi celebrada a Convenção Centro-Americana para Equalização de Tarifas de Importação e Exportação. Ambos são considerados como base para a criação do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA).

A assinatura do Tratado de Manágua, que criava o MCCA, ocorreu em 1960, com a participação de El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. Esse tratado entrou em vigor no ano de 1962, mesmo ano em que ocorreu a adesão da Costa Rica. O objetivo do tratado era a constituição de um mercado comum entre os Estados contratantes e a constituição de uma união aduaneira entre os territórios. Para tal foi estabelecida uma zona de livre-comércio centro-americana e adotada uma Tarifa Externa Comum para os Estados membros (FURTADO, 1978).

Certa expectativa foi gerada com relação às potencialidades da integração latino-americana, dado o êxito inicial ocorrido em tal processo integracionista, porém alguns fatores influenciaram a descontinuidade. Dentre tais fatores estavam a ausência de investimentos nos países membros para financiamento da crescente demanda por bens de capital e a não melhoria das condições de vida da população dos países do bloco. No campo político ocorreram resultados negativos, dado o surgimento de focos de instabilidade nos países da região (LEME, 2006).

Já no início da década de 1990, Dutra Junior (2006) descreve que os países membros, frente a problemas na estrutura organizacional da ODECA, substituíram-na pelo Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) através do Protocolo de Tegucigalpa, sendo este o marco institucional da integração centro-americana. Em 1993 ocorreu a assinatura do Protocolo de Guatemala ao Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana, sendo este responsável pela instituição de um espaço economicamente integrado de natureza sub-regional conhecido como Subsistema de Integração Econômica da América Central (SIECA).

3.4.2 O Mercado Comum e Comunidade do Caribe

O processo integracionista teve seu início na região caribenha no ano de 1958, ano em que foi criada a *British West Indies Federation*, federação que visava uma união política entre seus membros. No ano de 1962, dada a independência de diversos países da região, teve fim o acordo anterior e institui-se a *Caribbean Free Trade Association* (CARIFTA), associação que tinha como objetivo a união das economias desses países para uma maior inserção deles no cenário internacional.

Já no ano de 1973, ainda sob efeito de independências ocorridas na região, foi criado o *Caribbean Community and Common Market* (CARICOM), sendo este um bloco de cooperação política e econômica (CARICOM, 2010).

Inicialmente o acordo foi assinado por Barbados, Guiana, Jamaica, Trinidad e Tobago; já em 1974 aderiram Antígua e Barbuda, Belize, Dominica, Granada, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas; em 1983 Bahamas; o Suriname em 1995 e o Haiti em 2002; estes constituem os quinze países membros do bloco. Ainda existem cinco países associados (Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Turcas e Caicos, Anguila, Ilhas Caimán e Bermudas), além de Cuba na qualidade de observadora (DUTRA JUNIOR, 2006).

O CARICOM tem por objetivos melhorar a qualidade vida e de trabalho da população, a utilização ótima dos fatores produtivos, acelerar e manter sustentável o desenvolvimento econômico, a expansão do comércio e das relações econômicas com outros países, o aumento do nível de competitividade internacional da região, o aumento da produção e da produtividade dos países membros e ainda promover uma alavancagem econômica e de eficiência frente aos demais países (CARICOM, 2010).

No ano de 2002 foi adotada uma legislação comum de mecanismos de defesa comercial, normas técnicas e sanitárias, bem como normas de regulação comercial, propriedade intelectual e políticas de regulação da concorrência. Em 2006 criou-se o Mercado Único Caribenho (MUC) para proporcionar liberdade de circulação de bens e serviços, bem como do trabalho e do capital; todos os países participam na iniciativa, que incluiu a harmonização das políticas econômicas e a busca da adoção de uma moeda comum a partir de 2009. Entre os anos de 2010 e 2015, com a coordenação política em vários setores, será criada uma plena união monetária (BAUMANN, 2008).

3.4.3 O Pacto Andino

Com o objetivo de melhorar conjuntamente o nível de vida de sua população através da integração e da cooperação econômica e social, foi criado, no ano de 1969, o Pacto Andino entre os países da Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e

Peru, através do Acordo de Cartagena. No ano de 1973 houve a adesão da Venezuela, mas no ano de 1976 o Chile, então governado pela ditadura, retira-se do processo integracionista e o faz sob a alegação de incompatibilidade das políticas econômicas (CAN, 2010).

Segundo Pinto (2006), o processo integracionista, iniciado através do Pacto Andino, surge como uma fratura do processo iniciado pela ALALC. Como esses países estavam, na época, entre as nações com menor grau de desenvolvimento da América Latina, sua adesão à ALALC aparecia como oportunidade única de mudanças na área econômica. Sua adesão foi plena e eram grandes as suas expectativas frente ao bloco, pois recebiam tratamento preferencial dado seu baixo estágio de desenvolvimento.

Ao final da década de 1960, porém, frente à imobilidade, à percepção de fracasso e à não retomada das ideias ambiciosas de integração da ALALC frente aos precários resultados obtidos, principalmente para as pequenas e as médias economias, inicia-se, então, a proposta de formação de um esquema de integração sub-regional. O plano de fundo dessa iniciativa estava no sentimento de marginalização desses países frente aos benefícios obtidos pelos grandes países do bloco, ou seja, frente à Argentina, ao Brasil e ao México; em seu entendimento, a simples liberalização do comércio, sem outras medidas de sustentação do desenvolvimento econômico homogêneo, acabaria por agravar as disparidades (PINTO, 2006).

Durante a década de 1970 foram criados praticamente todos os órgãos e todas as instituições do Pacto Andino, tendo como modelo econômico predominante a substituição de importações com alto grau de protecionismo para a proteção da indústria nacional, intensa planificação e participação estatal (CAN, 2010).

De fato, o processo integracionista então iniciado teria condições de trazer melhores resultados para os países membros dada a sua homogeneidade socioeconômica e dado o fato de as metas e os compromissos do Acordo de Cartagena serem mais palpáveis que os propostos pela ALALC (PINTO, 2006).

Em finais da década de 1980, década considerada perdida tanto para os países andinos quanto para o processo integracionista (que sofreu uma estagnação), foi decidido pelo abandono do regime protecionista, passando para a

abertura econômica, tendo como prioridade a liberalização comercial. No ano de 1993, os países do Pacto Andino criaram uma zona de livre-comércio de bens e serviços, permitindo um aumento vertiginoso do comércio intrarregional, gerando um grande número de empregos (CAN, 2010).

No ano de 1997, através do Protocolo de Trujillo, foram introduzidas reformas no Acordo de Cartagena, dada a necessidade de adaptação do mesmo acordo às mudanças que ocorreram durante a década de 1990 no cenário social, político e econômico mundial. Foi criada a Comunidade Andina (CAN) em substituição ao Pacto Andino, tendo como foco principal o crescimento comercial (CAN, 2010).

Com a percepção das limitações do modelo aberto de integração, que, embora tenha permitido crescimento na questão comercial, agravou problemas de pobreza, de exclusão social e de desigualdade, ocorreu, no ano de 2003, a inserção de um vertente social no processo de integração com o estabelecimento de um plano integrado de desenvolvimento social, retomando algumas propostas presentes no início do processo integracionista. No ano de 2006 houve a saída do bloco comercial da Venezuela e a aceitação do Chile como membro associado (CAN, 2010).

De acordo com Pinto (2006), a CAN possui elementos avançados para aprofundar a integração física através da livre circulação de mercadorias, política de regras de origem, aplicação de salvaguardas e mecanismos de defesa comercial. Também existem elementos de coordenação de políticas econômicas, tributárias e sociais. No campo social existe a harmonização referente a migrações, a seguridade social, a política de segurança externa, a proteção do patrimônio cultural, a educação, a promoção dos direitos humanos e outros.

3.4.4 A Associação Latino-Americana de Integração

De fato, desde o início da década de 1950, os países mais ao sul da América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Uruguai) mantinham um nível de relação comercial considerável, cerca de 12,2% de todo o comércio realizado com o exterior no ano de 1953 (FURTADO, 1978).

Com o deslocamento da hegemonia internacional da Europa para os Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, no ano de 1958 o governo brasileiro lançou a Operação Pan-Americana (OPA), isso com o intuito de receber o apoio dos norte-americanos na proposta de liderança regional do Brasil; nesse mesmo período, o governo argentino também buscava uma ajuda para seu desenvolvimento em nome dos interesses estratégicos norte-americanos na região. Esses argumentos foram fortalecidos pela Revolução Cubana e a percepção de que o atraso latino-americano poderia ser um ponto de vulnerabilidade da política externa dentro da Guerra Fria para os Estados Unidos. Essa convergência de interesses argentinos e brasileiros em prol de seu desenvolvimento passou a ser chamada de Aliança para o Progresso e foi o precedente para a criação da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (PINTO, 2006).

Paralelamente a todo esse movimento, a CEPAL, através de reuniões e de sessões com autoridades dos governos da região, aprofundou o debate acerca da integração e, em 1959, foi formulada, conjuntamente, uma estrutura para o mercado regional, devendo este ser um mercado comum antecedido por uma zona de livre-comércio. Então, em 1960 foi estabelecida, através da assinatura do Tratado de Montevideu, a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), associação que teve como membros Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (PINTO, 2006).

De acordo com Dutra Junior (2006), os objetivos da ALALC eram os seguintes: criação de um mercado comum na América Latina; estabelecimento de uma área de livre-comércio na região com vistas à expansão do intercâmbio e complementação econômica; promoção do desenvolvimento social e econômico dos países envolvidos e a busca de coordenação de políticas monetárias, de finanças, de comércio exterior e da agricultura.

Em seus primeiros anos de funcionamento foram poucos os resultados positivos de grande expressão. Após 1965, com a adoção de regimes autoritários e protecionistas na maioria dos países a ALALC, segundo Dutra Junior (2006, p. 68), a associação “[...] passou a ser abatida pelas diferenças de nível de desenvolvimento relativo, crises dos modelos econômicos nacionais e heterogeneidade das políticas econômicas, monetárias e cambiais, fatores que a tornaram desequilibrada, insatisfatória e ineficiente”.

Em dezembro de 1969 foi assinado o Protocolo de Caracas, protocolo no qual os signatários concordavam com a necessidade de revisar os acordos realizados sob os auspícios da ALALC. Assim, a formação da área de livre-comércio, prevista inicialmente para o ano de 1973, foi postergada para o ano de 1980 (LEME, 2006).

Entretanto, no ano de 1980, após duas décadas de existência, novamente em Montevidéu, a ALALC é substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Este fato foi motivado pela insatisfação dos países membros, dadas as dificuldades práticas de avançar rumo a níveis mais elevados de integração. As propostas da nova associação eram mais práticas, com objetivos de curto prazo e a viabilização da integração regional deveria ocorrer através de acordos bilaterais (PINTO, 2006).

A meta da ALADI seria servir à convergência progressiva de políticas e ações para a criação de um mercado comum na América Latina adotando tratamentos diferenciados entre os membros dado seu desenvolvimento relativo. Os mecanismos para tal são listados por Dutra Junior (2006, p. 70):

- (i) preferência tarifária regional, aplicada a produtos originários dos países membros frente às tarifas em vigor para terceiros países;
- (ii) acordos de alcance regional, comuns a todos os países membros;
- (iii) acordos de alcance parcial, com a participação de dois ou mais países da área, abrangendo, em todos os casos, matérias como a desoneração tarifária e promoção do comércio, complementação econômica, comércio agropecuário, cooperação financeira, tributária, aduaneira, sanitária, preservação do meio-ambiente, cooperação científica e tecnológica, promoção do turismo, normas técnicas e muitos outros campos previstos expressamente ou não no Tratado de Montevidéu.

A ALADI continua ativa, porém as expectativas depositadas sobre ela não foram sanadas. Pinto (2006) destaca que a proliferação de acordos bilaterais de complementação econômica que ocorrem nos países membros da ALADI são frutos da abertura comercial dos mesmos países e não da iniciativa integradora latino-americana.

Muitos são os motivos apontados para o fracasso da associação, mas o principal consiste na dificuldade de superação dos interesses comunitários sobre os interesses individuais de cada país membro. Entretanto, Dutra Junior (2006) ressalta a necessidade de reconhecer que, tanto a ALALC como a ALADI, conseguiram

sustentar certo nível de relacionamento entre os países, contribuindo enormemente para a diplomacia após a queda dos regimes militares e para retomada da democracia nos países da região.

Além disso, o comércio regional foi intensamente afetado pela crítica situação financeira dos países latino-americanos, situação que necessitava da formação de saldos favoráveis em moeda forte e, também, pela não efetivação da expectativa de aumento das trocas intrarregionais, dada a redução de tarifas e dadas outras formas de restrições. Assim, a conjuntura econômica regional desfavorável durante a década de 1980 inviabilizou o avanço do projeto da ALADI (LEME, 2006).

Considerando a América Latina, a manifestação mais visível de integração e de retorno da democracia é o MERCOSUL, sendo este apontado como a experiência mais avançada de integração de toda a história dos países latinos. Embora ocorra o surgimento de obstáculos difíceis de serem transpostos, o bloco demonstra forças para a superação de tais problemas, indo mais além através do aprofundamento da questão integracionista entre os países membros (DOMÍNGUEZ, 2001).

De acordo com Sunkel (1998), as profundas mudanças políticas e socioeconômicas que ocorreram na América Latina nos últimos tempos, com destaque para a transição dos regimes autoritários para uma democracia comedida e a adoção de pacotes de reforma neoliberal radical, acabaram por ofuscar o ressurgimento de fortes esforços de cooperação econômica e de integração regional, tendo como destaque a formação do MERCOSUL, sendo o histórico de formação desse bloco demonstrado no próximo capítulo.

4 MERCOSUL

O MERCOSUL é apontado como o processo de integração com resultados mais positivos em toda a história dos países latino-americanos, sendo apresentados, neste capítulo, um breve histórico do seu processo de formação e alguns indicadores relativos à sua população e à sua economia considerando os seus Estados Partes e Associados.

4.1 PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO MERCOSUL

Cone Sul era o termo utilizado para designar os países que estavam sendo administrados pelos governos militares mais ao sul do continente americano (Chile, Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil) e, embora tenha sido abandonado após a retomada da democracia, representa a porção da América Latina na qual o desejo de integração se faz constantemente presente (FURTADO, 1978).

Baumann (2001) identifica semelhanças dos processos de aproximação dos países de colonização espanhola na América Latina com seu período colonial, pois nesse período a administração da metrópole ocorria na América através de Vice-Reinados, tendo como um caso de exemplo o Vice-Reinado de Nova Castela, que abrangia os atuais territórios da Bolívia, Peru, Equador e Colômbia, que são países fundadores do Pacto Andino.

Entretanto, o MERCOSUL tem um diferencial em relação aos demais processos integracionistas latino-americanos citados anteriormente, pois ele é o primeiro dentre todos os processos integracionistas que se originou “sem uma base histórica”, dado o isolamento histórico do Brasil (então colônia portuguesa) em relação à América espanhola, sendo este resultado de uma decisão política (BAUMANN, 2001).

O processo tortuoso percorrido pelo MERCOSUL não é inerente a ele unicamente e, sim, a uma repetição da história, em datas diferentes, de outras tentativas de integração regional que também foram dificultadas pela existência de diversos problemas comuns (MARTÍNEZ e ARAÚJO, 2005).

No século XVIII, os processos de emancipação política ocorridos na América do Sul acentuaram as diferenças entre os países da região e no século XIX ocorreram importantes acontecimentos históricos para o Brasil, para a Argentina, para o Paraguai e para o Uruguai que acabaram por aumentar o sentimento de rivalidade entre tais países. Dentre esses acontecimentos podemos citar a Independência da República Oriental do Uruguai, a Guerra Cisplatina, a Grande Guerra Uruguaia, a Revolução Farroupilha, a Guerra do Paraguai e o Pacto ABC (GARCIA, 2007).

Em seu processo histórico, além da Aliança para o Progresso do ano de 1958 que serviu como base para a criação da ALALC, o Cone Sul já havia buscado uma integração através de uma União Aduaneira entre o Brasil e a Argentina no ano de 1941, porém tal anseio não se concretizou devido a marcantes diferenças políticas e diplomáticas que se manifestaram entre eles após a ofensiva japonesa à base americana de Pearl Harbor e a tomada de distintas posições em relação às potências do eixo (GARCIA, 2007).

Essa divergência de políticas externas ficou evidente durante o período da chamada guerra fria, enquanto a Argentina mantinha uma postura de país nãoalinhado e o Brasil, em busca de reconhecimento frente à comunidade internacional, manteve uma posição de apoio aos norte-americanos (SILVA, 2006).

Outro fato que resultou em aumento do sentimento de rivalidade entre os dois países deve-se à intensa industrialização e urbanização ocorridos no Brasil após a década de 1930. Com isso houve a superação da Argentina (até então a nação hegemônica do Cone Sul) e o Brasil atinge o *status* de potência na sub-região. Essa situação ocorreu principalmente devido à adoção de diferentes políticas macroeconômicas por parte de ambos os países, a saber, o governo brasileiro, que adotou uma postura de agente econômico, dando ênfase à construção de indústrias de base e, ainda, protegendo e incentivando o mercado interno (LEME, 2006).

Durante a década de 1960, o projeto integracionista começou a ser retomado através de políticas orientadas pela CEPAL e à luz do exemplo que vinha ocorrendo na Europa pela constituição do Mercado Comum Europeu. Essa retomada do ideal de integração teve algumas dificuldades iniciais principalmente pelas restrições políticas dos governos militares e pela competição de outros

projetos integracionistas mais ambiciosos que ocorriam na região – entenda-se o Pacto Andino. Também nessa época foram iniciados programas nucleares sob os auspícios de uma competição militar irracional e incondizente com a realidade estratégica e de segurança na região (BASTOS, 2008).

A ameaça definitiva a todas as tentativas ocorridas até então ocorreu quando o confronto entre brasileiros e argentinos tornou-se iminente em meados da década de 1970 após a assinatura do Tratado de Itaipu entre o Brasil e o Paraguai, tratado que tratava da construção da Hidrelétrica de Itaipu e frustrava um projeto hidrelétrico argentino que seria realizado em uma região próxima à escolhida por brasileiros e paraguaios. A normalidade do equilíbrio geopolítico só foi restaurada em 1979, após a assinatura de um acordo entre os três países para construção de uma hidrelétrica em território argentino. Na realidade, essa sequência de fatos é um reflexo da já citada rivalidade histórica existente entre Brasil e Argentina, herdada das disputas portuguesas e espanholas pelo território onde hoje está situado o Uruguai (SILVA, 2006; LEME, 2006).

Na década de 1980, com a enorme dívida externa herdada dos regimes militares e a crise econômica vivida por todos os países da América Latina, passou a ocorrer uma convergência política (principalmente entre o Brasil e a Argentina), que era norteadada por alguns objetivos comuns, demonstrados por Leme (2006, p. 113):

[...] a) a consolidação das democracias; b) a necessidade de preservar a estabilidade político-estratégica regional; c) a urgência em redefinir critérios de inserção internacional; d) a importância em resgatar a credibilidade junto à comunidade econômica internacional; e) a necessidade de atuar de forma coordenada perante problemas comuns a ambos, como o elevado endividamento externo e o crescente protecionismo comercial dos países desenvolvidos e, f) a urgência em encontrar alternativas à crise do modelo desenvolvido que, por mais de cinco décadas, havia condicionado as duas economias, tanto no campo econômico como na esfera político-diplomática, o nacional-desenvolvimentismo.

A aproximação definitiva teve início em novembro de 1985, quando foi assinada a Declaração de Iguaçu, na qual estava expressa a intenção de promover e acelerar o processo de integração econômica bilateral. Nesse mesmo ano também foi assinada a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, afirmando os propósitos pacíficos dos programas nucleares desenvolvidos por ambos e a intensificação da cooperação nessa área; além desses, outros documentos acerca da segurança

foram assinados, todos visando à superação da tensão existente entre os países (SILVA, 2006).

A partir de então ocorreu a assinatura de diversos documentos de cooperação também na área econômica e, em 1986, foi firmada a Ata de Integração Brasileiro-Argentina, documento que estabelecia os princípios fundamentais do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) (SILVA, 2006).

De acordo com Dutra Junior (2006), em 1988 foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento que consolidava um processo de integração bilateral e buscava a instituição, em um prazo de dez anos, de um mercado comum entre os dois países. Nesse mesmo ano, segundo Silva (2006), também foi celebrada a Ata de Alvorada, uma decisão tripartite, que previa a integração do Uruguai aos acordos bilaterais entre Brasil e Argentina.

Dando sequência à busca pela integração, foi assinado, no mês de julho de 1990, o Tratado de Buenos Aires, tratado no qual estava afirmada a decisão de estabelecimento de um mercado comum bilateral entre a Argentina e o Brasil até o final do ano de 1994. Logo, porém, em setembro do mesmo ano, dado o interesse do também vizinho Paraguai, os representantes desse país, do Brasil, da Argentina e do Uruguai, acordaram com a criação do mercado comum entre os quatro, tendo este novo arranjo a mesma base já estabelecida pelo Tratado de Buenos Aires (SILVA, 2006).

Assim, no dia 26 de março de 1991 foi assinado o Tratado de Assunção, com o intuito de criar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). No documento ficou declarada a partilha de valores que são expressos pelas suas sociedades democráticas, pluralistas, defensoras das liberdades fundamentais, dos direitos humanos, da proteção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, da consolidação da democracia, da segurança jurídica e combate à pobreza e, com o desenvolvimento econômico e social com equidade (MERCOSUL, 2009).

Dentre os objetivos da integração entre os países estava a ampliação de seus mercados nacionais e, conseqüentemente, a aceleração dos processos de desenvolvimento econômico. Para cumprir tais objetivos através do Tratado, foi adotada a integração dos Estados Partes através da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum,

adoção de políticas comerciais comuns, coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e, ainda, a harmonização de legislações nas áreas pertinentes (MERCOSUL, 2009). Segundo Pereira (1998), o Tratado de Assunção foi um instrumento legal para o estabelecimento das negociações de constituição do mercado comum.

Em dezembro de 1994 foi aprovado um Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção. Trata-se do Protocolo de Ouro Preto, que estabelecia a estrutura institucional do MERCOSUL e a sua dotação de personalidade jurídica internacional. Neste mesmo encontro concluiu-se o período de transição e foram adotados os instrumentos necessários de política comercial comum para caracterizá-lo como uma União Aduaneira. Essa nova etapa foi adotada para atingir um mercado único com maior crescimento econômico para os Estados Partes através da especialização produtiva, das economias de escala, da complementação comercial e do poder de negociação do bloco frente aos demais blocos e países (MERCOSUL, 2009).

Entre os anos de 1991 e 1994 apresenta-se a primeira fase do MERCOSUL, fase conhecida como período de transição e marcada por aumentos substanciais do fluxo comercial intrarregional e também da interdependência, principalmente entre Brasil e Argentina, sendo considerada uma fase com avanços e consolidação do bloco (BOUZAS, 2001; PAMPLONA; FONSECA, 2008).

No dia 1º de janeiro de 1995 efetivou-se a União Aduaneira entre os Estados Partes, dada a possibilidade de adoção de uma mesma TEC; entretanto, a União Aduaneira ocorreu de forma parcial, dado o não enquadramento de todos os produtos por motivo de falta de consenso entre os membros. Em 1996 ocorreram as adesões de Chile e Bolívia ao MERCOSUL na condição de Estados Associados (BASTOS, 2008; GARCIA, 2007).

No ano de 1998, os presidentes dos Estados Partes do Chile e da Bolívia assinaram o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático, através do qual os seis países reconhecem que a manutenção e a vigência das instituições democráticas são de fundamental importância para a existência e o desenvolvimento dos processos de integração e que alterações na ordem democrática são obstáculos para a continuidade do processo de integração. Ainda em 1998 é firmada, pelos Estados Partes, a Declaração Sociolaboral do MERCOSUL, declaração que adota princípios e direitos na área do trabalho (MERCOSUL, 2009).

Esse segundo período, entre 1995 e 1998, é considerado a segunda fase do MERCOSUL, tendo em sua composição uma série de contrastes, pois houve um aumento da interdependência aliado a uma paralisia regulatória. A agenda do acordo integracionista foi complexa e conflituosa, mas a TEC representou um avanço na integração, mesmo caracterizando apenas uma União Aduaneira Imperfeita, dada a sua não total abrangência (BOUZAS, 2001; PAMPLONA; FONSECA, 2008).

Visando a um aprofundamento da cooperação no subcontinente, principalmente no que diz respeito à integração física e de projetos de infraestrutura, foi realizada uma reunião na cidade de Brasília no ano de 2000. Além disso, dada a crise enfrentada pelos Estados Partes, foi lançada uma iniciativa chamada “Relançamento do MERCOSUL”, iniciativa tomada com vistas à retomada do processo de integração. Segundo MERCOSUL (2009), podem ser destacadas, dentre as prioridades, as seguintes áreas temáticas: acesso ao mercado; agilização dos trâmites em fronteira; incentivos aos investimentos, à produção e à exportação, incluindo as Zonas Francas, a admissão temporária e outros regimes especiais; Tarifa Externa Comum; defesa comercial e defesa da concorrência; solução de controvérsias; incorporação da normativa MERCOSUL; fortalecimento institucional do MERCOSUL; e relações externas.

Segundo Silva (2006, p. 57), porém, “[...] a paralisia da agenda e a redução do comércio intra-regional (devido principalmente à Crise Argentina no ano de 2002) continuaram a alimentar a sensação de crise e a confirmar a baixa institucionalidade do MERCOSUL”, havendo avanços somente no que se refere à solução de controvérsias.

O ano de 2002 também é considerado como o final da terceira fase do MERCOSUL iniciada em 1999, reconhecida principalmente por ser uma fase de crise para a integração. Instalou-se na região uma conjuntura de recessão e de incertezas marcada pela forte redução do comércio intrarregional que chegou a sofrer uma redução de 25% entre 1998 e 1999 e, também, pela estagnação do comércio externo ao bloco, sendo ambas as reduções originadas da crise financeira iniciada nos países asiáticos e que levou à tomada de distintas políticas macroeconômicas entre os Estados Partes do MERCOSUL (BOUZAS, 2001; PAMPLONA; FONSECA, 2008).

A questão relativa à solução de controvérsias foi tratada no ano de 2003 através do Protocolo de Olivos, que reconhecia a necessidade do aperfeiçoamento do sistema de julgamento de tais problemas e, considerando segundo MERCOSUL (2009) “a necessidade de garantir a correta interpretação, aplicação e cumprimento dos instrumentos fundamentais do processo de integração e do conjunto normativo do MERCOSUL, de forma consistente e sistemática”, criando assim o Tribunal Arbitral Permanente de Revisão do MERCOSUL.

Em 2004 iniciou-se a discussão sobre o ingresso do México no grupo e foi assinada a Declaração de Cuzco, que lançou as bases para a formação da Comunidade Sul-Americana de Nações, uma entidade de união do MERCOSUL com o Pacto Andino na busca de uma zona de livre-comércio continental. Essa nova comunidade tem o anseio de funcionamento como da União Europeia, incluindo passaportes, moeda e parlamento em comum, levando a um espaço sul-americano integrado nos âmbitos político, social, econômico, ambiental e de infraestrutura (GARCIA, 2007).

A entrada da Venezuela no bloco foi assinada em Caracas no ano de 2006, fixando um prazo de quatro anos para a incorporação plena de tal país ao bloco. Desse modo, além dos quatro Estados Partes (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), o MERCOSUL conta com a Bolívia, o Chile, o Peru, a Colômbia, o Equador e também a Venezuela como Estados Associados (MERCOSUL, 2009).

A quarta fase do MERCOSUL teve início no ano de 2003 e se estende até os dias atuais e tem como característica a retomada do crescimento do comércio intrabloco derivada da convergência das políticas cambiais, a retomada do crescimento econômico e, também, o retorno da consciência da necessidade de intensificação do processo de integração em decorrência da posse de presidentes nos Estados Partes de presidentes favoráveis ao processo. Entretanto, apesar dos avanços obtidos nas esferas comercial e institucional, ocorreram muitos conflitos entre os membros, assim demonstrando uma certa dificuldade de equalização de interesses a fim de redefinir os rumos do esquema de integração (PAMPLONA; FONSECA, 2008).

Após a descrição histórica do processo de formação do MERCOSUL passa-se para uma breve demonstração da importância de tal bloco em relação ao continente sul-americano.

4.2 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO MERCOSUL

Esta seção destina-se a demonstrar a importância do MERCOSUL composto pelos seus Estados Partes (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e seus seis Estados Associados (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) quando comparado em relação à América Latina, que considera, além desses anteriormente citados, Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadas, Santa Lúcia, Suriname e, Trinidad e Tobago.

A Figura 2 demonstra a evolução comparada da população do bloco com a população total da América Latina entre os anos de 1950 e 2009.

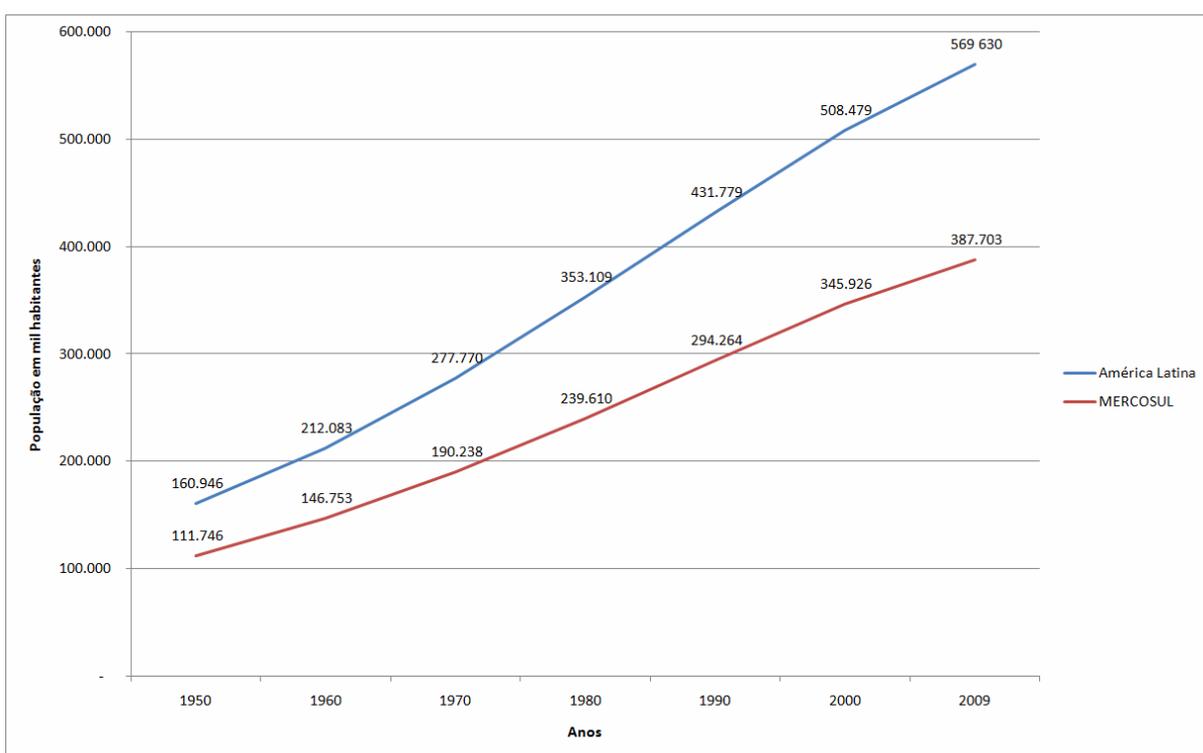


FIGURA 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO MERCOSUL ENTRE 1950 E 2009

FONTE: CEPAL (2009)

Através da Figura 2 é possível visualizar o crescimento da população total do MERCOSUL considerando os Estados Partes e Associados em comparação à população total da América Latina. No ano de 1950, a população do

MERCOSUL era equivalente a 73% do total da população latino-americana, porém nas décadas seguintes observa-se uma diminuição dessa participação percentual, que, no ano de 2009, chegou a 68% do total, ou seja, a população dos países do MERCOSUL cresceu menos que proporcionalmente a população latino-americana, possivelmente decorrência da redução da taxa de natalidade aliada ao desenvolvimento econômico.

A evolução da população entre os Estados Partes e Associados é demonstrada pela Figura 3.

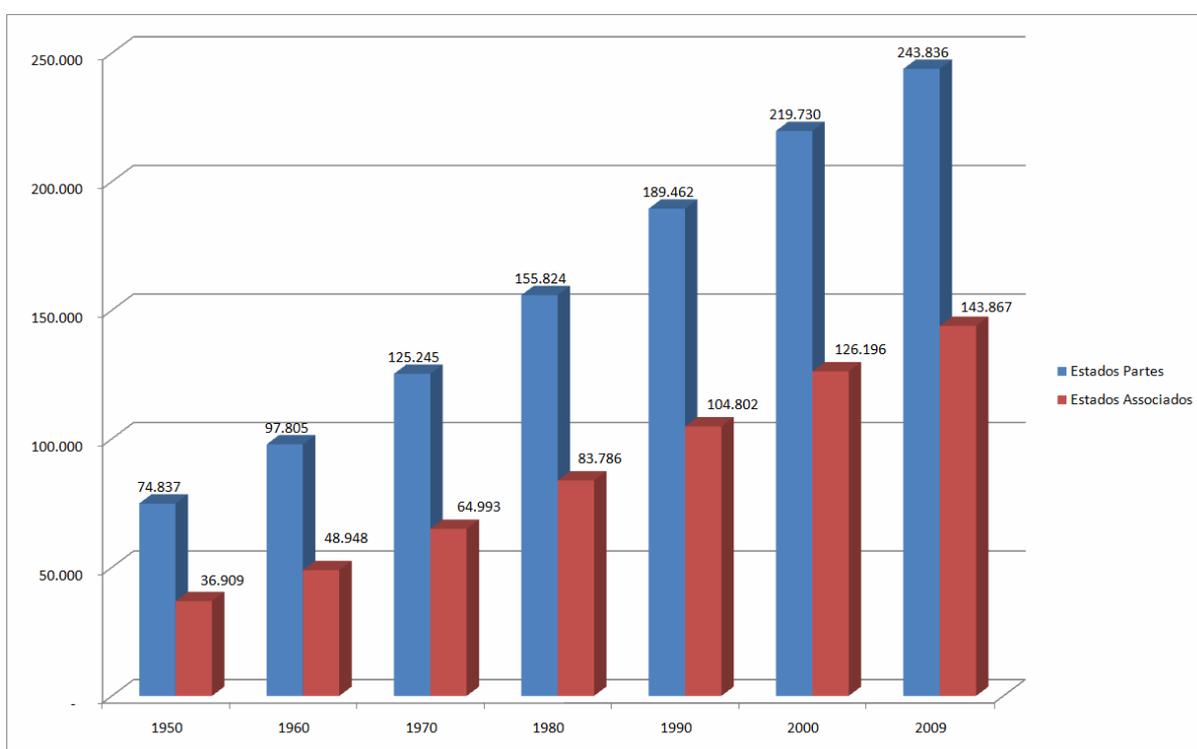


FIGURA 3 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DOS ESTADOS PARTES E ASSOCIADOS DO MERCOSUL ENTRE 1950 E 2009

FONTE: CEPAL (2009)

No período entre 1950 e 2009 a população dos Estados Partes do MERCOSUL teve um aumento de aproximadamente 2,2 vezes, passando de 74.837 mil habitantes para 243.836 mil habitantes; já para os Estados Associados o aumento foi de 2,9 vezes, passando de 36.909 mil habitantes para 143.867 mil habitantes no mesmo período. Além disso, observa-se um aumento mais que proporcional da população nos Estados Associados em relação aos Estados Partes que tiveram sua participação percentual no total reduzida de 67% em 1950 para menos de 63% do total no ano de 2009.

Ainda com relação à população dos países inseridos no MERCOSUL, percebe-se um aumento percentual em todos os países da população que vive em áreas urbanas, com destaque para o Brasil, que partiu de um percentual de 52,7% em 1970 para 85% no ano de 2010 (CEPAL, 2009).

Esses números são interessantes se considerarmos a questão do avanço tecnológico na agricultura forçando o êxodo da população para os centros urbanos, pois isso demonstra que, em todos os países do MERCOSUL, ocorreu a assimilação das novas formas produtivas poupadoras de mão de obra que resultam em resultados positivos para a produção, mas, por outro lado, geram resultados negativos com relação a aspectos sociais.

Passando para as contas nacionais, a Figura 4 demonstra a evolução do Produto Interno Bruto dos países do MERCOSUL entre 1990 e 2008.

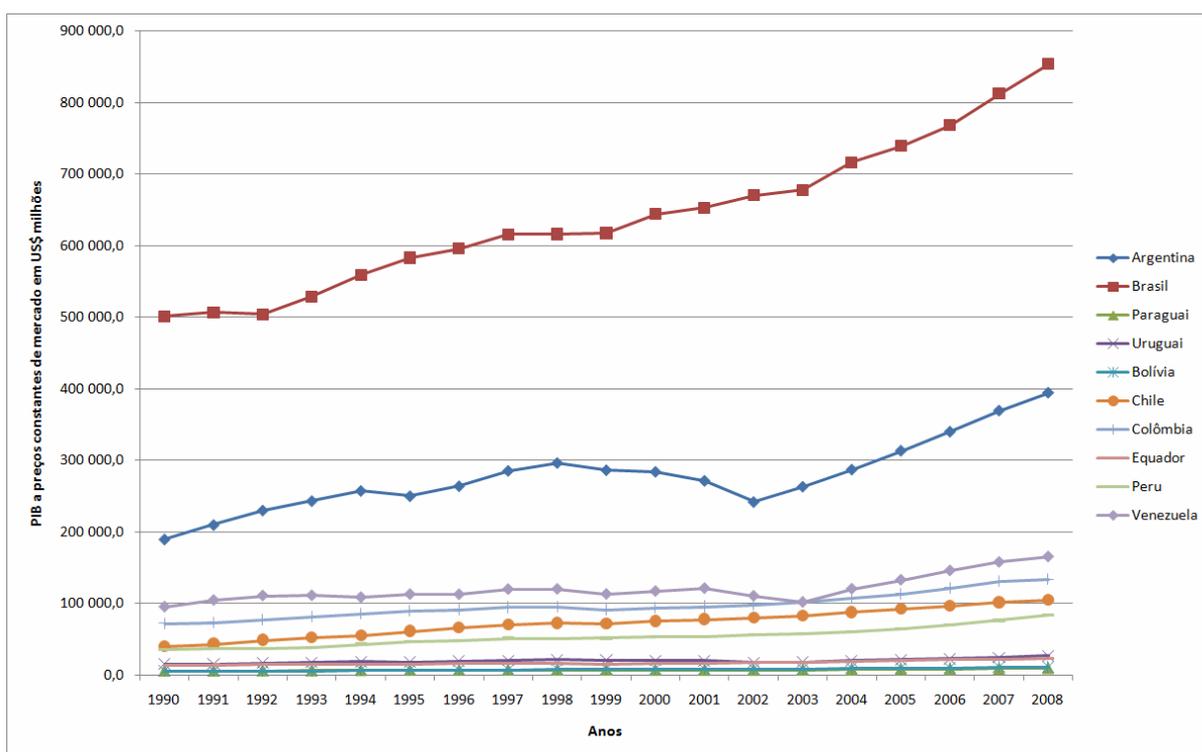


FIGURA 4 – EVOLUÇÃO DO PIB A PREÇOS CONSTANTES DE MERCADO DOS ESTADOS PARTES E ASSOCIADOS DO MERCOSUL ENTRE 1990 E 2008

FONTE: CEPAL (2009)

Através da Figura 4 observa-se a grande disparidade do Brasil e da Argentina em relação aos demais países componentes do bloco. Tendo como base

o período entre 1990 e 2008, estes dois países foram responsáveis em média por 69,89% do PIB do bloco, considerando os Estados Partes e Associados. Para deixar mais clara a heterogeneidade das economias, se considerarmos somente o Brasil durante esse período, o mesmo país foi responsável, em média por 48,77% do PIB do bloco. Já o Paraguai, país com menor PIB, foi responsável, em média, por 0,56% do total, ou seja, o PIB brasileiro em média é 87 vezes maior que o total paraguaio.

A Figura 5 demonstra a evolução, para fins de comparação, entre o PIB total da América Latina e do MERCOSUL e, também, a divisão do total deste entre seus Estados Partes e Associados.

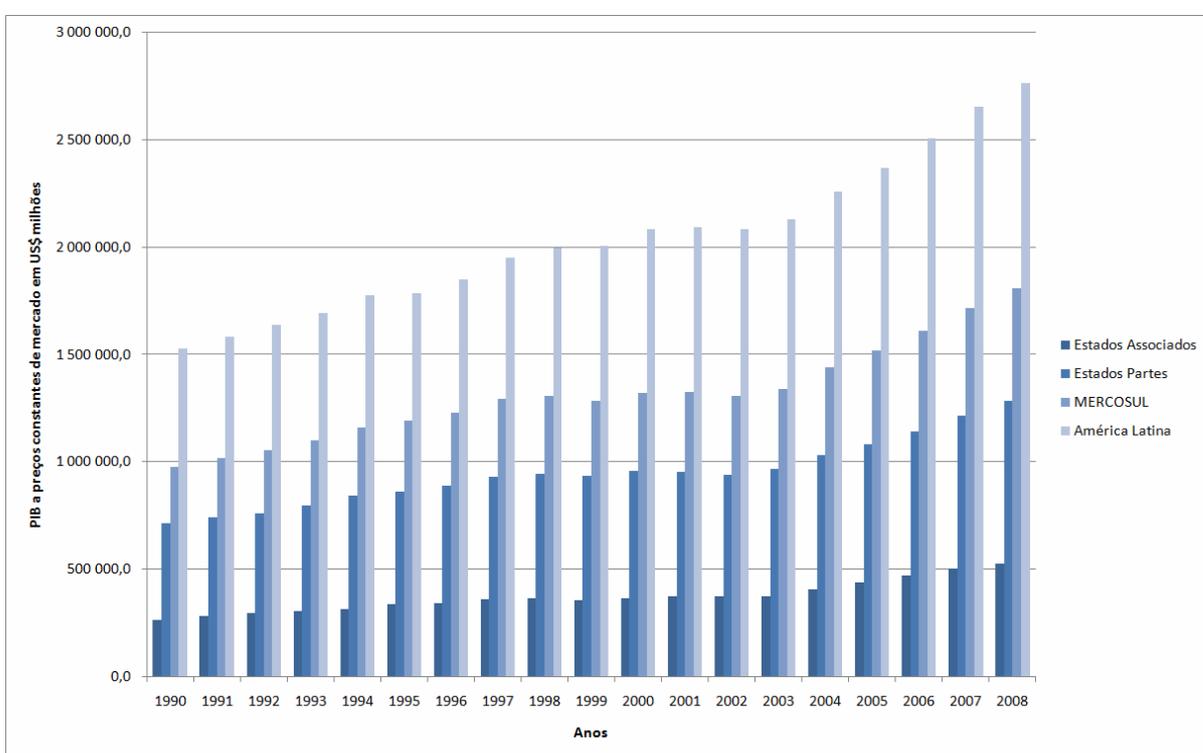


FIGURA 5 – EVOLUÇÃO DO PIB A PREÇOS CONSTANTES DA AMÉRICA LATINA E DO MERCOSUL ENTRE 1990 E 2008

FONTE: CEPAL (2009)

Considerando o PIB total da América Latina, o MERCOSUL representa, durante o período de 1990 e 2008, uma média de 64,56% deste. Se novamente considerarmos o Brasil isoladamente em relação agora à América Latina, durante o período, o país representou em média 31,48% do valor total, ou seja, cerca de um terço de toda a riqueza produzida pelos países latino-americanos é advinda do Brasil. Tal situação deixa mais que evidente a grande disparidade na questão econômica da região.

A Figura 6 demonstra a evolução da participação percentual das exportações de produtos primários com relação ao total de exportações.

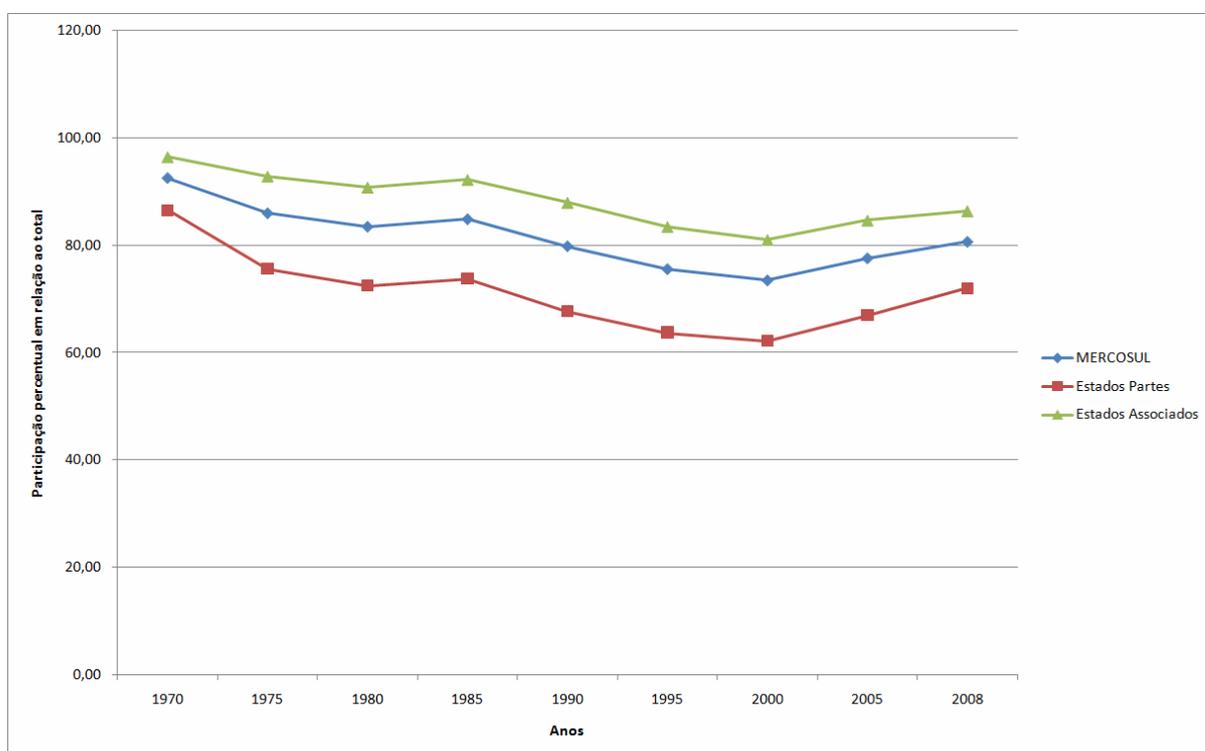


FIGURA 6 – EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DA PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIMÁRIO EM RELAÇÃO AO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL ENTRE 1970 E 2008

FONTE: CEPAL (2009)

Analisando a evolução percentual do setor primário em relação ao total das exportações do bloco, observa-se uma tendência de baixa nessa participação, tendência iniciada no ano de 1970 até 2000 e, a partir deste último ano, inicia-se uma retomada de crescimento dessa participação do setor primário no bloco como um todo. Vale ressaltar a diferenciação que ocorre entre os Estados Partes nos quais a média da participação é menor que a apresentada pelo bloco, enquanto nos Estados Associados a média fica acima da média do MERCOSUL. Esse resultado pode ser atribuído à Bolívia e ao Equador, que, no ano de 1985, tiveram mais de 99% de suas exportações advindas do setor primário e, no ano de 2008, ainda apresentavam valores superiores a 91,5%.

Agora considerando a questão comercial, demonstra-se, na Figura 7, o montante das exportações intra- e extrabloco dos Estados Partes do MERCOSUL.

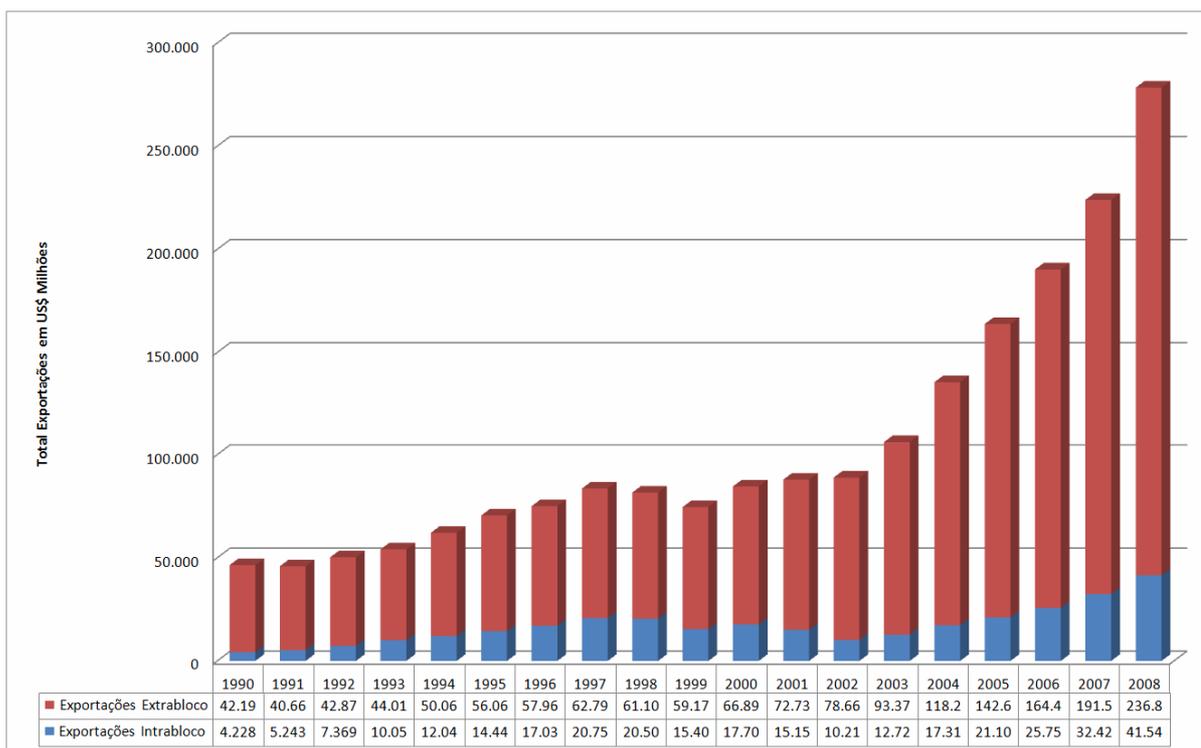


FIGURA 7 – EVOLUÇÃO DO MONTANTE DAS EXPORTAÇÕES INTRA- E EXTRABLOCO CONSIDERANDO OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL - 1990 E 2008

FONTE: CEI (2010)

Para a análise deste gráfico referente às exportações intra- e extrabloco é válida a retomada das quatro distintas fases que marcaram o MERCOSUL. Na primeira fase (1991-1994), as exportações extrabloco tiveram um acréscimo de 23%, ao passo que as exportações intrabloco cresceram 130%; na segunda fase (1995-1998), embora tenha ocorrido um acréscimo no valor das exportações, ele foi menos significativo que o ocorrido na fase anterior. A terceira fase, marcada pela crise do bloco (1999-2002), demonstra claramente os problemas do acordo integracionista, tendo as exportações intrabloco uma redução de 34% entre 2002 (ano que apresentou o menor valor das exportações intrabloco desde a consolidação do processo de integração) e 1999, entretanto as exportações extrabloco tiveram um caminho inverso e tiveram um acréscimo de 33%. A fase atual, iniciada em 2003 e considerada até o ano de 2008, demonstrou uma retomada consistente das exportações tanto intrabloco, tendo estas um aumento de 227% (em torno de 38% ao ano) e as exportações extrabloco, com um aumento de 154% (aproximadamente 34% ao ano).

A Figura 8 tem como intuito demonstrar a participação percentual de alguns países e blocos comerciais no total das exportações extrabloco realizadas pelos Estados Partes do MERCOSUL.

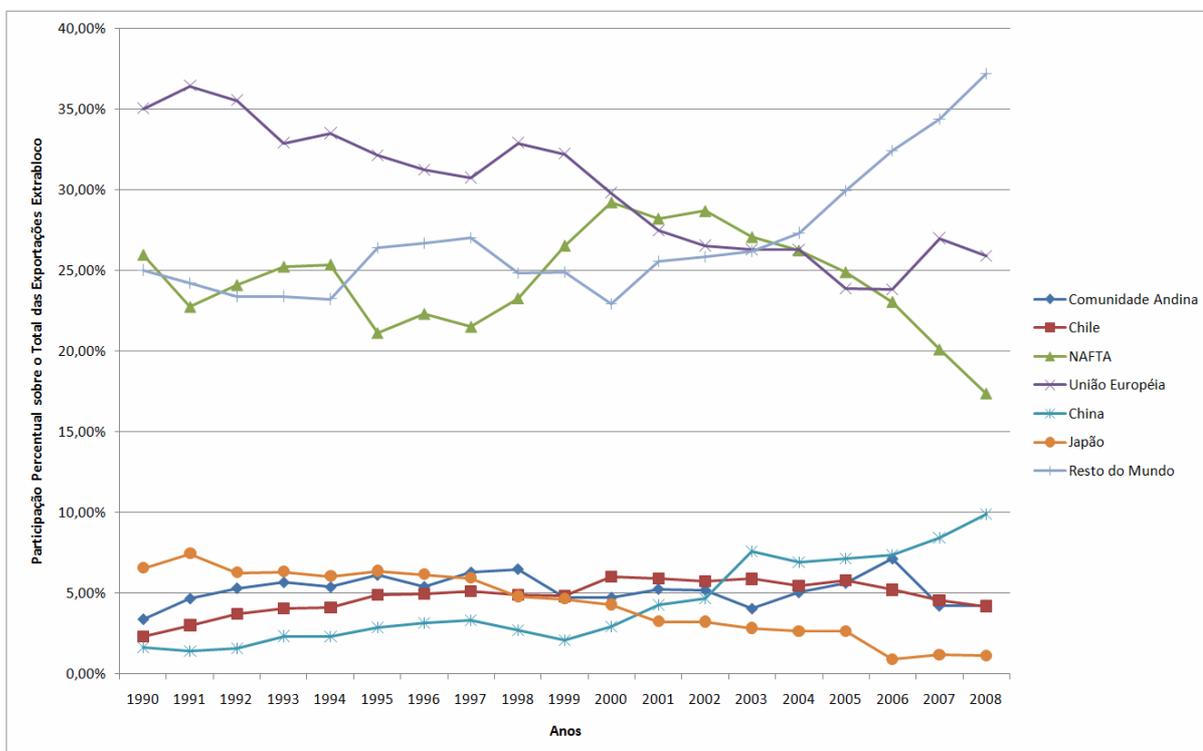


FIGURA 8 – EVOLUÇÃO PERCENTUAL DE PAÍSES E BLOCOS COMERCIAIS SELECIONADOS EM RELAÇÃO ÀS EXPORTAÇÕES EXTRABLOCO DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL ENTRE 1990 E 2008

FONTE: CEI (2010)

Considerando o total das exportações extrabloco dos Estados Partes do MERCOSUL a partir de 1990, percebem-se três diferentes evoluções dos países e blocos comerciais selecionados. A primeira forma, uma evolução negativa do percentual aplica-se ao NAFTA (*North American Free Trade Agreement*), ao Japão e a União Europeia, sendo que esta última passou de uma participação de 35% do total em 1990 para aproximadamente 25% no ano de 2008.

Outra forma de evolução da participação frente ao total das exportações é a manutenção de níveis estáveis presente nas negociações com a Comunidade Andina e com o Chile, que mantiveram participações em média de 5% durante o período.

A terceira forma de evolução é representada pelo acréscimo considerável na participação com relação ao total exportado pelos Estados Partes do MERCOSUL. Tal situação é visualizada em relação à China, que passou de uma participação de 1,63% do total em 1990 para 9,93% no ano de 2008; também é observado tal comportamento no total exportado ao Resto do Mundo, que passou de 25% em 1990 para mais de 37% em 2008, evidenciando um processo de diversificação dos parceiros comerciais dos Estados Partes.

A Figura 9 demonstra a evolução do total exportado pelos Estados Partes do MERCOSUL.

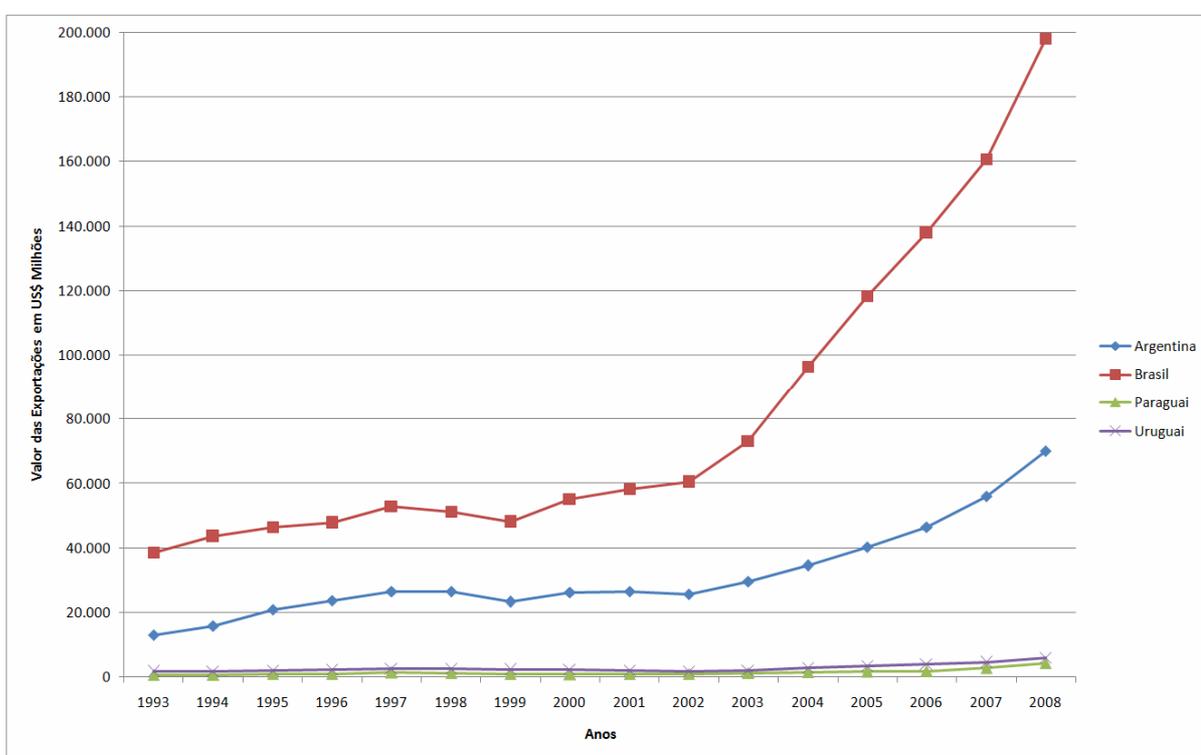


FIGURA 9 – EVOLUÇÃO DO TOTAL EXPORTADO PELOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL ENTRE 1993 E 2008

FONTE: CEI (2010)

Através da Figura 9 percebem-se duas situações com relação à evolução do total das exportações de cada Estado Parte do MERCOSUL. A primeira situação diz respeito ao Paraguai e ao Uruguai que mantêm, durante o período, um montante estável de exportações, com uma pequena melhora a partir do ano de 2004. Por outro lado estão o Brasil e a Argentina, que, de 1993 até 1999, mantinham um mesmo comportamento e que, a partir do ano 2000, passam a ter comportamentos distintos marcados por um distanciamento entre ambos. Esse fato pode ser atribuído

à desvalorização cambial que ocorreu no Brasil e tornou os produtos brasileiros mais competitivos internacionalmente do que os produtos argentinos. Somente a partir de 2002, quando a Argentina também desvaloriza sua moeda frente ao dólar americano, que o valor do montante de suas exportações passa a ser retomado.

A Figura 10 demonstra a evolução percentual das importações e das exportações intrarregionais em relação ao total de cada Estado Parte.

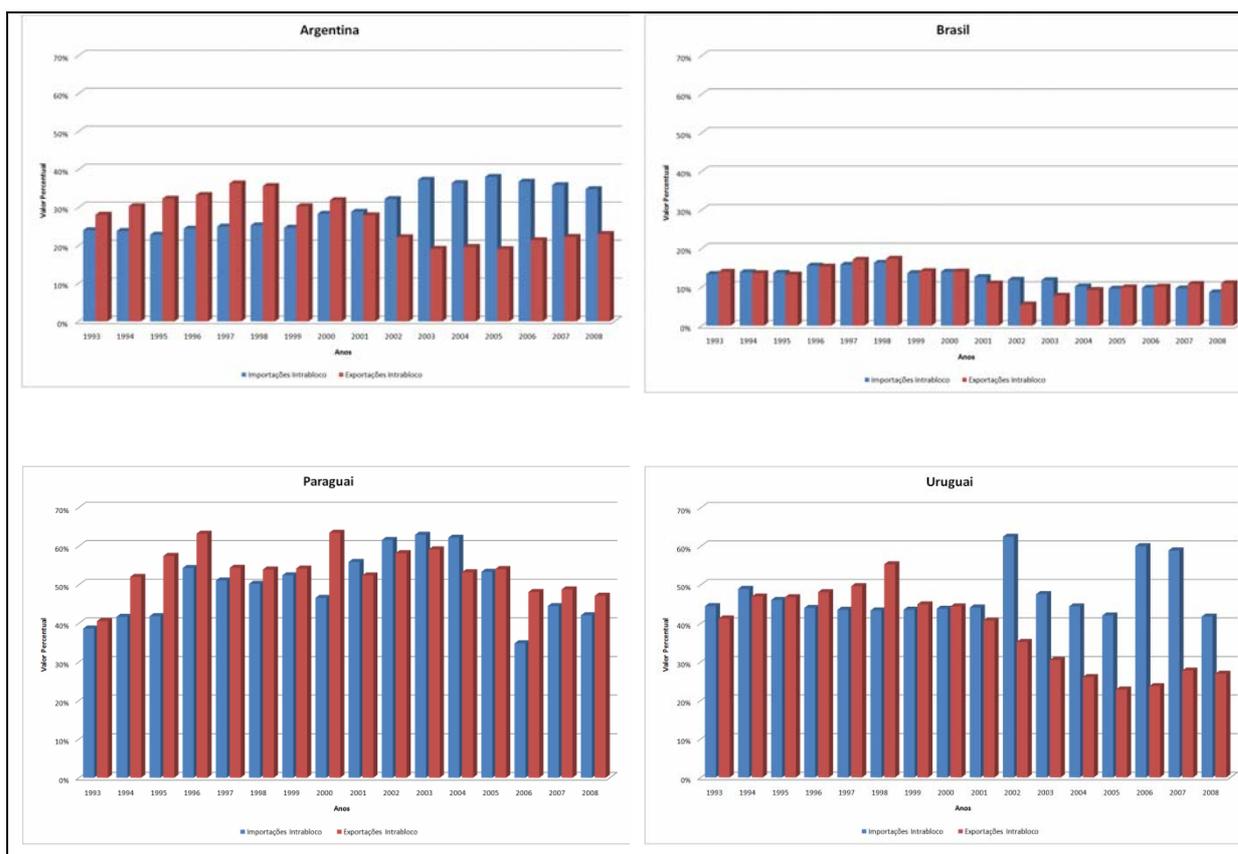


FIGURA 10 – EVOLUÇÃO PERCENTUAL DAS IMPORTAÇÕES E DAS EXPORTAÇÕES INTRARREGIONAIS EM RELAÇÃO AO TOTAL IMPORTADO E EXPORTADO NOS ESTADOS PARTES ENTRE 1993 E 2008

FONTE: CEI (2010)

Analisando a situação através da Figura 10, observa-se que, no caso argentino, as exportações intrarregionais apresentavam acréscimos até o ano de 1998, quando passam a perder importância frente às exportações extrabloco. Com relação às importações, a situação é inversa, sendo que, até o ano de 1998, o comércio intrabloco mantinha-se estável, representando, em média, 24% do total importado e, a partir desse ano, passou a apresentar crescimento considerável, chegando a representar 38% no ano de 2005.

O Brasil, por sua vez, é o país que menos apresenta dependência tanto das exportações quanto das importações intrarregionais. Observa-se uma redução da importância das importações intrabloco a partir de 1998, chegando a pouco mais de 8% do total em 2008. As exportações que apresentavam crescimento até 1998 (chegando a 17% do total) também passaram a perder importância frente ao comércio extrabloco, chegando a atingir pouco mais de 5% no ano de 2002 (possivelmente graças à crise econômica argentina) e retomando seu crescimento a partir de então, porém, em 2008, as exportações intrabloco eram pouco mais de 10% do total.

O Paraguai, com exceção dos anos de 1993 e 2006, apresentou uma pauta de importações intrabloco sempre superior a 40% do total, chegando a mais de 60% entre os anos de 2002 e 2004. As exportações intrabloco também estiveram em todos os anos situadas em faixas superiores a 40% do total.

No caso do Uruguai, as importações intrabloco apresentam-se praticamente constantes ao longo do período, também sempre acima de 40% do total, com exceção para os anos de 2002, 2006 e 2007. Entretanto, as exportações intrabloco, que se mantinham constantes entre os anos de 1993 e 2000, passaram a perder importância e passaram de patamares em torno de 40% para uma média de 25% a partir de 2004.

Após a demonstração de alguns indicadores que deixam evidente a importância dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL frente à América Latina e alguns indicadores comerciais da relação entre os Estados Partes, no próximo capítulo será realizada a descrição dos procedimentos metodológicos propostos a fim de avaliar o estágio de integração do bloco comercial MERCOSUL.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando que a análise dos processos de integração na área econômica tem um cunho quase que estático herdado do enfoque neoclássico, a pesquisa utilizou uma modelagem mais abrangente, adaptada do modelo desenvolvido por Estrada (2004) e utilizada para o estudo da evolução das integrações regionais, partindo de uma perspectiva global. Essa metodologia é chamada de Modelo da Dimensão Global da Integração Regional (Modelo DGIR). O diferencial desse modelo em relação aos demais existentes está na possibilidade de estudar a integração regional de uma forma multidimensional, a partir das perspectivas políticas, sociais, econômicas e tecnológicas de forma simultânea.

De acordo com Estrada (2004), existem quatro etapas básicas na implementação do Modelo DGIR:

1. Criação do *design* da entrada de dados em tabelas múltiplas.
2. Medição de forma individual de Índices Globais de Desenvolvimento Regional representados por X_i , que incluem o Índice Global de Desenvolvimento Político Regional (X_1), o Índice Global de Desenvolvimento Social Regional (X_2), o Índice Global de Desenvolvimento Econômico Regional (X_3) e o Índice Global de Desenvolvimento Tecnológico Regional (X_4).
3. Medição do Índice de Desenvolvimento Global Regional (DGR).
4. Medição do Estágio de Integração Regional (EIR).

A primeira fase para a elaboração do Modelo DGIR é a entrada de dados em tabelas múltiplas, sendo essa uma forma de análise a partir de tabelas que permitem o armazenamento de grande quantidade de dados para medir uma única variável. Essa única variável pode mostrar a evolução da integração a partir de uma perspectiva global, podendo ser utilizada tanto em esfera nacional quanto regional.

A primeira entrada de dados nas tabelas múltiplas pertence ao país ou região, usando n número de variáveis, decididas conforme o objetivo do trabalho; o número de casos no estudo é representado por m , sendo no caso do Modelo DGIR a representação de um país ou de uma região (composta por diversos países); o

fator tempo (t) é uma função dos parâmetros de tempo para os quais há interesse na utilização, apresentando-se na forma anual, bienal, quinquenal ou decenal.

Para esta pesquisa será adotada a entrada de dados em tabela para cada um dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL considerando os anos de 1998 e 2008, representando um espaço temporal de uma década. Vale ressaltar que se parte de uma perspectiva individual de cada um dos países de modo a evidenciar como a evolução dos mesmos países influencia o desenvolvimento do bloco.

A segunda fase de implementação do Modelo DGIR envolve a medição do Índice Global de Desenvolvimento Regional (X_i), utilizando as variáveis inseridas em quatro diferentes tabelas múltiplas. O Índice Global de Desenvolvimento Regional (X_i) é composto pelos seguintes índices: Político, Social, Econômico e Tecnológico.

O Índice Global de Desenvolvimento Político Regional (X_1) é obtido através das variáveis contidas no Quadro 2, composto por dados referentes a variáveis políticas e os seus respectivos parâmetros.

Lista de Fatores Políticos	Parâmetros	
Variáveis	Limites	Descrição
Fatores Externos		
Colonização (país)	0 = existe 1 = não existe	Período de colonização inferior a 50 anos
Força de negociação do grupo	1 = grande 0 = pequeno	Número de atividades realizadas em nível regional
Influência de políticas externas	1 = baixo 0 = alto	Influência de políticas externas sob o país
Influência externa da política doméstica		
Influência externa regional da política doméstica	1 = alto 0 = baixo	Nível de influência da política interna na esfera regional
Influência externa global da política doméstica	1 = alto 0 = baixo	Nível de influência da política interna na esfera global
Estilo de negociação	1 = aberto 0 = não-aberto	Estilo dos procedimentos de negociação
Fatores Internos		
Modelo de integração regional	1 = novo reg. 0 = antigo reg.	Foco do modelo de integração regional
Regime político	1 = democrático 0 = não democrático	Se existe democracia nos últimos 15 anos
Contexto legislativo	1 = existe 0 = não existe	Se existe um sistema de leis
Índice de direitos políticos	1 = alto 0 = baixo	Índice referente à liberdade da população de exercer seus direitos políticos
Índice de liberdades civis	1 = alto 0 = baixo	Índice referente à liberdade da população de exercer sua liberdade civil

Lista de Fatores Políticos	Parâmetros	
Variáveis	Limites	Descrição
Direitos humanos	0 = acima 1 = abaixo	Entre os 20 países que menos respeitam os direitos humanos
Problemas de fronteira	0 = existe 1 = não existe	Se existiram problemas de fronteira nos últimos 30 anos
Estabilidade política	1 = existe 0 = não existe	Existem eleições democráticas nos últimos 20 anos
Partidos políticos oficiais	1 = grande 0 = pequeno	Número de partidos políticos no país
Tipo de governo	1 = presidencialismo 0 = parlamentarismo	Sistema de governo dos últimos 30 anos
Gastos militares	0 = acima 1 = abaixo	Gastos do governo com questões militares superam 10% da despesa total
Nível de burocracia	1 = alto 0 = baixo	Menos de 15% da população total trabalha para o governo

QUADRO 2 – VARIÁVEIS POLÍTICAS PARA ELABORAÇÃO DO ÍNDICE GLOBAL DE DESENVOLVIMENTO POLÍTICO REGIONAL DO BLOCO COMERCIAL

FONTE: Adaptado pelo autor a partir de ESTRADA (2004).

NOTA: As variáveis utilizadas foram obtidas junto a organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, CEPAL, ALADI, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Por sua vez, o Índice Global de Desenvolvimento Social Regional (X2) é obtido através das variáveis contidas no Quadro 3, composto por dados referentes a variáveis sociais.

Lista de Fatores Sociais	Parâmetros	
Variáveis	Limites	Descrição
Alfabetização	0 = acima 1 = abaixo	Taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos inferior a 30%
Estrutura social	1 = homogênea 0 = multicultural	Número de raças ou grupos étnicos
Religiões	0 = mono 1 = poli	Existe qualquer religião com valores aceitos pela sociedade
Valores sociais	1 = coletivo 0 = individual	Comportamento dos grupos de trabalho
Minorias	1 = baixo 0 = alto	Número de minorias
Adaptabilidade da sociedade	1 = moderno 0 = tradicional	Comportamento dos parâmetros sob observação
Problemas sociais (crimes e drogas)	1 = baixo 0 = alto	O país está fora da lista dos com maior criminalidade e drogas
Taxa de mortalidade infantil	1 = acima 0 = abaixo	País está entre os 50 com menor taxa de mortalidade infantil
Expectativa de vida ao nascer	1 = acima 0 = abaixo	País está entre os 50 com maior expectativa de vida
Porcentagem da população urbana com acesso a saneamento básico	1 = alto 0 = baixo	Mais de 50% da população tem acesso a saneamento básico

Lista de Fatores Sociais	Parâmetros	
Variáveis	Limites	Descrição
Influência da cultura externa	1 = alto 0 = baixo	Número de emissoras de TV
Línguas	1 = única 0 = várias	Mais de 25% tem o inglês ou outra linguagem em comum
Mulheres ocupando cargos no parlamento	1 = alto 0 = baixo	Porcentagem de mulheres ocupando cargos no parlamento
Discriminação de cor ou raça	1 = baixa 0 = alta	Porcentagem da população que se sente discriminada pela cor ou raça
Emissão de CO ₂ <i>per capita</i>	1 = acima 0 = abaixo	País está entre os 50 maiores emissores de CO ₂
Taxa de desemprego	0 = acima 1 = abaixo	Menos de 10% da população nacional está desempregada.

QUADRO 3 – VARIÁVEIS SOCIAIS PARA ELABORAÇÃO DO ÍNDICE GLOBAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL REGIONAL DO BLOCO COMERCIAL

FONTE: Adaptado pelo autor a partir de ESTRADA (2004).

NOTAS: As variáveis utilizadas foram obtidas junto a organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, CEPAL, ALADI, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

O Índice Global de Desenvolvimento Econômico Regional (X3) é obtido através das variáveis contidas no Quadro 4, referente a variáveis econômicas.

Lista de Fatores Econômicos	Parâmetros	
Variáveis	Limites	Descrição
Fatores Externos		
Estrutura do PIB por setores		
Agricultura	1 = alto 0 = baixo	Taxa de variação entre dois períodos
Indústria	1 = alto 0 = baixo	Taxa de variação entre dois períodos
Serviços	1 = alto 0 = baixo	Taxa de variação entre dois períodos
PIB	1 = alto 0 = baixo	Taxa de variação anual do PIB superior a 2%
Recursos naturais (solo)	1 = acima 0 = abaixo	Utilização dos solos pela agricultura inferior a 50%
Estágio de desenvolvimento econômico	1 = desenvolvido 0 = em desenvolvimento	Classificação do Banco Mundial com base na renda
Nível de subsídios e transferências correntes	1 = abaixo 0 = acima	Montante inferior a 10% do PIB
Proteção ambiental	1 = alto 0 = baixo	Existe uma estrutura legal para proteger o meio ambiente
Exportações brutas	1 = alta 0 = baixa	Taxa de variação entre dois períodos
Patentes concedidas	1 = acima 0 = abaixo	Entre os 50 países com maior número de patentes concedidas por habitantes
Consumo		
Renda <i>per capita</i>	1 = alto 0 = baixo	Valor da renda é maior que US\$ 1.500 por ano.

Lista de Fatores Econômicos	Parâmetros	
Variáveis	Limites	Descrição
Tamanho do mercado	1 = grande 0 = pequeno	Mais de 5 milhões de pessoas
Nível de pobreza	1 = baixo 0 = alto	Menos de 25% da população na linha da pobreza
Nível de indigência	1 = baixo 0 = alto	Menos de 15% da população na linha de indigência
Taxa de inflação	1 = baixo 0 = alto	Taxa de inflação menor que 5% ao ano
Distribuição da riqueza	1 = baixo 0 = alto	Coefficiente de Gini do país e da região
Nível da taxa de poupança	1 = alto 0 = baixo	Taxa de variação do total dos depósitos privados
Comércio		
Participação das exportações de bens e serviços na formação do PIB	0 = alto 1 = baixo	Participação superior a 15% do total
Participação das importações de bens e serviços na formação do PIB	0 = alto 1 = baixo	Participação superior a 15% do total
Índice de termos de troca líquido	1 = alto 0 = baixo	Valor do índice de termos de troca líquido
Abertura de novas empresas	1 = acima 0 = abaixo	O número de empresas abertas anualmente está entre os 50 primeiros países
Trabalho		
Divisão social internacional	1 = alto 0 = baixo	Setores indústria e serviços respondem por menos de 60%
Concentração do trabalho		
Urbano	1 = alto 0 = baixo	Taxa de variação da concentração do trabalho urbano
Rural	1 = baixo 0 = alto	Taxa de variação da concentração do trabalho rural
Nível de imigração	1 = baixo 0 = alto	Taxa de variação do número de imigrantes por ano
Nível de emigração	1 = alto 0 = baixo	Taxa de variação do número de emigrantes por ano
Crescimento da população	1 = abaixo 0 = acima	O crescimento da população é inferior a 2%
Produtividade do trabalho	1 = alto 0 = baixo	Valor do índice de produtividade do trabalho
Investimento		
Investimento Direto Nacional	1 = alto 0 = baixo	Taxa de variação entre dois períodos
Investimento Direto Estrangeiro	1 = alto 0 = baixo	Taxa de variação entre dois períodos
Investimento privado em telecomunicação	1 = alto 0 = baixo	Taxa de variação entre dois períodos
Investimento privado em energia	1 = alto 0 = baixo	Taxa de variação entre dois períodos
Investimento privado em infraestrutura de transporte	1 = alto 0 = baixo	Taxa de variação entre dois períodos
Taxa de juros	1 = baixo 0 = alto	Taxa de variação entre dois períodos
Atividade do mercado de ações	1 = alto 0 = baixo	Taxa de variação do índice da bolsa de valores entre dois períodos
Infraestrutura		
Índice de performance logística	1 = alto 0 = baixo	Valor do índice de performance logística

Lista de Fatores Econômicos	Parâmetros	
Variáveis	Limites	Descrição
Produção de eletricidade	1 = alto 0 = baixo	Taxa de variação da produção de energia elétrica por ano
Autonomia energética	1 = alto 0 = baixo	País autossuficiente em pelo menos 40% de seu consumo
Oferta de energia através de fontes renováveis	1 = acima 0 = abaixo	Mais de 30% da oferta de energia advém de fontes renováveis
Administração pública		
Número de impostos cobrados	1 = baixo 0 = alto	Número de impostos cobrados no país
Dívida externa	1 = alto 0 = baixo	Taxa de variação entre dois períodos
Gastos da administração pública		
Gastos públicos <i>per capita</i> com educação	1 = alto 0 = baixo	Taxa de variação entre dois períodos
Gastos públicos <i>per capita</i> com saúde	1 = alto 0 = baixo	Taxa de variação entre dois períodos
Gastos públicos <i>per capita</i> com trabalho, seguridade e seguridade social	1 = alto 0 = baixo	Taxa de variação entre dois períodos
Gastos públicos <i>per capita</i> com moradia e outros	1 = alto 0 = baixo	Taxa de variação entre dois períodos
Nível de corrupção	0 = alto 1 = baixo	Índice de percepção da corrupção.

QUADRO 4 – VARIÁVEIS ECONÔMICAS PARA ELABORAÇÃO DO ÍNDICE GLOBAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL DO BLOCO COMERCIAL

FONTE: Adaptado pelo autor a partir de ESTRADA (2004).

NOTAS: As variáveis utilizadas foram obtidas junto a organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, CEPAL, ALADI, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Por último e não menos importante, o Índice Global de Desenvolvimento Tecnológico Regional (X4), que é obtido através das variáveis do Quadro 5, composto por dados referentes a variáveis políticas.

Lista de Fatores Tecnológicos	Parâmetros	
Variáveis	Limites	Descrição
Exportações de alta tecnologia	1 = alto 0 = baixo	Porcentagem das exportações de alta tecnologia em relação às exportações industriais
Usuários de internet	1 = acima 0 = abaixo	País entre os 50 com maior número de usuários de internet
Telecomunicação	1 = alto 0 = baixo	Porcentagem da população com acesso à telefonia
Número de pessoas que possuem computador	1 = acima 0 = abaixo	Entre os 50 países com maior número de computadores pessoais
Utilização de fertilizantes no cultivo das lavouras	1 = alto 0 = baixo	Aumento da quantidade utilizada de fertilizantes superior a 30%
Importação de novas tecnologias	1 = alto 0 = baixo	Porcentagem de importação de bens de capital

Lista de Fatores Tecnológicos	Parâmetros	
Variáveis	Limites	Descrição
Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento	1 = acima 0 = abaixo	Investimento em P&D superior a 1% do PIB nacional
Saldo entre pagamentos de <i>royalties</i> e licenças	1 = positivo 0 = negativo	Saldo entre pagamentos de <i>royalties</i> e licenças para o exterior
Número de artigos técnicos e científicos publicados em revistas	1 = acima 0 = abaixo	Entre os 50 países com maior número de publicações
Empresas certificadas com ISO-14001	1 = alto 0 = baixo	Número de empresas certificadas com ISO-14001

QUADRO 5 – VARIÁVEIS TECNOLÓGICAS PARA ELABORAÇÃO DO ÍNDICE GLOBAL DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO REGIONAL DO BLOCO COMERCIAL

FONTE: Adaptado pelo autor a partir de ESTRADA (2004).

NOTAS: As variáveis utilizadas foram obtidas junto a organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, CEPAL, ALADI, Banco Interamericano de Desenvolvimento e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Após a obtenção dos Índices Globais de Desenvolvimento Regional (Político, Social, Econômico e Tecnológico), seus valores podem ser classificados em três diferentes categorias, a saber:

- Nível 1 ou subdesenvolvido ($0 \leq X_i \leq 0,33$);
- Nível 2 ou em desenvolvimento ($0,34 \leq X_i \leq 0,66$) e;
- Nível 3 ou desenvolvido ($0,67 \leq X_i \leq 1$);

De acordo com Estrada (2004), os parâmetros das tabelas são divididos em duas categorias, as variáveis quantitativas e as variáveis qualitativas. Com relação a estas últimas, elas fornecem uma alternativa para a medida de variáveis não quantitativas que afetam o *ranking* do processo de integração regional. Esse *Ranking List* (RL) é originado dos melhores resultados de determinadas áreas (social, econômica, política e tecnológica) em alguns países.

Vale ressaltar que as variáveis utilizadas através do recurso de *Ranking List* e as variáveis quantitativas utilizadas foram obtidas junto a organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a CEPAL, a ALADI, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Com relação ao RL de países do bloco comercial, esse RL pode ser comparado a partir de dois possíveis resultados: primeiro, se o país no bloco

comercial é encontrado no RL, então esse país recebe um valor igual a 1; segundo, se o país do bloco comercial não pode ser encontrado no RL, então esse país recebe um valor igual a 0.

A razão para usar o sistema binário em cada entrada de dados está na necessidade de atribuir a todas as variáveis o mesmo nível de importância e peso no estudo da integração regional. O sistema binário contribui para manter um equilíbrio entre todas as variáveis em cada entrada de dados. Outra razão é que o sistema binário contribui para criar um modelo alternativo de análise de países com informação limitada, especialmente no caso dos países em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos (ESTRADA, 2004).

O número de variáveis utilizadas no Modelo DGIR varia dependendo dos objetivos do trabalho. No caso deste estudo foram adotadas 90 variáveis com seus respectivos parâmetros: 18 variáveis para o Índice Global de Desenvolvimento Político Regional (X_1); 16 variáveis para o Índice Global de Desenvolvimento Social Regional (X_2); 46 variáveis para o Índice Global de Desenvolvimento Econômico Regional (X_3) e 10 variáveis para o Índice Global de Desenvolvimento Tecnológico Regional (X_4).

Segundo Estrada (2004), após a determinação do número de variáveis que compõem o modelo, inicia-se a coleta dos dados estatísticos e históricos que constituem as variáveis. Todas as variáveis em cada entrada de dados multitabela não podem ter uma relação direta entre elas, no entanto todas as variáveis em cada entrada de dados multitabela são significativas para uma medida geral única da variável, ou seja, cada um dos Índices Globais de Desenvolvimento Regional (X_i).

Os Índices Globais de Desenvolvimento Regional são utilizados para gerar um gráfico que representa a evolução e as fases do processo de integração regional do bloco econômico a partir de uma perspectiva multidimensional. Este trabalho visa aplicar o Modelo DGIR para um único bloco econômico, o MERCOSUL, considerando simultaneamente os Estados Partes e os Estados Associados, nos anos de 1998 e 2008.

Após a definição de todas as variáveis e seus parâmetros, essas variáveis são listadas em cada entrada de dados e o passo seguinte é a soma dos valores de

todas as variáveis na coluna da Situação Atual (SA) e do Total de Resultados Possíveis (TRP), conforme pode ser observado no exemplo contido no Quadro 6.

Código	Nome do Bloco Comercial						Resultados	
	Lista de Fatores	Países						
	Variáveis	P_1	P_2	P_3	P_4	P_5	SA	TRP
V.1	Variável 1	1/0	1/0	1/0	1/0	1/0	$\sum V .1$	5
V.2	Variável 2	1/0	1/0	1/0	1/0	1/0	$\sum V .2$	5
V.3	Variável 3	1/0	1/0	1/0	1/0	1/0	$\sum V .3$	5
Total							$\sum SA$	$\sum TRP$

QUADRO 6 – EXEMPLO DE APLICAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DA SOMA DO TRP

FONTE: O autor (2010).

Com os TRP definidos, o próximo passo é calcular cada Índice Global de Desenvolvimento Regional (X_i). O cálculo é feito mediante a aplicação da Equação 1 para os valores na entrada de dados multitabela.

$$X_i = \sum_{i=1}^n X_i = (\sum SA(i) * 100) / \sum TRP(i) \quad (1)$$

Na sequência, os dados são plotados em um gráfico (Figura 11), demonstrando os quatro Índices Globais de Desenvolvimento Regional (X_i).

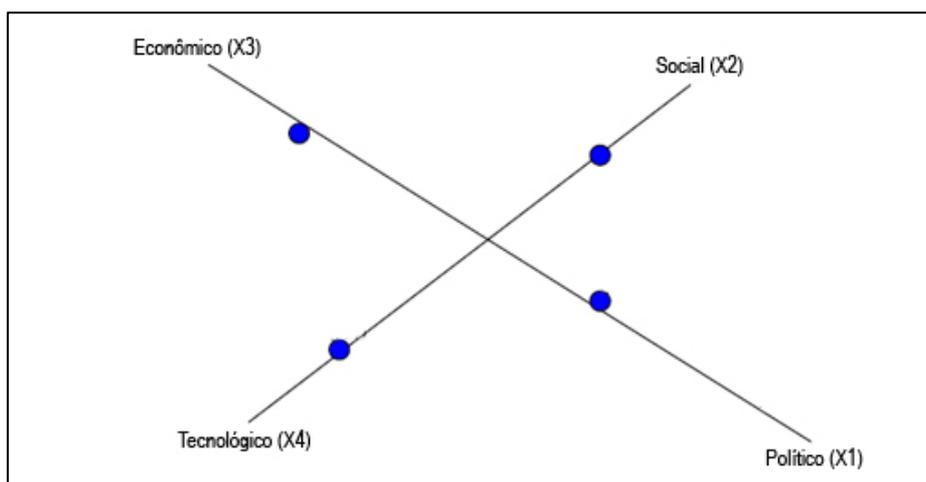


FIGURA 11 – DIAGRAMA DOS ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (X_i)

FONTE: ESTRADA (2004).

Cada Índice Global de Desenvolvimento Regional (X_i) desempenha um papel importante na medição do Índice de Desenvolvimento Global Regional (DGR) e do Índice do Estágio de Integração Regional (EIR). Esses dois índices podem ser afetados por qualquer alteração nos Índices Globais de Desenvolvimento Regional, no curto e no longo prazo.

A terceira fase da implementação geral do Modelo DGIR apresenta uma definição sobre o Índice de Desenvolvimento Global Regional (DGR), sendo este um indicador para comparar diferentes períodos históricos do processo de integração regional em qualquer região, tendo por base os Índices Globais de Desenvolvimento Regional (X_i). Assim, portanto, o Índice de Desenvolvimento Global Regional (DGR) é um meio de analisar a evolução de qualquer processo de integração regional a partir de uma perspectiva global.

Sua elaboração é composta por dois passos; o primeiro passo é plotar cada um dos Índices Globais de Desenvolvimento Regional (X_i): Índice Global de Desenvolvimento Político Regional (X_1); Índice Global de Desenvolvimento Social Regional (X_2); Índice Global de Desenvolvimento Econômico Regional (X_3) e Índice Global de Desenvolvimento Tecnológico Regional (X_4) sobre o plano cartesiano, como apresentado pela Figura 12. O valor do Índice de Desenvolvimento Global Regional (DGR) é uma aproximação das situações passadas e presentes que qualquer bloco comercial pode encontrar em sua evolução, sendo seu valor o resultado do somatório de todos os quatro Índices Globais de Desenvolvimento Regional (X_i), representado pela área delimitada em vermelho na Figura 12.

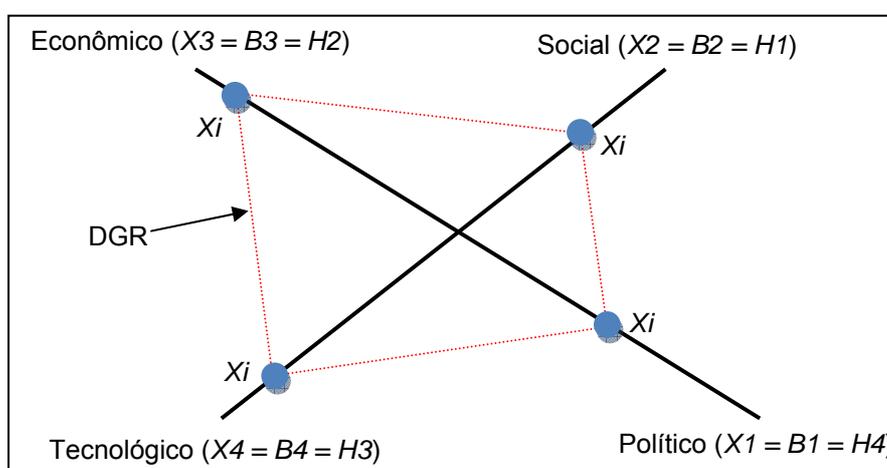


FIGURA 12 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO GLOBAL REGIONAL (DGR)
 FONTE: ESTRADA (2004).

O segundo passo é a parcela do gráfico DGR baseada no valor total dos quatro Índices Globais de Desenvolvimento Regional (X_i). Isso é seguido pelo cálculo do Índice de Desenvolvimento Global Regional (DGR) baseado Equação 2. Note-se que os valores dos Índices Globais de Desenvolvimento Regional são independentes uns dos outros. O gráfico DGR consiste de quatro áreas diferentes, tendo cada área um limite equivalente a 0,25. O valor total dessas quatro áreas é igual a 1, como observado na Equação 8.

Cada eixo dos gráficos apresentados pelas Figuras 12 e 13 é igual à base ou à altura do gráfico (representado por B e H, respectivamente). O DGR 1 utiliza o resultado do Índice Global de Desenvolvimento, em que o eixo X_1 é igual a B_1 , e o Índice Global de Desenvolvimento no eixo X_2 que é igual a H_1 , através da aplicação da Equação 3. Os mesmos passos e expressões também são utilizados para DGR 2, DGR 3 e DGR 4, como demonstrado na Figura 13. O total do Índice DGR para esse período é a soma de todas as DGRs, sendo representado pela Equação 7.

$$\sum_{i=1}^4 DGR(i) = [Base(X_i) * [Altura(X_{i+1})]/4 \quad (2)$$

$$[B_1 = H_4]: DGR 1 = [X_1(B_1) * X_2(H_1)]/4 \leq 0,25 \quad (3)$$

$$[B_2 = H_1]: DGR 2 = [X_2(B_2) * X_3(H_2)]/4 \leq 0,25 \quad (4)$$

$$[B_3 = H_2]: DGR 3 = [X_3(B_3) * X_4(H_3)]/4 \leq 0,25 \quad (5)$$

$$[B_4 = H_3]: DGR 4 = [X_4(B_4) * X_1(H_4)]/4 \leq 0,25 \quad (6)$$

$$DGR = DGR1 + DGR2 + DGR3 + DGR4 \quad (7)$$

$$DGR = 0,25 + 0,25 + 0,25 + 0,25 \Rightarrow DGR = 1 \quad (8)$$

Em que:

B = Base

H = Altura

X_i = Índice X_i

X_{i+1} = Índice X_{i+1}

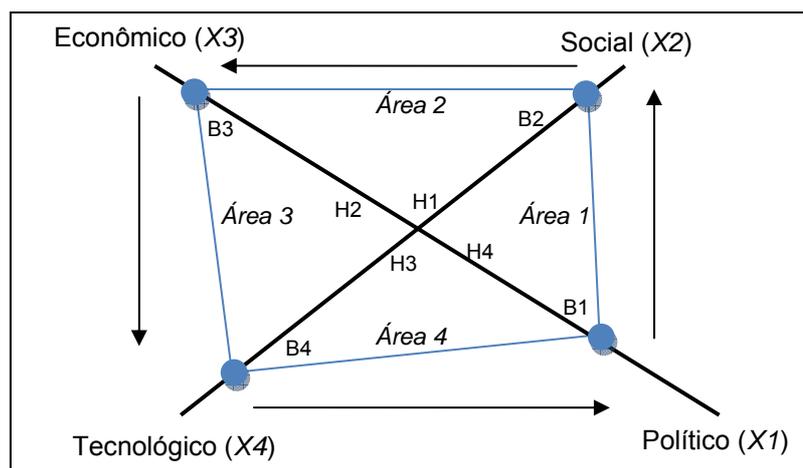


FIGURA 13 – ÁREAS DE ROTAÇÃO APLICADAS AO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO GLOBAL REGIONAL (DGR)

FONTE: ESTRADA (2004).

A análise do Índice de Desenvolvimento Global Regional (DGR) é baseada na comparação de duas regiões ou de dois períodos; nesta pesquisa é adotada a segunda opção de comparação de dois períodos, sendo o ano de 1998 e o ano de 2008. O total do Índice de Desenvolvimento Global Regional (DGR) pode apresentar três cenários possíveis, a saber:

- a) expansão (DGR do primeiro período menor que o DGR do segundo período);
- b) estagnação (DGR do primeiro período igual ao DGR do segundo período); e
- c) contração (DGR do primeiro período maior que o DGR do segundo período).

De acordo com Estrada (2004), em qualquer momento histórico o processo de integração regional em qualquer região é baseado na comparação da magnitude do Índice de Desenvolvimento Global Regional (DGR).

A última fase na implementação do Modelo DGIR é a medição do Índice do Estágio de Integração Regional (EIR). O Índice EIR mede o grau ou estágio de desenvolvimento da integração regional realizada por qualquer região nas suas diferentes fases de evolução. O índice EIR é considerado uma variável dependente no Modelo DGIR.

Na medição do Índice EIR são utilizados os quatro Índices Globais de Desenvolvimento Regional (X_i): Índice Global de Desenvolvimento Político Regional (X_1); Índice Global de Desenvolvimento Social Regional (X_2); Índice Global de Desenvolvimento Econômico Regional (X_3) e Índice Global de Desenvolvimento Tecnológico Regional (X_4). Além deles, também é utilizado um coeficiente constante chamado de Abordagem da Inclinação da Integração Regional (AIIR), usado concomitantemente, sendo representado por “a”, “b”, “c” e “d”, representados na Equação 9, sendo esse coeficiente aplicado a cada um dos Índices Globais de Desenvolvimento (X_i). Cada coeficiente tem um limite igual a 1, ou seja, sua soma não é superior a 1.

O coeficiente de AIIR possui duas formas de aplicação; a primeira é utilizando o coeficiente AIIR com Interesse Homogêneo. Nessa aplicação, cada AIIR tem o mesmo nível de importância na análise (Equação 10).

A segunda apresenta quatro diferentes possibilidades de aplicação: abordagem de inclinação política (Equação 11), abordagem de inclinação social (Equação 12), abordagem de inclinação econômica (Equação 13) e abordagem de inclinação tecnológica (Equação 14). Essa segunda forma de aplicação deve ser utilizada quando da necessidade de um maior enfoque em uma das dimensões do modelo.

$$Y = EIR = aX_1 + bX_2 + cX_3 + dX_4 \leq 1 \quad (9)$$

$$a = 0,25 + b = 0,25 + c = 0,25 + d = 0,25 = 1 \Rightarrow \text{AIIR de Interesse Homogêneo} \quad (10)$$

$$a = 0,40 + b = 0,20 + c = 0,20 + d = 0,20 = 1 \Rightarrow \text{AIIR de Interesse Político} \quad (11)$$

$$a = 0,20 + b = 0,40 + c = 0,20 + d = 0,20 = 1 \Rightarrow \text{AIIR de Interesse Social} \quad (12)$$

$$a = 0,20 + b = 0,20 + c = 0,40 + d = 0,20 = 1 \Rightarrow \text{AIIR de Interesse Econômico} \quad (13)$$

$$a = 0,20 + b = 0,20 + c = 0,20 + d = 0,40 = 1 \Rightarrow \text{AIIR de Interesse Tecnológico} \quad (14)$$

Com a determinação do tipo de coeficiente de AIIR a ser aplicado, o Índice do Estágio de Integração Regional (EIR) é medido de acordo com base na Equação 9. A análise do índice EIR pode revelar um dos três diferentes cenários, a saber:

- a) fase subdesenvolvida ($0 \leq \text{EIR} \leq 0,33$);
- b) fase de desenvolvimento ($0,34 \leq \text{EIR} \leq 0,66$) e;
- c) fase de desenvolvimento consolidado ($0,67 \leq \text{EIR} \leq 1$).

A análise do índice EIR pode fornecer uma ideia geral ou aproximada da fase de integração regional realizada em qualquer região através do tempo e do espaço. A representação gráfica do Índice EIR é apresentada pela Figura 14, constituída por cinco eixos, cada um dos quais com um valor positivo.

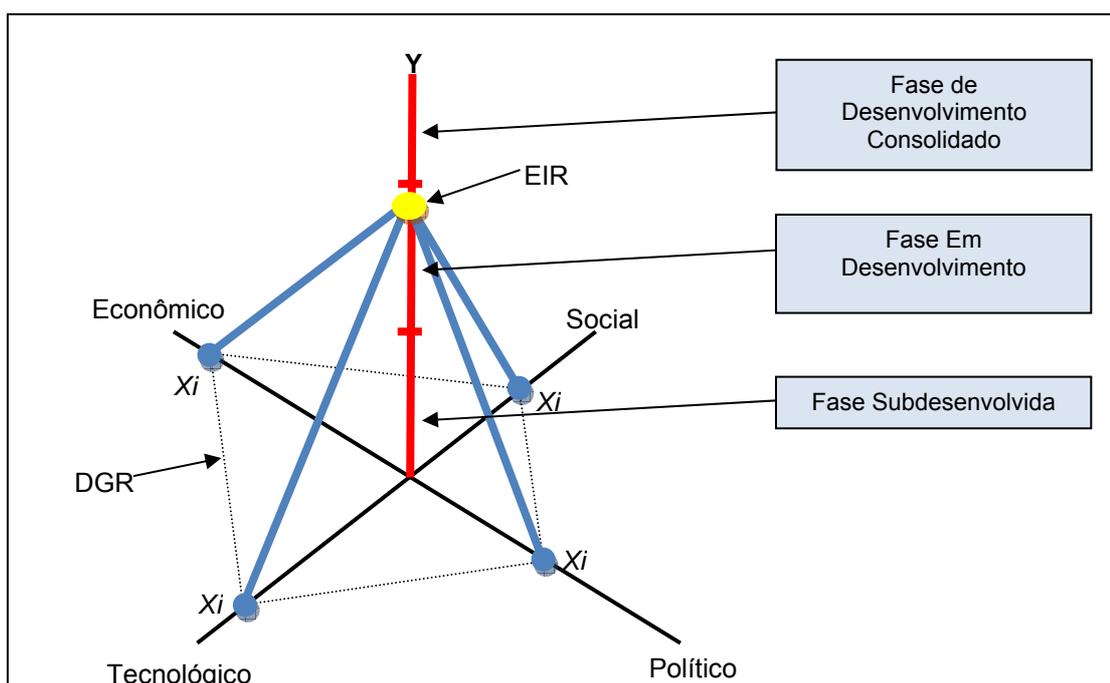


FIGURA 14 – ÍNDICE DO ESTÁGIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL (EIR)

FONTE: ESTRADA (2004)

O quinto eixo, representado por Y e posicionado no centro do gráfico (entre os outros quatro eixos), representa o Índice EIR, sendo esse eixo o ponto convergente de todos os outros quatro eixos ou, mais precisamente, as quatro abordagens dos Índices Globais de Desenvolvimento Regional. O Índice EIR (Y) é descrito pela Equação 15.

$$Y = F(X_1, X_2, X_3, X_4) \leq 1 \quad (15)$$

Todas as fases de elaboração e de desenvolvimento do Método DGIR são apresentadas na Figura 15.

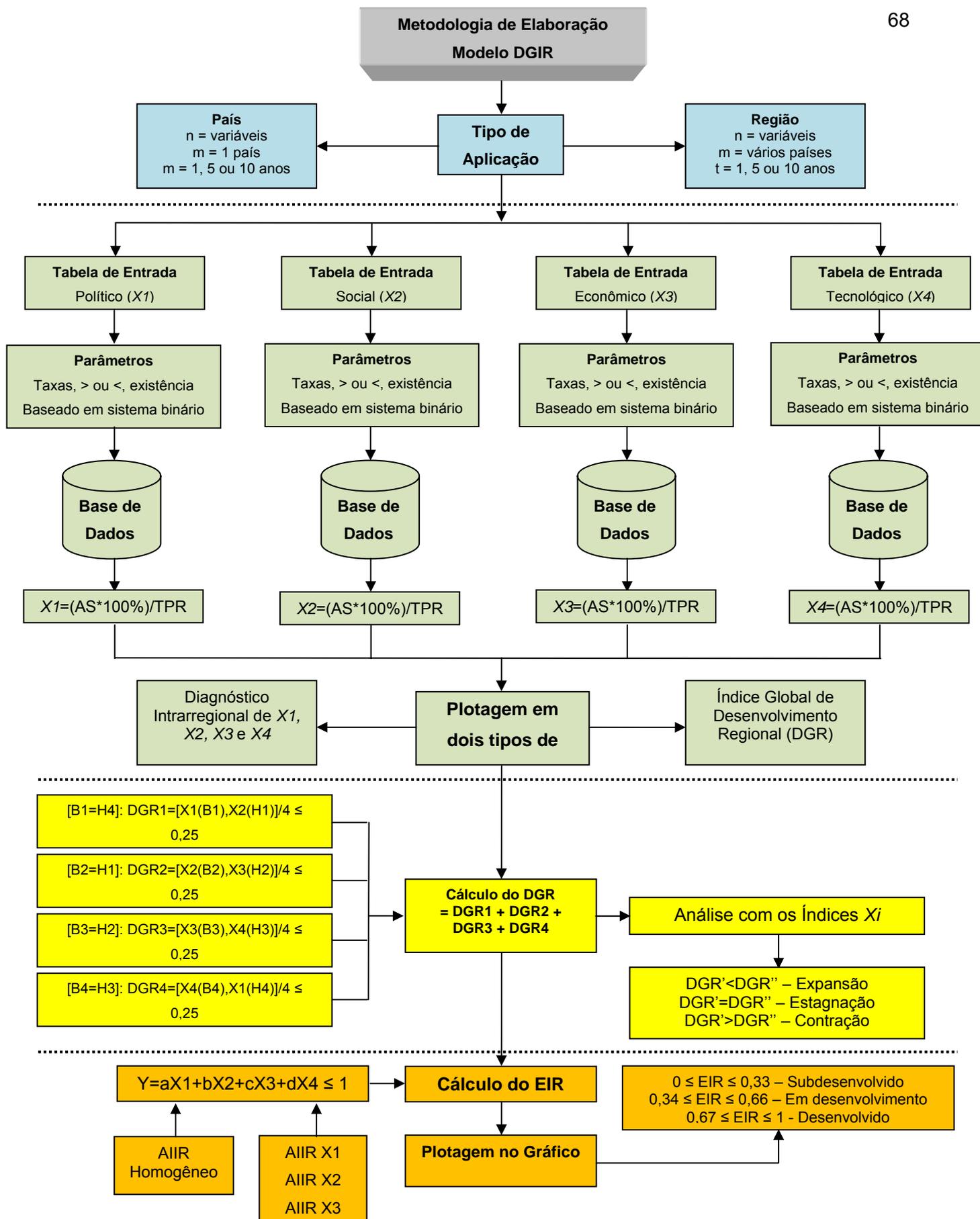


FIGURA 15 – DIAGRAMA DA METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO MODELO DGIR

FONTE: ESTRADA (2004).

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa obtidos através dos procedimentos metodológicos. Inicialmente são apresentados os resultados individuais dos Índices Globais de Desenvolvimento Regional para cada um dos Estados Partes e Associados. Na sequência são apresentados os resultados para o bloco MERCOSUL considerando somente seus Estados Partes. Posteriormente foram elaboradas simulações considerando a inclusão de cada um dos Estados Associados aos índices obtidos pelo MERCOSUL considerando seus Estados Partes e, por fim, são apresentados os resultados da simulação considerando todos os Estados Partes e Associados do MERCOSUL.

6.1 ÍNDICES OBTIDOS PELOS ESTADOS PARTES E ASSOCIADOS

Inicialmente são expostos os resultados individuais obtidos para cada um dos Estados Partes do MERCOSUL. Através da Figura 16 são apresentados os resultados obtidos para o Brasil.

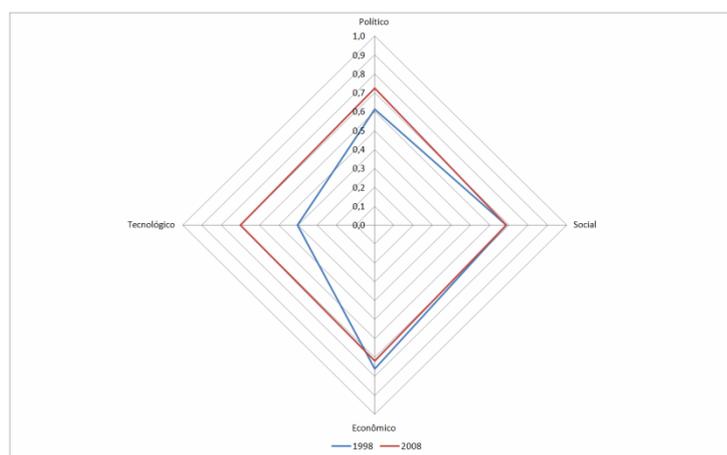


FIGURA 16 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O BRASIL – 1998/2008

FONTE: O autor (2010).

No comparativo dos resultados para os anos de 1998 e 2008, apresentados pela Figura 16, observa-se um incremento no índice do campo político brasileiro, que passou de 0,61111 para 0,72222 (desenvolvido), sendo este aumento originado de mudanças positivas de algumas variáveis, dentre as quais podemos destacar a consolidação do regime democrático de governo. No campo social, a situação manteve-se inalterada entre os dois períodos com valor igual a 0,6875 (desenvolvido).

Se considerado o índice econômico, houve uma retração, passando de 0,76087 em 1998 para 0,71739 no ano de 2008, porém o país manteve o índice considerado como desenvolvido. O maior incremento ocorreu com o índice tecnológico, que passou de um valor igual a 0,40000 no ano de 1998 para 0,70000 (desenvolvido) no ano de 2008, sendo esse resultado de mudanças positivas em variáveis relacionadas ao maior acesso a novas tecnologias por parte da população e aumento nos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento.

A Figura 17 demonstra os resultados dos índices obtidos para a Argentina.

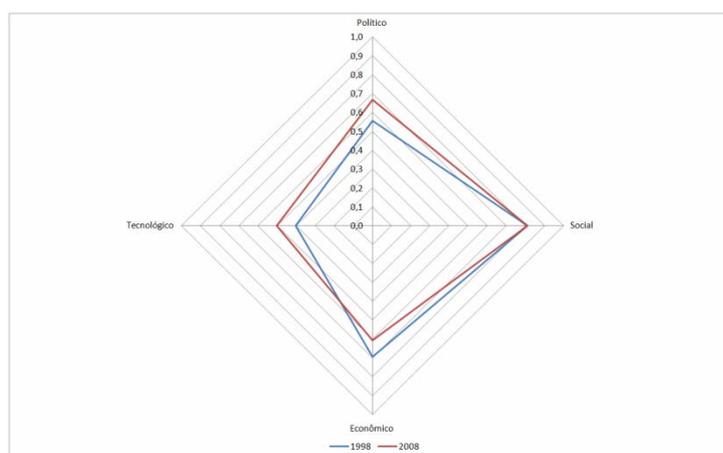


FIGURA 17 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA A ARGENTINA – 1998/2008

FONTE: O autor (2010)

Através da análise da Figura 17 observa-se que ocorreram melhorias no campo político (0,55556 para 0,66667), que, como no caso brasileiro, foram advindas da estabilização política e do fortalecimento do regime democrático. Também no campo tecnológico ocorreu uma variação positiva (0,40000 para

0,50000), variação ocasionado pelo maior acesso às novas tecnologias na área de comunicação.

Por outro lado, no campo econômico houve redução do índice (0,69565 para 0,60870), redução originada por mudanças negativas referentes à taxa de inflação, nível de exportação, aumento dos impostos, aumento da dívida externa e outros, sendo esses reflexos decorrência direta da crise com a qual o país convive desde 2002. No campo social houve manutenção do índice (0,81250), enquadrando o país como desenvolvido.

Na sequência, a Figura 18 demonstra os resultados obtidos para o Paraguai.

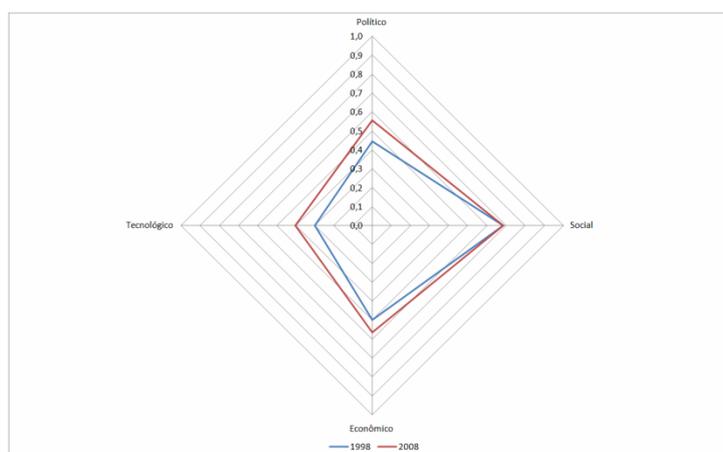


FIGURA 18 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O PARAGUAI – 1998/2008

FONTE: O autor (2010)

No ano de 1998, o índice obtido para o campo tecnológico paraguaio estava situado no nível 1, ou seja, em situação de subdesenvolvimento com valor igual a 0,30000, mas houve melhora no período seguinte apresentando valor igual a 0,40000, isso graças ao maior acesso às novas tecnologias de informação. No campo político e econômico ocorreram melhoras nos índices. No primeiro, isso ocorreu graças à consolidação da democracia e, no segundo, graças a melhorias em variáveis tais como o aumento da renda *per capita* e o aumento do nível de poupança, por exemplo. Já no campo social manteve-se o mesmo índice, considerado como desenvolvido com valor igual a 0,68750.

O último dos Estados Partes do MERCOSUL, o Uruguai, tem seus resultados demonstrados na Figura 19.

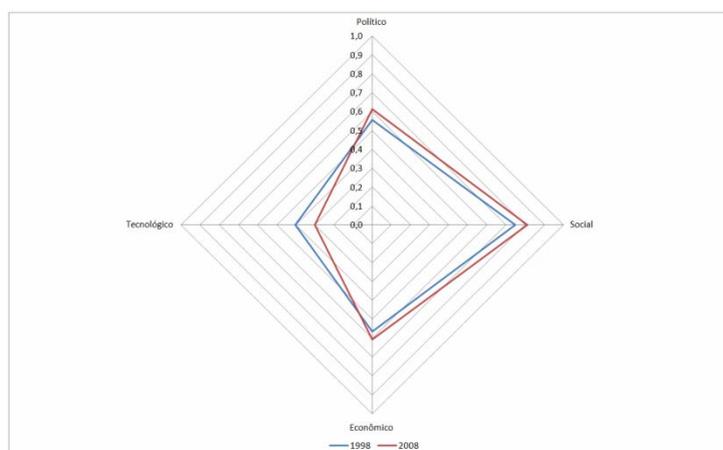


FIGURA 19 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O URUGUAI – 1998/2008

Fonte: O autor (2010).

Observa-se, através da Figura 19, que a situação no Uruguai é um tanto quanto diferente dos demais Estados Partes. Ocorreram incrementos nos índices político, econômico e social, sendo que este último atingiu um valor igual a 0,81250 (desenvolvido), o que é superior aos atingidos para o Brasil, a Argentina e o Paraguai. Entretanto, o índice tecnológico teve uma redução, passando de 0,40000 para 0,30000 no ano de 2008, situando tal índice no nível de subdesenvolvimento.

A Figura 20 demonstra os índices para a Bolívia, o primeiro dos Estados Associados do MERCOSUL a ser analisado.

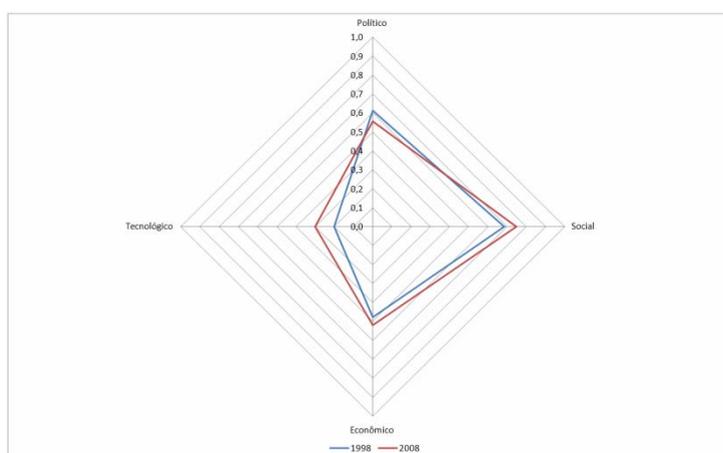


FIGURA 20 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA A BOLÍVIA – 1998/2008

FONTE: O autor (2010).

Os índices obtidos para a Bolívia demonstram que houve uma redução dos valores para o campo político (0,61111 para 0,55556), porém o mesmo índice se manteve no nível 2 (em desenvolvimento); essa redução ocorreu em decorrência a alterações negativas no tocante a direitos políticos, possivelmente após a posse do atual governo boliviano comandado pelo presidente Evo Morales. No campo tecnológico, embora tenha ocorrido um aumento (0,20000 para 0,30000), o mesmo índice se manteve em nível subdesenvolvido. No campo social, a pequena melhora adveio do aumento do número de mulheres ocupando cargos no parlamento, e, no campo econômico, o aumento do índice deu-se graças a melhoras em variáveis tais como: aumento da poupança interna e aumento no investimento direto nacional.

Os resultados obtidos para o Chile são demonstrados na Figura 21.

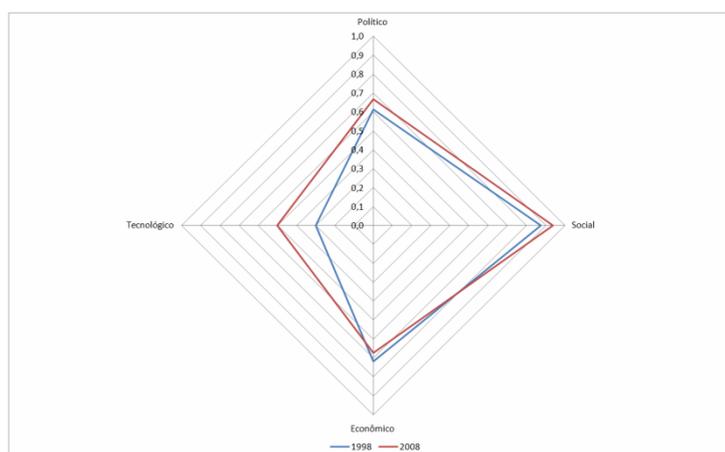


FIGURA 21 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O CHILE – 1998/2008

FONTE: O autor (2010).

O Chile apresentou aumentos para três dos índices (político, social e tecnológico), sendo que, para o último, a melhora foi significativa, pois elevou-o do nível de subdesenvolvimento (0,30000) para o nível em desenvolvimento (0,50000), isso graças a melhorias na questões relacionadas ao maior acesso à telecomunicação. Já no campo econômico houve a manutenção do país no nível em desenvolvimento, porém com uma pequena redução oriunda de alterações negativas relacionadas ao investimento estrangeiro e a subsídios.

A Figura 22, por sua vez, apresenta os resultados dos índices obtidos para a Colômbia.

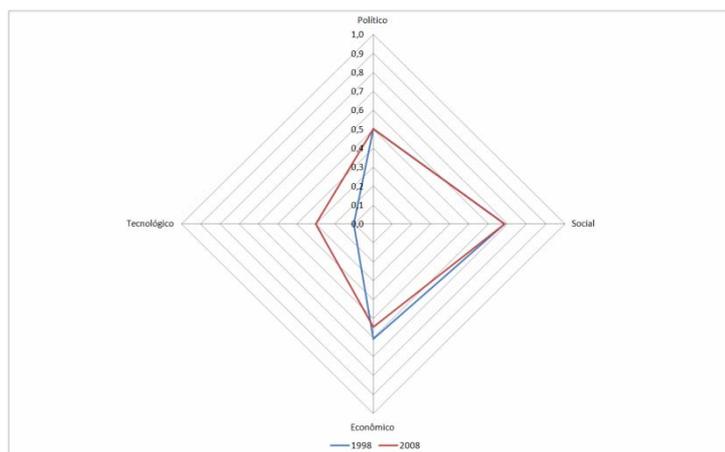


FIGURA 22 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA A COLÔMBIA – 1998/2008

FONTE: O autor (2010)

A situação colombiana apresentada pela Figura 22 é distinta da ocorrida nos demais países. Houve a manutenção dos mesmos índices nos campos social (0,68750) e político (0,50000), seguida por uma redução do índice econômico (0,60870 para 0,54348), resultante da redução do investimento estrangeiro e do menor investimento público com questões relacionadas a moradia, educação e saúde da população. O único índice que apresentou melhora foi o tecnológico, que, no ano de 1998, era igual a 0,10000 (menor índice apresentado entre todos os países) e passou a 0,30000 em 2008, porém continuou classificado como subdesenvolvido.

Para o Equador, os resultados são apresentados pela Figura 23.

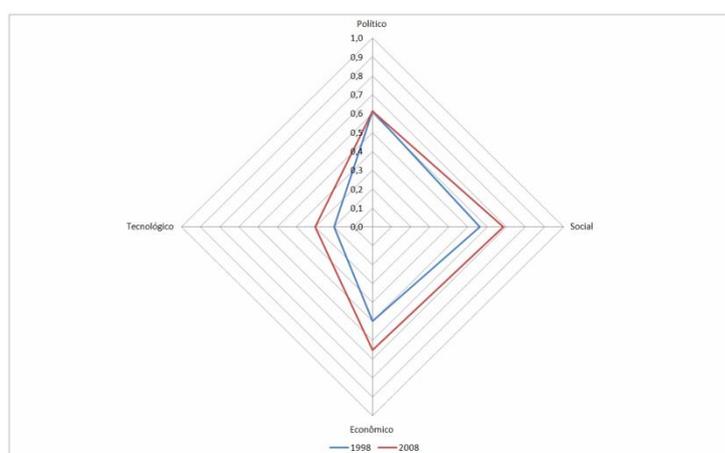


FIGURA 23 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O EQUADOR – 1998/2008

FONTE: O autor (2010).

Para o Equador, três índices (social, econômico e tecnológico) obtiveram aumentos, sendo o mais considerável o incremento no índice econômico, que passou de 0,50000 para 0,65217, isso graças a alterações positivas em variáveis como abertura de novas empresas, aumento do investimento estrangeiro e aumento dos gastos governamentais com questões relacionadas a moradia, educação e saúde da população. O índice político, por sua vez, manteve o valor de 0,61111 para ambos os anos. A exemplo do resultado obtido para a Colômbia, o índice tecnológico era igual a 0,20000 e passou para 0,30000 em 2008, assim, embora tenha recebido acréscimo, manteve-se em nível subdesenvolvido.

Os resultados obtidos para o Peru são demonstrados na Figura 24.

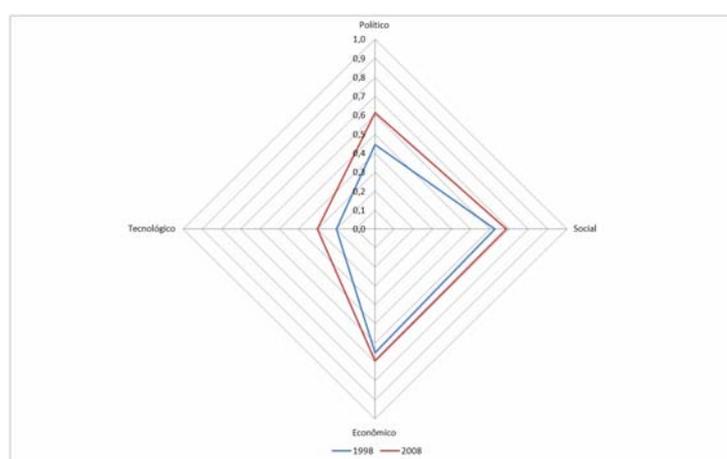


FIGURA 24 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O PERU – 1998/2008

FONTE: O autor (2010).

O Peru foi o único país em análise que apresentou aumento em todos os índices, com destaque para o crescimento no campo político, que passou de 0,44444 para 0,61111 em 2008, isso graças a melhoras na questão de direitos políticos e civis e à estabilidade política atingida. Como observado no Equador e na Colômbia, o setor tecnológico manteve-se, porém, em nível subdesenvolvido, mesmo apresentando aumento.

A Figura 25 demonstra os resultados obtidos para a Venezuela.

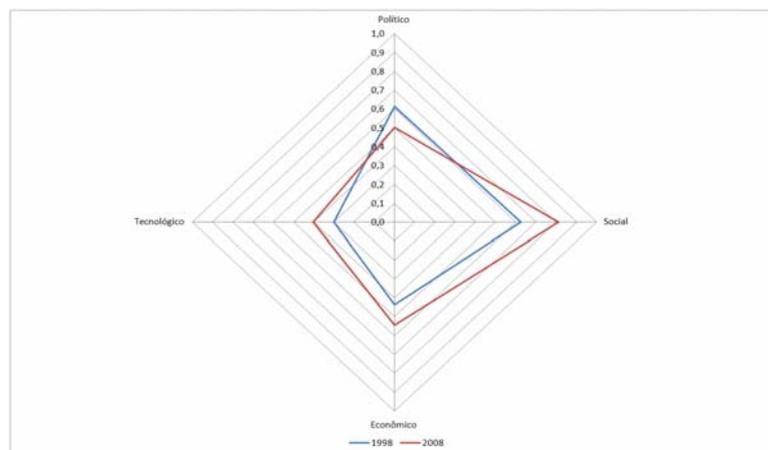


FIGURA 25 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA A VENEZUELA – 1998/2008

FONTE: O autor (2010).

Os resultados obtidos para a Venezuela demonstram uma situação distinta dos demais países. Um aumento em seu índice social (0,62500 para 0,82500) fez com que o país apresentasse esse índice elevado e classificado como desenvolvido (ficando atrás somente do índice social chileno). Também ocorreram melhorias nos índices dos campos econômico e tecnológico, no entanto houve uma redução do índice político (0,61111 para 0,50000), dadas variações negativas nos direitos políticos e sociais, possivelmente originadas pela forma de governo do atual presidente Hugo Chávez, que assumiu o governo no ano de 2002.

Outra análise disponibilizada nos procedimentos metodológicos consiste na comparação do Índice de Desenvolvimento Global Regional entre os dois períodos para cada um dos países ou a comparação entre os próprios países em cada um dos períodos. Para poder realizar tal comparação, os países foram agrupados em Estados Partes e Associados, representados nas Figuras 26 e 27, respectivamente.

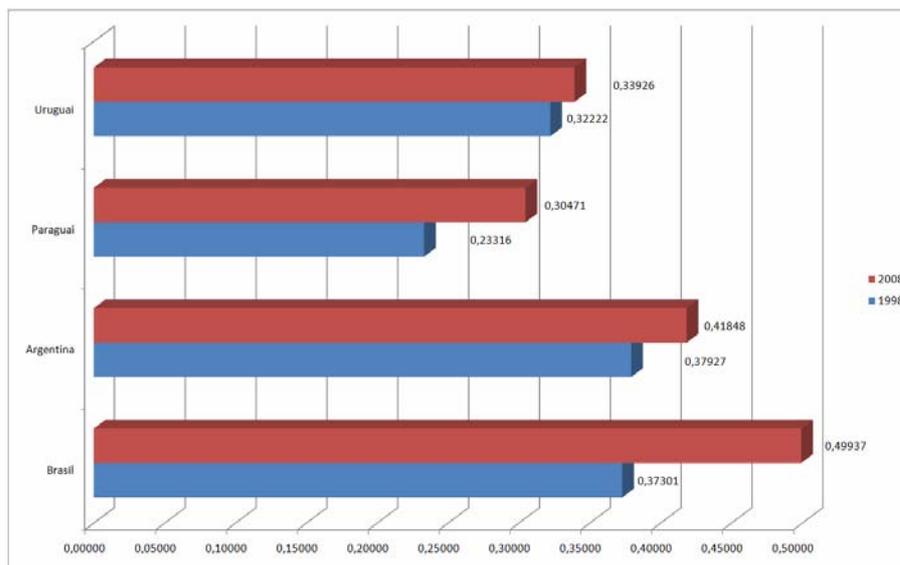


FIGURA 26 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO GLOBAL REGIONAL (DGR) OBTIDOS PARA OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL – 1998/2008

FONTE: O autor (2010).

Inicialmente considerando o ano de 1998, a Argentina apresentava o melhor Índice de Desenvolvimento Global Regional (igual a 0,37927), seguida pelo Brasil (0,37301), pelo Uruguai (0,32222) e pelo Paraguai (0,23316). Se considerarmos o ano de 2008, configurou-se um cenário de expansão do índice para todos os países com uma inversão de posição entre Brasil e Argentina, com 0,49937 e 0,41848, respectivamente.

Como o Índice de Desenvolvimento Global Regional é derivado dos Índices Globais de Desenvolvimento Regional, percebe-se que o aumento nos índices brasileiros foi mais que proporcional aos ocorridos na Argentina. Por esse motivo é que ocorreu a inversão da posição de ambos. Além disso, para os países onde um dos campos sofreu redução, essa redução foi mais que compensada pelo aumento nos demais índices.

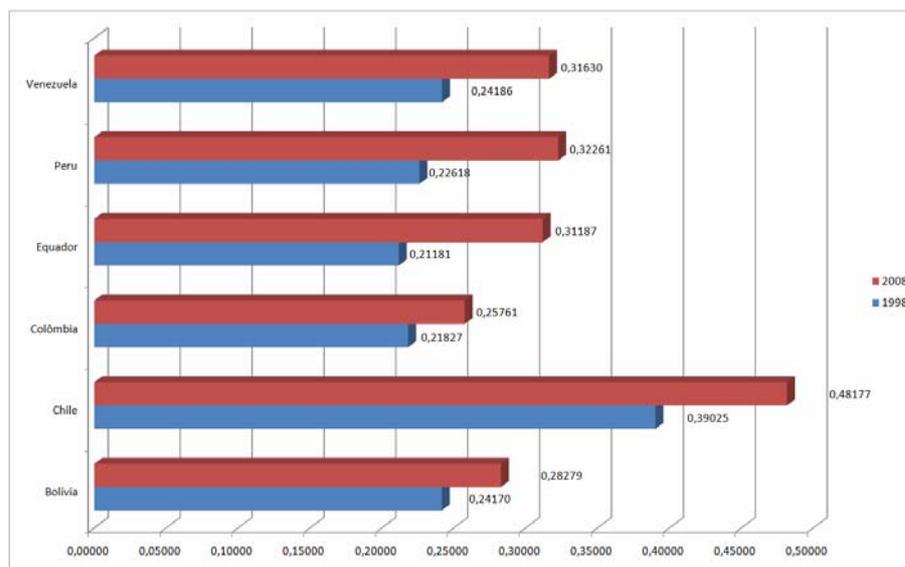


FIGURA 27 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO GLOBAL REGIONAL (DGR) OBTIDOS PARA OS ESTADOS ASSOCIADOS DO MERCOSUL – 1998/2008

FONTE: O autor (2010).

Agora, considerando os Estados Associados do MERCOSUL, o Índice de Desenvolvimento Global Regional também apresentou uma situação de expansão quando comparado entre os dois anos em análise para todos os países.

Analisando a situação individual de cada um dos países, observam-se aumentos consideráveis no Equador (passando de 0,21181 para 0,31187) e no índice chileno, que passou de 0,39025 para 0,48177, e atingiu o maior Índice de Desenvolvimento Global Regional dos Estados Associados e, se comparado aos Estados Partes, ficou somente atrás do índice brasileiro.

A última posição, ou seja, o valor do Índice DGR mais baixo, que em 1998 pertencia ao Equador (0,21181), passou no ano de 2008 para a Colômbia, com valor igual a 0,25761, seguido pela Bolívia, com um valor de 0,28279.

6.2 ÍNDICES OBTIDOS PARA O MERCOSUL

Buscando atingir os objetivos propostos pela pesquisa, são agora demonstrados os índices e os estágios do processo integracionista do MERCOSUL. Inicialmente são apresentados os resultados do bloco considerando apenas os

Estados Partes, sendo posteriormente apresentados os resultados da inclusão individual de cada um dos Estados Associados e, por fim, os índices apresentados pelo bloco quando considerados todos os países.

6.2.1 MERCOSUL – Estados Partes

Os dados apresentados neste subcapítulo são representativos da realidade atual do MERCOSUL por considerar seus quatro Estados Partes, quais sejam: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Os Índices Globais de Desenvolvimento Regional apresentados para o bloco são demonstrados na Figura 28. Nesta, através do comparativo entre os dois períodos, observam-se aumentos nos índices político, social e tecnológico e uma pequena redução no índice econômico.

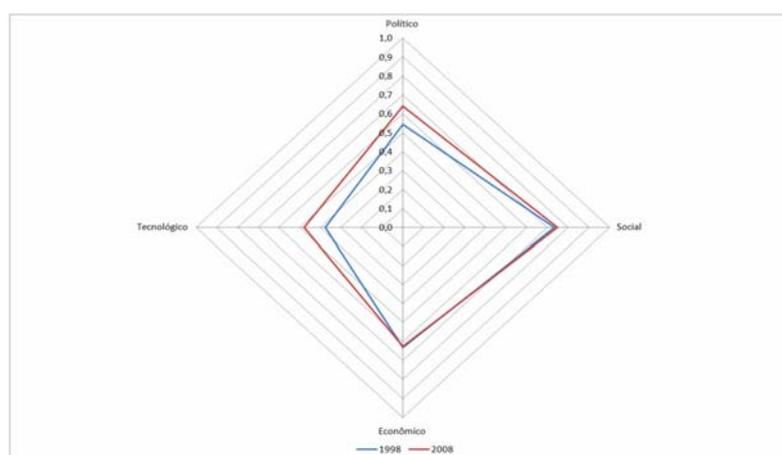


FIGURA 28 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O MERCOSUL CONSIDERANDO SEUS ESTADOS PARTES – 1998/2008

FONTE: O autor (2010).

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Global Regional como um reflexo dos aumentos que ocorreram em três das quatro variáveis, o mesmo apresentou uma situação de expansão, passando de um valor igual a 0,32692 em 1998 para 0,39045 em 2008.

O principal índice, o Índice do Estágio de Integração Regional, que demonstra o estágio em que está a integração regional, é demonstrado para os anos de 1998 e 2008 através da Figura 29.

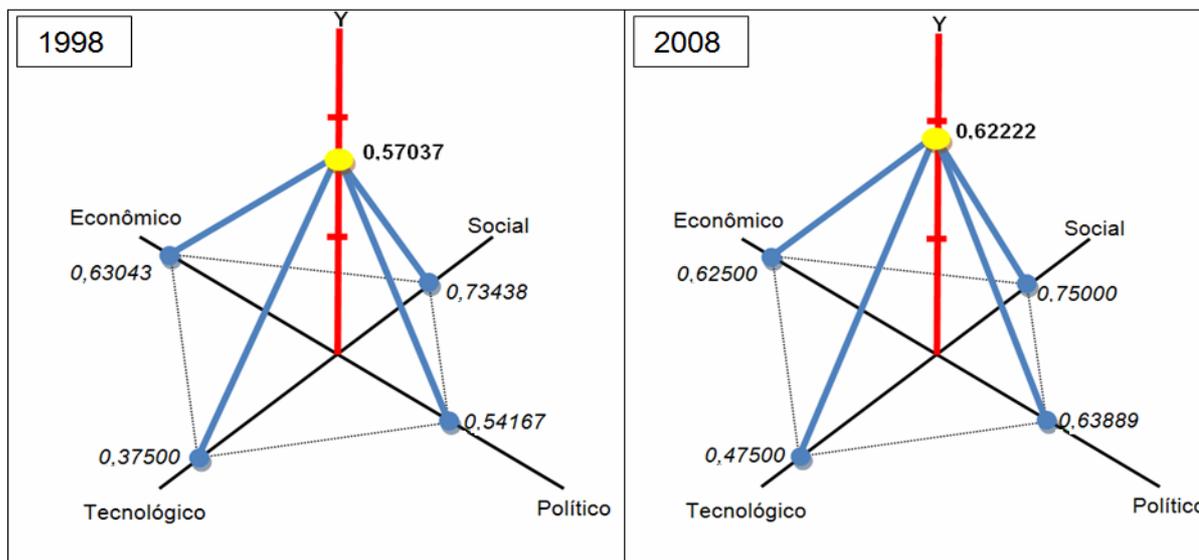


FIGURA 29 – ÍNDICE DO ESTÁGIO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL OBTIDO PARA O MERCOSUL CONSIDERANDO SEUS ESTADOS PARTES – 1998/2008

FONTE: O autor (2010).

Para o ano de 1998, o MERCOSUL apresentou um estágio de integração regional do tipo **em desenvolvimento** com valor igual a 0,57037.

No ano de 2008, dada a evolução dos índices dos campos político, social e tecnológico, ocorreu uma evolução do Índice do Estágio de Integração Regional de modo a atingir valor igual a 0,62222. Tal valor poderia ser um pouco mais superior se não fosse a leve retração ocorrida no campo econômico, esta decorrente de redução de tal índice nos quatro Estados Partes. Mesmo assim, o índice manteve-se na condição de integração **em desenvolvimento**.

Essa retração mencionada na área econômica pode ser atribuída às crises internacionais da Ásia (1997) e da Rússia (1998), crises que atingiram a região através da redução do crédito externo, levando à desvalorização da moeda brasileira no início de 1999 e no agravamento da crise ocorrida na Argentina a partir de 2001. Esses fatos, quando relacionados ao MERCOSUL, levaram ao colapso das negociações comerciais na região, dadas as diferentes políticas macroeconômicas adotadas.

Nos próximos subcapítulos são simuladas situações de inserção individual de cada um dos Estados Associados, como se os mesmos passassem a ser um Estado Parte do MERCOSUL.

6.2.2 MERCOSUL – Estados Partes e Bolívia

Neste primeiro cenário, além de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, será considerada a Bolívia. Os resultados dos Índices Globais de Desenvolvimento Regional são demonstrados pela Figura 30, através da qual se observa a melhoria em todos os índices quando comparados os dois anos da análise.

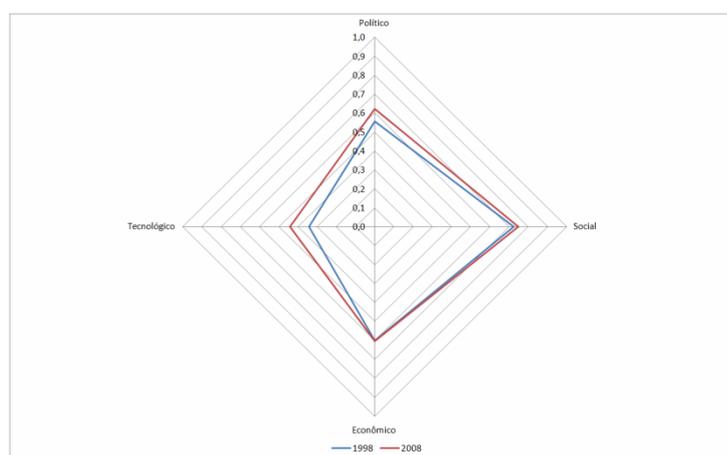


FIGURA 30 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O MERCOSUL CONSIDERANDO SEUS ESTADOS PARTES E A BOLÍVIA – 1998/2008

FONTE: O autor (2010).

Com relação ao Índice DGR, a situação com a inclusão da Bolívia é demonstrada pela Figura 31 e, embora a expansão do índice tenha sido mantida, a mesma expansão ocorreu em menor proporção.

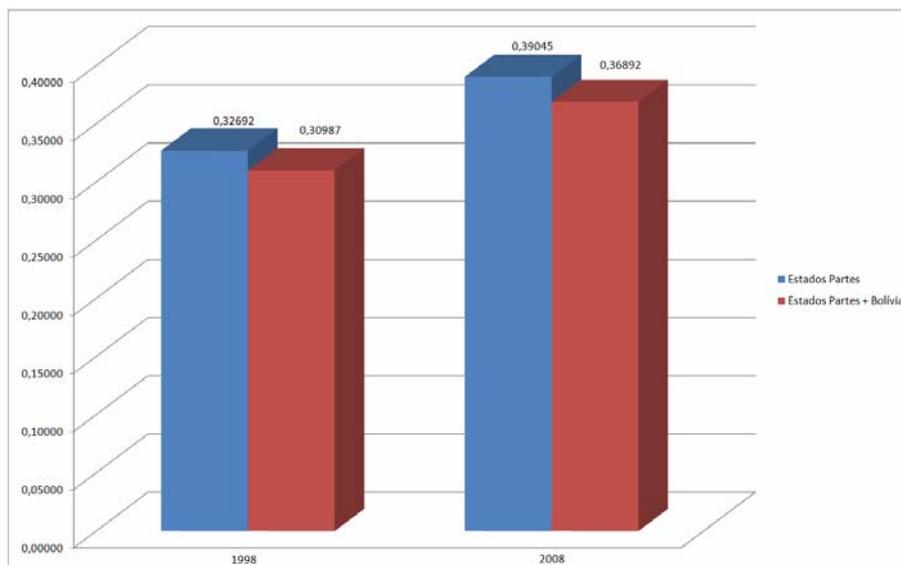


FIGURA 31 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO GLOBAL REGIONAL (DGR) OBTIDOS PARA OS ESTADOS PARTES E BOLÍVIA – 1998/2008

FONTE: O autor (2010).

A situação também reflete um menor crescimento do Índice do Estágio de Integração Regional, passando de 0,57037 para 0,55514 no ano de 1998 e de 0,62222 para 0,60414 para 2008. Assim, observa-se que a inserção da Bolívia como Estado Parte acarretaria uma retração do índice de integração do MERCOSUL, pois essa mesma retração apresenta Índices Globais de Desenvolvimento Regional que contribuem negativamente nos índices do bloco.

6.2.3 MERCOSUL – Estados Partes e Chile

Agora, além de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, será considerado, para o cálculo dos índices, o Chile. Os resultados dos Índices Globais de Desenvolvimento Regional são demonstrados pela Figura 32, na qual, comparando-se os anos de 1998 e 2008, observa-se um aumento nos índices político, social e tecnológico e uma pequena redução no índice econômico.

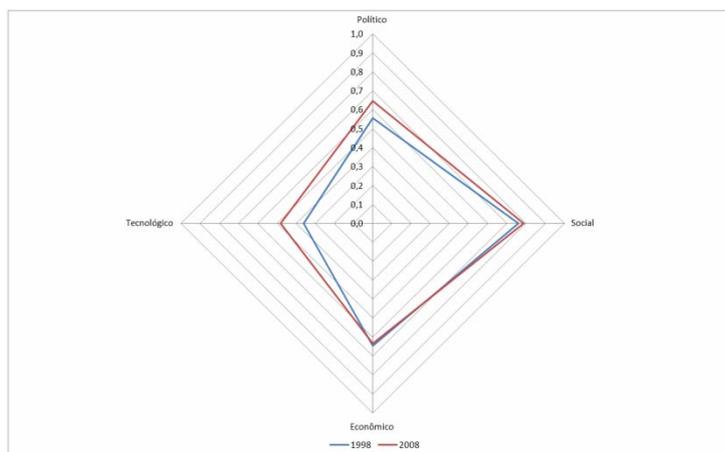


FIGURA 32 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O MERCOSUL CONSIDERANDO SEUS ESTADOS PARTES E O CHILE – 1998/2008

FONTE: O autor (2010).

A situação do Índice de Desenvolvimento Global Regional com a inclusão do Chile é demonstrada pela Figura 33, sendo que a expansão do índice foi superior se comparada com os índices apresentados somente pelos Estados Partes.

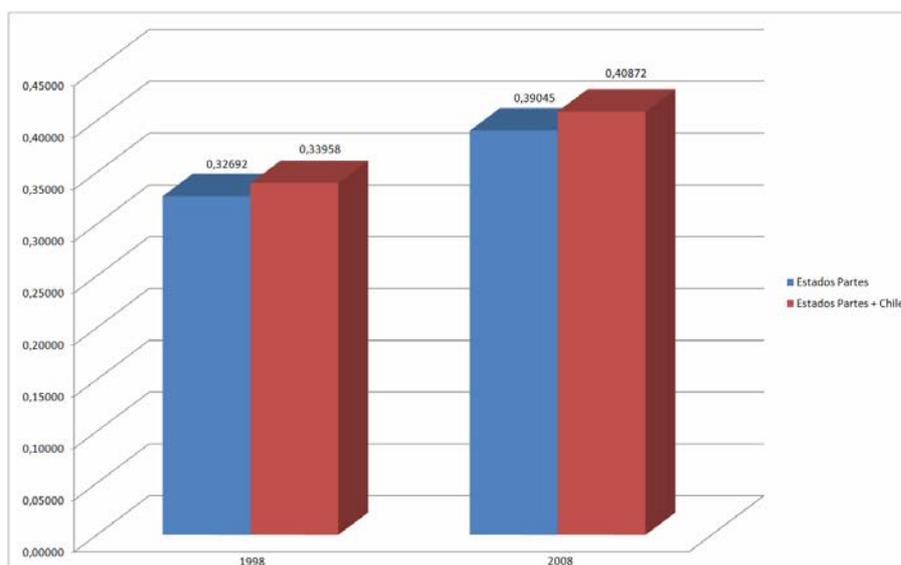


FIGURA 33 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMETNO GLOBAL REGIONAL (DGR) OBTIDOS PARA OS ESTADOS PARTES E CHILE – 1998/2008

FONTE: O autor (2010).

A inserção do Chile no modelo leva a uma situação de evolução do Índice do Estágio de Integração Regional sendo benéfica sua inclusão como Estado Parte do MERCOSUL. No ano de 1998, o índice passou de 0,57037 para 0,58147 e no

ano de 2008 passou de 0,62222 para 0,63668. Essa situação de melhoria do Índice do Estágio de Integração Regional deve-se aos aumentos dos Índices Globais de Desenvolvimento Regional nos campos econômico, social e tecnológico chilenos nos anos de 1998 e 2008, ou seja, esses índices se comportam de forma semelhante ou até mesmo superior aos apresentados pelos Estados Partes.

6.2.4 MERCOSUL – Estados Partes e Colômbia

A inserção da Colômbia junto aos Estados Partes do MERCOSUL é agora considerada para o cálculo dos índices. Os resultados dos Índices Globais de Desenvolvimento Regional são demonstrados pela Figura 34, tendo apresentado redução somente o índice econômico.

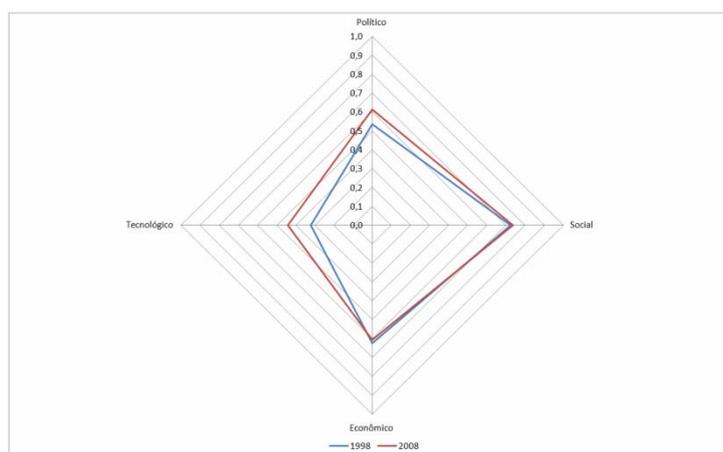


FIGURA 34 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O MERCOSUL CONSIDERANDO SEUS ESTADOS PARTES E A COLÔMBIA – 1998/2008

FONTE: O autor (2010).

A situação do Índice de Desenvolvimento Global Regional com a inclusão da Colômbia é demonstrada pela Figura 35, figura na qual se observa que ocorre uma expansão de tal índice entre os anos, porém é uma expansão em proporções bem inferiores que as obtidas somente com os Estados Partes.

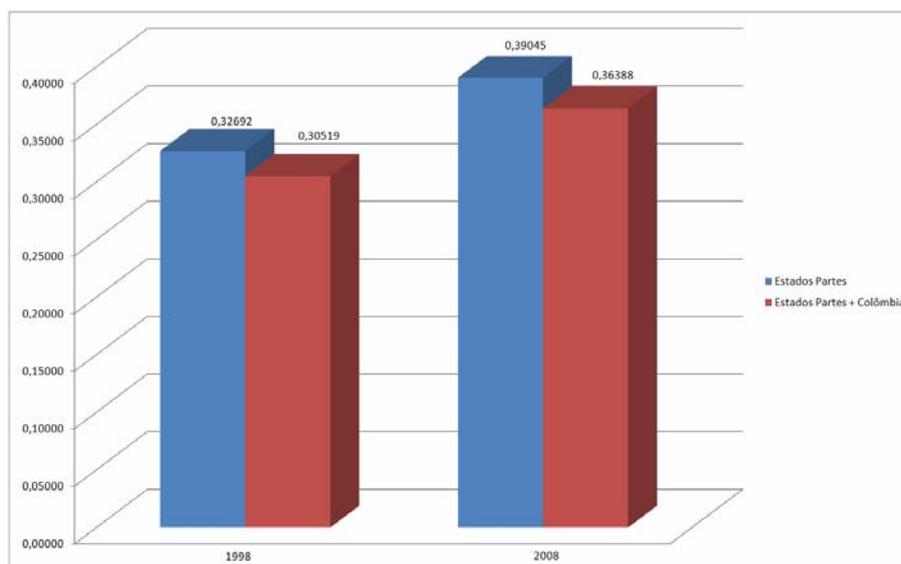


FIGURA 35 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO GLOBAL REGIONAL (DGR) OBTIDOS PARA OS ESTADOS PARTES E COLÔMBIA – 1998/2008

FONTE: O autor (2010)

Embora com a inserção da Colômbia no modelo ocorra uma situação de evolução do Índice do Estágio de Integração Regional, a mesma ocorre em menor amplitude. O índice do ano de 1998, que era igual a 0,57307, passa a ser 0,55111 e, para o ano de 2008, passa de 0,62222 para 0,59933, apresentando prejuízos para o Índice do Estágio de Integração Regional do MERCOSUL.

6.2.5 MERCOSUL – Estados Partes e Equador

Neste cenário, além dos Estados Partes é considerado o Equador para o cálculo dos índices. Os resultados obtidos são apresentados pela Figura 36. É possível perceber um aumento em todos os índices, sendo o de maior proporção o ocorrido no campo tecnológico.

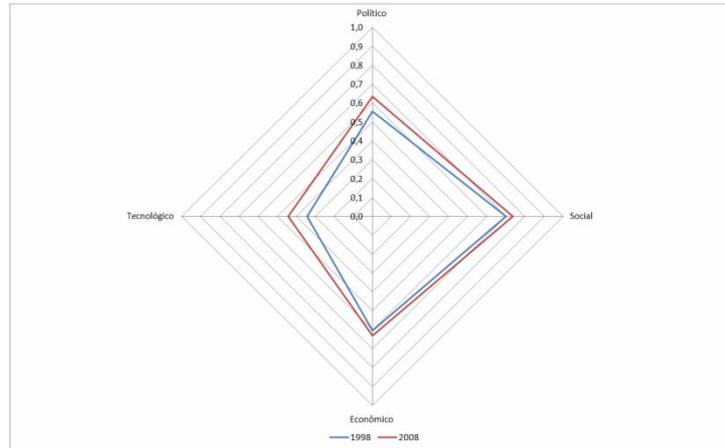


FIGURA 36 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O MERCOSUL CONSIDERANDO SEUS ESTADOS PARTES E O EQUADOR – 1998/2008

FONTE: O autor (2010).

A situação do Índice de Desenvolvimento Global Regional com a inclusão do Equador é semelhante às demais, sendo apresentada pela Figura 37, figura na qual se observa que ocorre uma expansão de tal índice entre os anos, porém ocorre em proporções inferiores às obtidas somente com os Estados Partes.

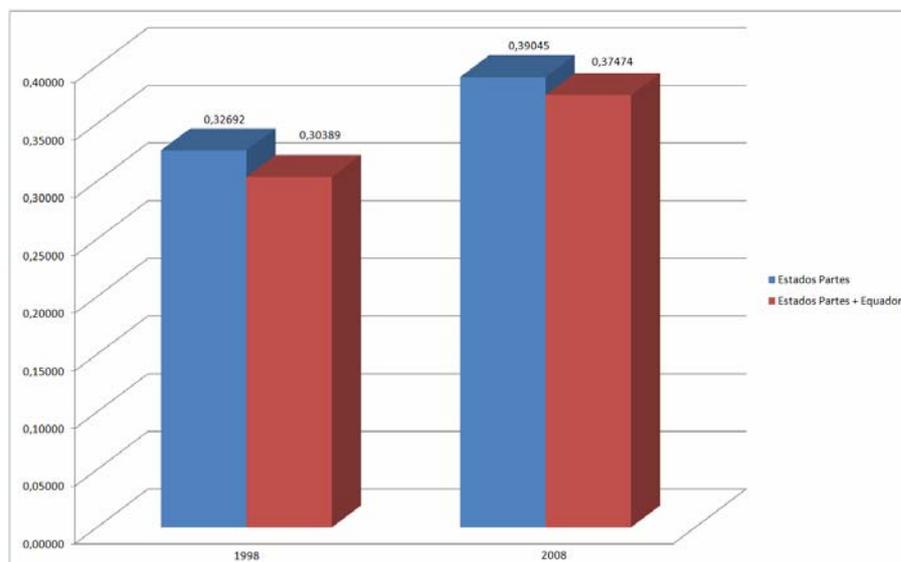


FIGURA 37 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMETNO GLOBAL REGIONAL (DGR) OBTIDOS PARA OS ESTADOS PARTES E EQUADOR – 1998/2008

FONTE: O autor (2010).

Com a inserção do Equador no modelo continua a ocorrer uma situação de evolução do Índice do Estágio de Integração Regional entre 1998 e 2008, porém

a mesma evolução ocorre em menor amplitude. O índice do ano de 1998, que era igual a 0,57307, passa a ser 0,54988 e, para o ano de 2008, passa de 0,62222 para 0,61032, apresentando prejuízos para o Índice do Estágio de Integração do MERCOSUL.

6.2.6 MERCOSUL – Estados Partes e Peru

A Figura 38 demonstra os resultados dos índices obtidos com a inserção do Peru no modelo juntamente com os Estados Partes. Para todos os índices ocorre uma situação de expansão, embora no campo econômico ela seja de pequena proporção.

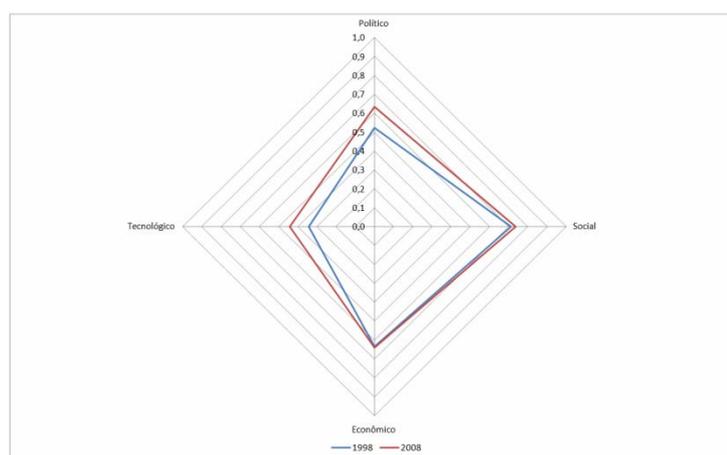


FIGURA 38 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O MERCOSUL CONSIDERANDO SEUS ESTADOS PARTES E O PERU – 1998/2008

FONTE: O autor (2010)

A Figura 39, por sua vez, demonstra o comparativo entre o Índice de Desenvolvimento Global Regional para o ano de 1998 e 2008. Novamente a situação de expansão do índice acontece, porém, em menor amplitude se considerado o Peru em conjunto com os Estados Partes, do que estes últimos isoladamente.

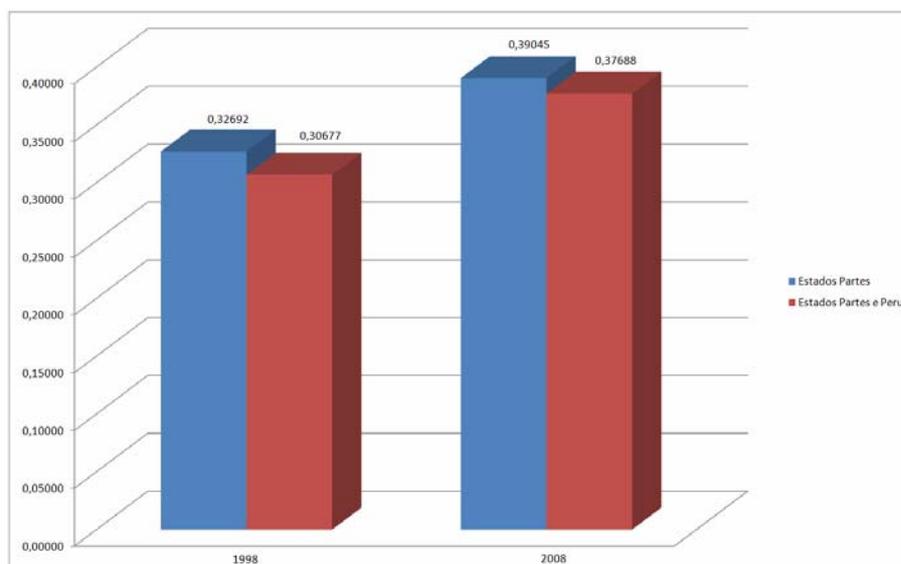


FIGURA 39 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO GLOBAL REGIONAL (DGR) OBTIDOS PARA OS ESTADOS PARTES E PERU – 1998/2008

FONTE: O autor (2010).

Com a inserção do Peru no modelo, continua a ocorrer uma situação de evolução do Índice do Estágio de Integração Regional entre os anos, porém essa mesma evolução ocorre em menor amplitude. O índice do ano de 1998, que era igual a 0,57307, passa a ser 0,55238 e, para o ano de 2008, passa de 0,62222 para 0,61249, apresentando prejuízos para o Índice do Estágio de Integração Regional do MERCOSUL.

6.2.7 MERCOSUL – Estados Partes e Venezuela

Esta simulação é a mais passível de real ocorrência no momento, pois, como visto na revisão bibliográfica, a partir de 2010 a Venezuela deverá tornar-se um Estado Parte do MERCOSUL. A Figura 40 demonstra a evolução dos Índices Globais de Desenvolvimento Regional para os anos de 1998 e 2008, em que, comparativamente, se observa um aumento em todos os índices.

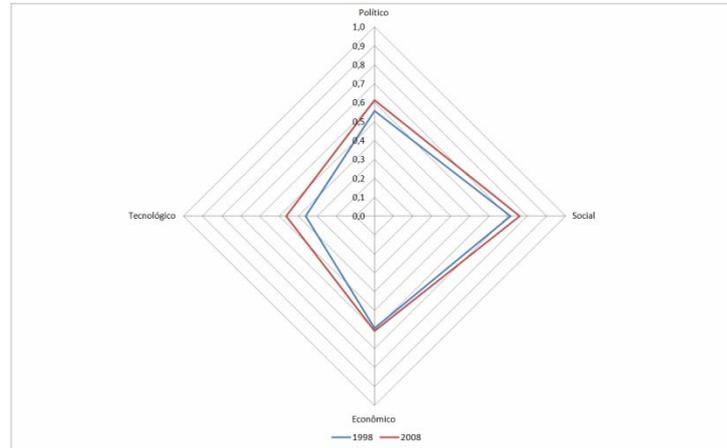


FIGURA 40 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O MERCOSUL CONSIDERANDO SEUS ESTADOS PARTES E A VENEZUELA – 1998/2008

FONTE: O autor (2010).

Através da Figura 41 é possível visualizar a situação referente ao Índice de Desenvolvimento Global Regional, para o qual houve um cenário de expansão entre 1998 e 2008, porém houve expansão em menores proporções de que se considerados somente os Estados Partes.

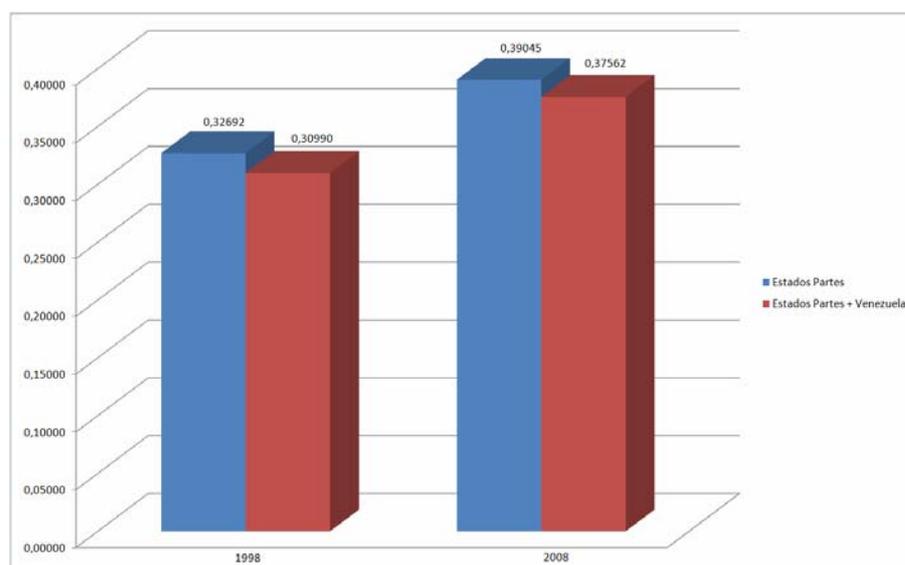


FIGURA 41 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMETNO GLOBAL REGIONAL (DGR) OBTIDOS PARA OS ESTADOS PARTES E VENEZUELA – 1998/2008

FONTE: O autor (2010).

Considerando a Venezuela no modelo, continua a ocorrer uma situação de evolução do Índice do Estágio de Integração Regional, porém a mesma evolução ocorre em menor amplitude. O índice do ano de 1998, que era igual a 0,57307, passa a ser 0,55484 e, para o ano de 2008, passa de 0,62222 para 0,61058, apresentando prejuízos para o Índice do Estágio de Integração Regional do MERCOSUL.

6.2.8 MERCOSUL – Estados Partes e Estados Associados

A última simulação tem como base considerar os Estados Partes do MERCOSUL juntamente com todos os seus Estados Associados. Essa situação também sinaliza um futuro próximo, dadas as negociações que estão ocorrendo desde 2004 e que visam formar a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

A UNASUL seria formada pelos Estados pertencentes ao MERCOSUL e a Comunidade Andina, além de Chile, Guiana e Suriname. Teoricamente, a situação acima apresentada deve projetar resultados muito semelhantes aos apresentados Figura 42.

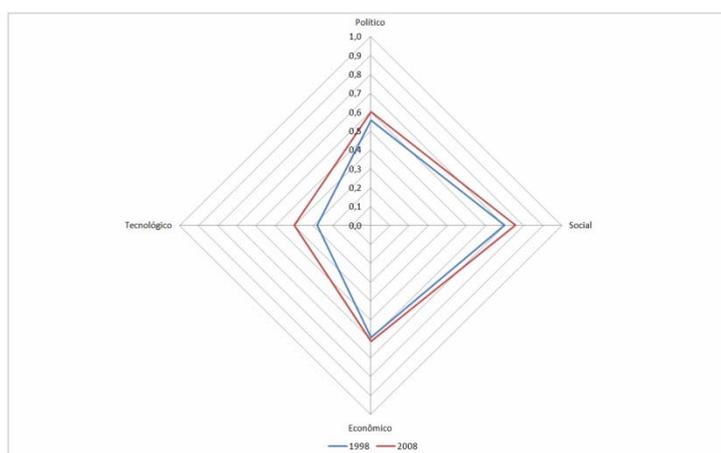


FIGURA 42 – ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL OBTIDOS PARA O MERCOSUL CONSIDERANDO SEUS ESTADOS PARTES E ASSOCIADOS – 1998/2008

FONTE: O autor (2010).

Através da Figura 42 se observa uma evolução em todos os Índices Globais de Desenvolvimento Regional quando considerados os Estados Partes e Associados.

Essa evolução é, no entanto, mais restrita, como pode ser observado na Figura 43, que demonstra uma situação de expansão do Índice de Desenvolvimento Global Regional quando comparados os dois anos, porém, tal expansão ocorre em uma magnitude inferior do que aconteceria se considerados somente os Estados Partes.

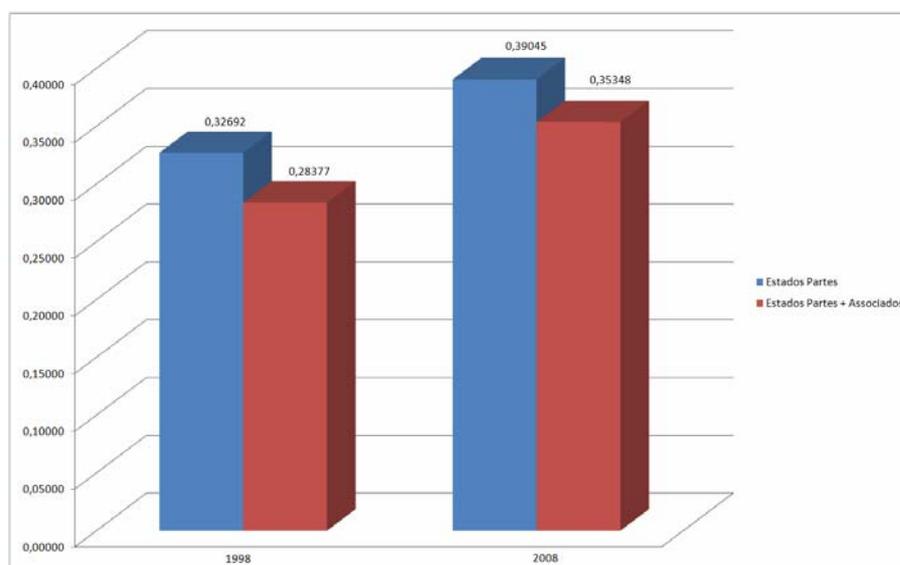


FIGURA 43 – ÍNDICES DE DESENVOLVIMETNO GLOBAL REGIONAL (DGR) OBTIDOS PARA OS ESTADOS PARTES E ASSOCIADOS – 1998/2008

FONTE: O autor (2010).

O Índice do Estágio de Integração Regional dos Estados Partes para o ano de 1998 foi igual a 0,57037, no entanto, quando considerados os Estados Associados, o índice foi igual a 0,53171. Já para o ano de 2008, o mesmo índice foi igual a 0,62222 e 0,59232.

Através dos valores apresentados pelo Índice do Estágio de Integração Regional observa-se que a inserção dos Estados Associados, no modelo juntamente aos Estados Partes, resultou em uma redução do índice, pois, embora ele tenha apresentado um cenário de evolução entre 1998 e 2008, o aumento ocorreu em menor proporção.

Desta forma, considerando os valores encontrados na análise individual dos Índices Globais de Desenvolvimento Regional para cada um dos países no ano de 1998, apresenta-se o Quadro 7 a fim de demonstrar, de forma sintetizada, os resultados obtidos.

Índices	Estados Partes				Estados Associados					
	Brasil	Argentina	Paraguai	Uruguai	Bolívia	Chile	Colômbia	Equador	Peru	Venezuela
Político	■				■	■		■		■
Social						■				
Econômico	■									
Tecnológico	■	■		■						

QUADRO 7 – MELHORES ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL APRESENTADOS NO ANO DE 1998

FONTE: O autor (2010).

As áreas sombreadas representam os melhores valores obtidos para cada um dos índices no ano de 1998. No campo político, o melhor resultado encontrado foi igual a 0,61111 obtido pelos países: Brasil, Bolívia, Chile, Equador e Venezuela. No campo social, o melhor resultado foi do Chile (0,87500). No campo econômico, o Brasil (0,76087) atingiu o melhor resultado e, no campo tecnológico, o melhor índice (0,40000) foi apresentado conjuntamente pelo Brasil, pela Argentina e pelo Uruguai.

A apresentação de forma sintetizada para o ano de 2008, dos Índices Globais de Desenvolvimento Regional para os países do MERCOSUL, está no Quadro 8, a seguir.

Índices	Estados Partes				Estados Associados					
	Brasil	Argentina	Paraguai	Uruguai	Bolívia	Chile	Colômbia	Equador	Peru	Venezuela
Político	■									
Social						■				
Econômico	■									
Tecnológico	■									

QUADRO 8 – MELHORES ÍNDICES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL APRESENTADOS NO ANO DE 2008

FONTE: O autor (2010).

De forma análoga ao quadro anterior, o Quadro 8 demonstra os melhores valores obtidos para os índices no ano de 2008. Nos campos político, econômico e tecnológico, os melhores índices obtiveram valores iguais a 0,72222, 0,71739 e 0,70000, respectivamente, sendo índices obtidos somente pelo Brasil. No campo social, assim como nos anteriores, somente um país apresentou o melhor índice, porém, desta vez foi o Chile, com valor igual a 0,93750.

Fica evidente, através da análise dos Quadros 7 e 8, que houve um crescimento desigual dos índices político e tecnológico entre os países, pois, em 1998 vários países apresentaram o índice com o valor elevado e, em 2008, apenas o Brasil demonstrou que evoluiu de forma mais que proporcional aos demais nesses campos. Também no campo econômico e social o crescimento dos demais países pertencentes ao MERCOSUL não foi suficiente para alcançar os melhores índices obtidos pelo Brasil e pelo Chile, respectivamente.

Essa situação influencia diretamente os demais índices apresentados e demonstra a heterogeneidade de crescimento dos países no que se refere aos campos político, social, econômico e tecnológico.

Após a demonstração do comportamento individual dos Índices Globais de Desenvolvimento Regional, do Índice de Desenvolvimento Global Regional e do Índice do Estágio de Integração Regional para os Estados Partes e Associados do MERCOSUL e, também, após a demonstração de diferentes simulações referentes à adesão de Estados Associados, passa-se às conclusões desta pesquisa.

7 CONCLUSÕES

Esta pesquisa avaliou, a partir de uma perspectiva multidimensional (econômica, política, social e tecnológica), os estágios da integração do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, nos anos de 1998 e 2008 e considerando seus Estados Partes e Associados.

Foi utilizada uma modelagem mais abrangente, adaptada do modelo desenvolvido por Estrada (2004) e utilizada para o estudo da evolução das integrações regionais, partindo de uma perspectiva global. Essa metodologia é chamada de Modelo da Dimensão Global da Integração Regional (Modelo DGIR). O diferencial desse modelo, em relação aos demais existentes, está na possibilidade de estudar a integração regional de uma forma multidimensional e a partir das perspectivas políticas, sociais, econômicas e tecnológicas de forma simultânea.

De acordo com Estrada (2004), existem quatro etapas básicas na implementação do Modelo DGIR:

1. Criação do *design* da entrada de dados em tabelas múltiplas.
2. Medição de forma individual de Índices Globais de Desenvolvimento Regional representados por X_i , que incluem o Índice Global de Desenvolvimento Político Regional (X_1), o Índice Global de Desenvolvimento Social Regional (X_2), o Índice Global de Desenvolvimento Econômico Regional (X_3) e o Índice Global de Desenvolvimento Tecnológico Regional (X_4).
3. Medição do Índice de Desenvolvimento Global Regional (DGR).
4. Medição do Estágio de Integração Regional (EIR).

Para esta pesquisa foi adotada a entrada de dados em tabela para cada um dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL e considerando os anos de 1998 e 2008, representando um espaço temporal de uma década. Vale ressaltar que a pesquisa partiu de uma perspectiva individual de cada um dos países de modo a evidenciar como a evolução deles influencia o desenvolvimento do bloco. O número de variáveis utilizadas no Modelo DGIR para esta pesquisa foi igual a 90 variáveis com seus respectivos parâmetros, sendo: 18 variáveis para o Índice Global de Desenvolvimento Político Regional (X_1); 16 variáveis para o Índice Global de

Desenvolvimento Social Regional (X2); 46 variáveis para o Índice Global de Desenvolvimento Econômico Regional (X3) e 10 variáveis para o Índice Global de Desenvolvimento Tecnológico Regional (X4).

Os países da América Latina, desde sua colonização, possuíam um histórico em comum de forte dependência externa e de falta de integração com os demais países da região. De fato, tal situação passa a ser revertida somente a partir da Crise de 1929 e intensificada com a Segunda Guerra Mundial, duas ocorrências históricas que desarticulam os fluxos comerciais e financeiros, demonstrando aos governos da região a necessidade de cooperação e de integração entre eles a fim de reduzir essa dependência.

Dentre inúmeras tentativas frustradas de aproximação e outras que, embora tenham atingido êxito, eram pouco expressivas, dado o tamanho restrito das economias envolvidas no processo, surge, na década de 1980, o Acordo do MERCOSUL, que envolve as duas principais potências da América do Sul, quais sejam, Argentina e Brasil, este último com proporções continentais e condições econômicas que o deixam em posição hegemônica na região.

Nesse acordo bilateral previsto adentraram ainda o Paraguai e o Uruguai como Estados Partes, pois esses dois últimos países vislumbravam ganhos frente a essa integração. Ocorre, porém, que, como destacado pela literatura, a integração econômica só é possível e, principalmente, só é benéfica a todos, se as economias envolvidas possuem uma certa homogeneidade em todos os sentidos, pois, caso contrário, os benefícios irão se concentrar no país com maior poder e os malefícios nos países mais deficientes.

Assim, os resultados apresentados pela metodologia proposta são de grande valia, por demonstrarem que os efeitos obtidos até o momento não se distribuem de forma igualitária entre os Estados Partes e Associados, dada a sua heterogeneidade.

Considerando o Índice do Estágio de Integração Regional (EIR), esse mesmo índice apresentou evolução entre 1998 e 2008 e, embora continue sendo classificado como um bloco econômico com um processo de integração **em desenvolvimento**, houve uma grande aproximação do estágio de desenvolvimento consolidado.

Com exceção da inclusão do Chile junto aos Estados Partes, todos os demais influenciaram negativamente o Índice do Estágio de Integração Regional (EIR) do bloco. Conclui-se, então, que os demais países devem adotar medidas que acarretem as melhorias necessárias frente às variáveis analisadas, isso a fim de equiparar seus índices aos dos países com melhor desempenho, para que o objetivo de uma integração igualitária e benéfica a todos seja possível.

Embora a integração regional no Cone Sul através do MERCOSUL seja recente, quando comparada a outros processos integracionistas de longa data como a União Europeia, que se iniciou ainda na década de 1950, o mesmo apresenta um cenário de imensas possibilidades para seus Estados Partes e Associados. Entretanto, para que os benefícios advindos destas possibilidades sejam usufruídos por todos, é necessária uma maior conscientização do governo e da sociedade em prol de um pensamento coletivo que transcenda os limites geográficos de cada país e reconheça a América Latina como uma unidade.

Vale ressaltar que os índices encontrados são referentes às variáveis políticas, sociais, econômicas e tecnológicas utilizadas e, como se trata de um modelo flexível, os resultados podem ser alterados conforme sejam modificadas algumas variáveis utilizadas. Como crítica ao modelo, fica a lacuna do entendimento de a alteração na variável ser ou não proveniente da integração entre os países.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALASSA, B. **Teoria da integração econômica**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1964. 452 p.

BHAGWATI, J. Regionalism and multilateralism: an overview. In: BHAGWATI, J.; KRISHNA, P.; PANAGARIYA, A. **Trading Blocs: alternative approaches to analyzing preferential trade agreements**. Massachusetts: MIT Press, 1999. p. 3-32.

BASTOS, L. A. **Avaliação do desempenho comercial do MERCOSUL: 1994-2005**. 158 f. Tese (Doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BAUMANN, R. A geopolítica da integração na América Latina: uma perspectiva sul-americana. In: LIMA, M. C. (Org.). **O lugar da América do Sul na nova ordem mundial**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 450-471.

BAUMANN, R. A integração regional vista pela CEPAL. In: POLETTO, D. W. (Coord.). **50 anos do manifesto da CEPAL**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2000. p. 115-120.

BAUMANN, R. **Integration in Latin America – Trends and Challenges**. 2008. Disponível em: <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/sin_sigla/xml/2/32312/P32312.xml&xsl=/brasil/tpl/p10f.xslbase/brasil/tpl/top-bottom.xsl>. Acesso em: 12 dez. 2008.

BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 441 p.

BIELSCHOWSKY, R. Vinte anos de IERJ, cinqüenta anos de CEPAL. In: POLETTO, D. W. (Coord.). **50 anos do manifesto da CEPAL**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2000. p. 47-102.

BOUZAS, R. Mercosul, dez anos depois: processo de aprendizado ou *déjà-vu*? **Revista Brasileira de Comércio Exterior**. n. 68, 2001. Disponível em: <www.funcex.com.br/material/rbce/68-Integracao-RB.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2010.

BRAGA, M. B. Integração econômica regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL. **Cadernos PROLAM/USP**, v. 1, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/downloads/2001_01_01.pdf>. Acesso em: 1º abr. 2009.

BRUE, S. L. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. 553 p.

CAN. **Quiénes somos** – reseña histórica. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/quienes/resena.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

CARBAUGH, R. J. **Economia internacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 587 p.

CARICOM. **The caribbean community**. Disponível em: <http://www.caricom.org/jsp/community/community_index.jsp?menu=community>. Acesso em: 30 mar. 2010.

CEI. **Estadísticas del Mercosur**. Disponível em: <<http://cei.mrecic.gov.ar/html/mercosur.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2010.

CEPAL. **Acerca de la CEPAL**. Disponível em: <http://www.eclac.org/cgi-bin/getprod.asp?xml=/noticias/paginas/4/21324/P21324.xml&xsl=/tpl/p18f-st.xsl&base=/tpl/top-bottom_acerca.xsl>. Acesso em: 20 nov. 2008.

CEPAL. **Anuário estadístico de América Latina y el Caribe**. Disponível em: <http://websie.eclac.cl/anuario_estadistico/anuario_2009/esp/index.html>. Acesso em: 14 fev. 2009.

CEPAL. Estudo econômico da América Latina de 1949. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000a. p. 137-178.

CEPAL. Transformação e crise na América Latina e no Caribe, 1950-1984. In: BIELSCHOWSKY, R. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000b. p. 817-850.

CICCOLELLA, P. J. O capitalismo histórico: entre o protecionismo e a integração em blocos econômicos. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. F.; NABUCO, M. R. **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 43-54.

DOMÍNGUEZ, F. Democracia e integración em América Latina. In: LIMA, M. C. (Org.). **O lugar da América do Sul na nova ordem mundial**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 85-108.

DUTRA JUNIOR, J. C. **Integração econômica e direito da integração: fundamentos do direito do Mercosul**. 206 f. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2006.

ESTRADA, M. A. R. Global dimension of regional integration (GDRI) model. **FEA Working Paper**, n. 07, 2004. Disponível em: <[h://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=672861](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=672861)>. Acesso em: 11 jan. 2009.

FMI. **Data and statistics**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2009/02/weodata/index.aspx>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

FURTADO, C. **A economia latino-americana**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. 339 p.

GARCIA, V. P. V. **A dimensão social dos processos de integração regional: as estratégias do Mercosul e da União Européia**. 108f. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

GONÇALVES, R.; BAUMANN, R.; PRADO, L. C. D.; CANUTO, O. **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus. 1998. 392 p.

IZERROUGENE, B. Os obstáculos à integração de economias desiguais: o caso do Mercosul. **Cadernos PROLAM/USP**, v. 2, n. 11, 2007. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/downloads/2007_2_6.pdf>. Acesso em: 1º abr. 2009.

KOLING, P. J. CEPAL e a integração latino-americana. In: POLETTO, D.W. (Coord.). **50 anos do manifesto da CEPAL**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2000. p. 135-140.

LEME, A. A. S. P. **A Declaração de Iguaçu (1985): a nova cooperação argentino-brasileira**. 195 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

LIPSEY, R. G. La teoría de las uniones aduaneras: una reseña general. In: ANDIC, S.; TEITEL, S. **Integración económica**. Cidade do México: Fondo de Cultura, 1977.

MARTÍNEZ, M. M.; ARAÚJO, L. E. B. Análise comparada da integração no Mercosul e na União Européia. **Revista do Mestrado em Integração Latino-Americana da UFSM**, v. 2, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/mila/publicacoes/reppilla/edicao02-2005/2005%20-%20artigo%201.pdf>>. Acesso em: 1º abr. 2009.

MERCOSUL. **Acerca del Mercosur**. Disponível em: <http://www.mercosur.int/t_generic.jsp?contentid=655&site=1&channel=secretaria&seccion=2>. Acesso em: 1º abr. 2009.

MILL, J. S. **Princípios de economia política: com algumas de suas aplicações à filosofia social**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. 494 p.

MYRDAL, G. **Solidaridad o desintegración: tendencias actuales de las relaciones económicas internacionales en el mundo no soviético**. 2. ed. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica, 1962.

OLIVEIRA, R. F. Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) e Comunidade do Caribe (CARICOM). In: CELLY JÚNIOR, U.; MERCADANTE, A. A. **Blocos econômicos e integração na América Latina, África e Ásia**. Curitiba, PR: Juruá, 2006. p. 177-202.

ONU. **United Nations Statistics Division**. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/demographic/default.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

PAMPLONA, J. B.; FONSECA, J. F. A. **Avanços e recuos do MERCOSUL: um balanço recente dos seus objetivos e resultados**. v. 2, n. 13, 2008. Disponível em: <http://www.usp.br/prolam/downloads/2008_2_1.pdf>. Acesso em: 1º abr. 2009.

PEREIRA, L. V. Tratado de Assunção: resultados e perspectivas. In: BRANDÃO, A. S. P.; PEREIRA, L. V. **Mercosul: perspectivas da integração**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 11-46.

PINTO, H. E. M. **A estratégia de integração econômica regional na América Latina: o caso da comunidade andina**. 254 f. Tese (Doutorado em Integração da América Latina), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PORTER, M. E. **Vantagem competitiva das nações**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PREBISCH, R. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 318 p.

RODRÍGUEZ, O. **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

SALDANHA, E. Integração regional e o desenvolvimento latino-americano: diferentes ou iguais? **Revista de Economia Política e História Econômica**, n. 7, 2007. Disponível em: <<http://sites.google.com/site/rephe01/>>. Acesso em: 1º abr. 2009.

SILVA, L. T. **Política externa brasileira para o Mercosul: interesses estratégicos e crise da integração regional**. 107f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. 479 p.

SOSSA, A. J.; DIRIÉ, C. Los múltiples y simultáneos “Estilos de Integración” vigentes. **Documentos acerca integración de la AmerSur**. 2007. Disponível em: <<http://www.amersur.org.ar/Integ/Sosa0704-1.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2010.

SUNKEL, Osvaldo. Desarrollo e integración regional: otra oportunidad para una promesa incumplida? **Revista de la Cepal**, Número extraordinário. Santiago: Cepal, 1998, p. 229-241. Disponível em: <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/revista/noticias/articuloCEPAL/919239/P19239.xml&xsl=/revista/tpl/p39f.xsl&base=/revista/tpl/top-bottom.xslt>>. Acesso em: 2 fev. 2010.

VINER, J. **The Customs Union Issue**. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950. 221 p.

WTO. **Understanding the WTO**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/fact1_e.htm>. Acesso em: 14 jan. 2010.